

MARE NOSTRUM

Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo



Ano 2016

Número 7

ISSN: 2177-4218

Uma publicação do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano e o Mediterrâneo Antigo - Universidade de São Paulo

MARE NOSTRUM. ESTUDOS SOBRE O MEDITERRÂNEO ANTIGO

Revista do Laboratório de Estudos do Império Romano e Mediterrâneo Antigo da Universidade de São Paulo.

LEIR-MA-USP: <http://leir.fflch.usp.br/>

V.7, Ano. 7/ 2016 – Brasil

ISSN: 2177-4218

Universidade de São Paulo

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Departamento de História.

Equipe Editorial

Editor Coordenador

1. Norberto Luiz Guarinello, Departamento de História - Universidade de São Paulo

Assistente Editorial

1. Camila Condilo, Universidade de São Paulo, Departamento de História

Comissão Editorial

1. Gabriel Cabral Bernardo, Universidade de São Paulo, Brasil
2. Tatiana Faia, Universidade de Lisboa, Portugal
3. Pedro Luís de Toledo Piza, LEIR-MA/USP
4. Gilberto da Silva Francisco, EFLCH-UNIFESP, Brasil
5. Bruno dos Santos Silva, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / USP
6. Fabio Augusto Morales, PUC-Campinas
7. Uiran Gebara da Silva, Departamento de História - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, Brasil
8. Camila Aline Zanon, Universidade de São Paulo, Brasil
9. Camila Condilo, Universidade de São Paulo, Departamento de História
10. Gustavo Junqueira Duarte Oliveira, Faculdade de São Bernardo do Campo (FASB); Universidade da Cidade de São Paulo (UNICID)
11. Carlos Augusto Ribeiro Machado, University of St. Andrews

Conselho Editorial

1. Fábio Favarsani, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil
2. Fabio Duarte Joly, Universidade Federal de Ouro Preto/Professor Associado, Brasil
3. Gilvan Ventura da Silva, Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil
4. Ivana Lopes Teixeira, Brasil
5. Tatiana Bina, Brasil
6. Juliana Caldeira Monzani, Universidade de São Paulo
7. Alex Degan, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Brasil
8. Juliana Bastos Marques, UNIRIO
9. Joana Campos Climaco, Universidade Federal do Amazonas, Brasil
10. Margarida Margarida Maria de Carvalho, Professora Assistente MS3-2 do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UNESP Franca, Brasil

Editor de Layout: Uiran Gebara da Silva: uirangs@hotmail.com

Revisão: Camila Aline Zanon: camila.zanon@usp.br

Suporte Técnico: Uiran Gebara da Silva uirangs@hotmail.com

Responsável: Laboratório de Estudos sobre o Império Romano e Mediterrâneo Antigo: leir.ma.usp@gmail.com

MARE NOSTRUM



Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo



ISSN 2177-4281

Mare Nostrum (São Paulo) [recurso eletrônico]: Revista do Laboratório de Estudos do Império Romano e Mediterrâneo Antigo da Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História. – v. 7, n. ano 7 (2016) . – São Paulo: USP/FFLCH, 2016-

Anual, v. 1, n.1 (2010 -)

ISSN: 2177-4218

Modo de acesso: World Wide Web.

Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/marenostrum>>

1. História Antiga. 2. Letras Clássicas. 3. Arqueologia do Mediterrâneo. 4. Filosofia Antiga - Periódicos. I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História.

MARE NOSTRUM.
ESTUDOS SOBRE O MEDITERRÂNEO ANTIGO
2016, NÚMERO 07

ISSN 2177-4218

SUMÁRIO

I. EDITORIAL.....ii

II. ARTIGOS

1. Scylax of Caryanda, Pseudo-Scylax, and the Paris *Periplus*: Reconsidering the Ancient Tradition of a Geographical Text.

Ivan Matijašić1

2. A souvenir from Nahur: A sample of “entanglement” in the reconstruction of the Mesopotamian Past

María Dolores Casero Chamorro.....20

3. IG VII 53, an epigraphic rara avis in the corpus of Greek metrical inscriptions

Paloma Guijarro Ruano.....35

4. Epicurus and Aesthetic Disinterestedness.

Aiste Celkyte.....56

5. Sistemas de Informação Geográfica, Arqueologia da Paisagem e Geografia Ontológica: possibilidades e desafios nos estudos das cidades gregas da Sicília

Christiane T. Custódio.....75

6. Os Coros Musicais Como Lugar Antropológico na Sociedade Ateniense no Final do Séc. VI A.C. Através da Análise Imagética de Cerâmicas Áticas

Felipe Nascimento de Araujo.....99

III. RESENHAS

1. GRAZIOSI, Barbara. Os deuses do Olimpo: Da Antiguidade aos dias de hoje, as transformações dos deuses gregos ao longo da história

Por Camila Aline Zanon.....120

2. ASLAN, Reza. Zelota: A vida e a época de Jesus de Nazaré

Por Pedro Luís de Toledo Piza.....124

3. TREVIZAM, Matheus. Prosa técnica: Catão, Varrão, Vitruvius e Columela

Por Gilson Santos.....130

I- Editorial

Com a edição número sete da *Mare Nostrum* implementamos algumas alterações no perfil e política editorial da Revista, bem como em sua plataforma, a fim de melhorar sua qualidade, aumentar sua periodicidade e ampliar sua visibilidade. Em outras palavras, a *Mare Nostrum* cresceu muito desde sua primeira edição e é chegada a hora de empreender algumas mudanças para acomodar a bagagem de experiências e aprendizados adquirida ao longo desses anos.

Algumas mudanças são novas, outras nem tanto. Por exemplo, artigos sobre temas variados que não possuem necessariamente o Mediterrâneo como objeto primeiro de discussão, mas que encontram no Mediterrâneo um pano de fundo sobre o qual explicita ou implicitamente se desenrolam seus problemas e questões, têm sido publicados desde a primeira edição da Revista (2010). Nesse sentido, nossa postura de abertura e estímulo a publicação de artigos das mais variadas disciplinas sobre quaisquer questões, temas, lugares e povos relacionados direta ou indiretamente ao mundo Mediterrâneo antigo, não constitui propriamente uma novidade. Antes, estamos formalizando em nível editorial uma prática realizada desde os primórdios da Revista. Há que se ressaltar que tal política não altera a identidade de nossa Revista, uma vez que entendemos o Mediterrâneo não apenas como objeto de análise mas também como uma das muitas “formas da história”.

Mas há também muitas novidades. A partir de agora, a *Mare Nostrum* deixa de ter periodicidade anual para se tornar semestral. Também passamos a contar com uma nova plataforma, que possibilitará atingir maior rigor e praticidade no que diz respeito ao processo de submissão e avaliação de artigos, tanto por parte dos administradores da Revista quanto de seus usuários. A nova plataforma também oferece como recurso a possibilidade de um site bilíngue. Esse ponto é particularmente importante para a atual fase da Revista, uma vez que buscamos promover maior interdisciplinaridade e, principalmente, a internacionalização de seus debates.

Da mesma forma que o Mediterrâneo antigo era composto por redes diversas e complexas de conectividades, nós não podemos nos isolar das outras redes de conhecimento que existem ao redor do mundo. Assim, também nos

propomos a realizar um esforço maior no sentido de ampliar o diálogo com colegas estrangeiros. Nosso primeiro passo nesse sentido foi tornar o inglês e o espanhol idiomas oficiais da Revista justamente com o português. O inglês foi escolhido por ser a língua acadêmica predominante. O espanhol também foi selecionado porque mantemos um forte desejo de nos aproximarmos da produção de nossos colegas da América Latina e pretendemos, dessa maneira, encorajar maior diálogo e debates locais.

Afim de marcar esse período de transformações, preparamos uma edição especial com autores convidados pertencentes à diferentes nacionalidades, áreas de especialização, tradições acadêmicas e instituições ao redor do mundo.

Os primeiros três artigos descrevem as trajetórias e muitos dos percalços pelos quais passaram inscrições e objetos do passado grego e mesopotâmio até suas configurações tais quais a conhecemos. O texto de Ivan Matijašić, “Scylax of Caryanda, Pseudo-Scylax, and the Paris Periplus: Reconsidering the Ancient Tradition of a Geographical Text”, tem como objeto o manuscrito “Paris Periplus”, também conhecido como “périplo de Pseudo-Cílix”. Seu objetivo é discutir a imprecisão da tradição antiga sobre a autoria do periplus, supostamente atribuído a Pseudo-Cílix, a fim de criticar uma corrente de pesquisadores que defende que o texto fora escrito por Cílix de Carianda, explorador e navegador grego que vivera no século VI a.C. Para tanto, Matijašić discute problemas históricos e filológicos relacionados com a geografia da costa do adriático e faz uma varredura nas referências ao navegador grego na antiguidade, procurando mostrar que já no final do século I a.C. é possível identificar a errônea atribuição do “Paris Periplus” à figura histórica de Cílix de Carianda. Tal erro, segundo o autor, se perpetuou por toda a antiguidade tardia até se cristalizar na escolástica bizantina e contaminar as produções modernas.

Na sequência, nós temos o artigo de María Dolores Casero Chamorro, “A souvenir from Nahur: A sample of “entanglement” in the reconstruction of the Mesopotamian Past”, que sugere a possibilidade de entendermos a narrativa sobre as origens, viagens e funções de algumas colunas feitas de cedro de Nahur como uma “biografia”, ou seja, como se os objetos fossem seres vivos. Para tanto, a autora realiza uma “biografia” da trajetória que vai do saque dessas colunas em Nahur até seu destino final em Ashur através do estudo das

inscrições A.O.76.25 e VAT 16381. Baseando-se na teoria de entanglement proposta por Hodder (2012), Chamarro revela a complexa dinâmica e teias de relações que levaram aos usos e reusos materiais e simbólicos dessas colunas, bem como à preservação de sua história, a fim de oferecer ao leitor uma compreensão mais apurada do passado assírio.

Fechando esse bloco de artigos, nós temos o artigo de Paloma Guijarro Ruano que realiza um estudo de IG VII 58 do ponto de vista linguístico em “IG VII 53, an epigraphic rare avis in the corpus of Greek metrical inscriptions”. De acordo com a autora, IG VII 58 é uma espécie rara na tradição epigramática, pois o epigrama é geralmente atribuído ao poeta Simonides de Ceos quando nenhum de seus epigramas – até onde se sabe – foi preservado em um monumento. Ruano, então, revisita as principais interpretações literárias e históricas da inscrição e realiza uma análise da linguagem métrica das inscrições pré-helenísticas a fim de entender se/como métrica ajudou na preservação do epigrama. A partir da constatação de que métrica não foi importante nesse processo, a autora argumenta que tal singularidade é melhor explicada se considerarmos duas fases distintas da inscrição: uma na qual o epigrama foi originalmente composto e outra na qual houve a construção de um monumento no qual foi preservado. Isso teria feito com que essa rara avis voasse muitos séculos, através de diferentes contextos epigráficos e literários, até chegar em nossos dias.

Partindo das “biografias” – tomando emprestada aqui a terminologia adotada por Chamarro – e seguindo para outros horizontes do mundo antigo, nós temos o artigo de Aiste Celkyte, “Epicurus and Aesthetic Disinterestedness”. A autora discute o conceito de desinteresse estético e visa questionar premissas importantes associadas ao debate: a ideia de que os antigos tiveram apenas um interesse pontual e pouco desenvolvido acerca desse conceito e a ideia de que a discussão sobre desinteresse estético surgiu apenas no século XVIII, marcando a emergência da estética como disciplina. Para tanto, Celkyte analisa os trabalhos de Epícuro a fim de provar que, dadas as devidas ressalvas, os filósofos antigos não só possuíam um conceito de desinteresse estético semelhante ao nosso, mas que eles também o pensaram e o desenvolveram de forma cuidadosa e complexa.

No âmbito nacional, nós temos duas contribuições. A primeira é a de Christiane Teodoro Custodio, que discute as potencialidades dos Sistemas de Informação Geográfica (SIGs) para a arqueologia e seus impactos na forma como entendemos o passado. Como estudo de caso, a autora analisa as relações de interdependência entre as metrópoles e apoikias estabelecidas por colonos gregos na Sicília a partir do século VIII a.C. A segunda contribuição é a de Felipe Nascimento de Araújo com “Os coros musicais como lugar antropológico na sociedade ateniense no final do séc. VI a.C. através da análise imagética de cerâmicas áticas”. Partindo do conceito de “lugar antropológico” proposto por Marc Augé (2012), Araújo examina as representações dos coros musicais na iconografia das cerâmicas áticas do período arcaico (séculos VIII a VI a.C.) até o começo do século V a.C. e argumenta que elas exerceram um papel fundamental na formação do ideal igualitário de cidadania que se consolidaria com a reforma de Clístenes (508/7 a.C.).

Esta edição se encerra com três resenhas de livro. Camila Zanon avalia a tradução para o português do livro de Barbara Graziosi realizada por Claudia Gerpe Duarte e Eduardo Gerpe Duarte: *Os deuses do Olimpo: Da Antiguidade aos dias de hoje, as transformações dos deuses gregos ao longo da história* (*The gods of Olympus: A history*), originalmente publicado em 2014. Pedro Luís de Toledo Piza discute a abordagem do “Jesus histórico” por Reza Aslan em *A vida e a época de Jesus de Nazaré*. Gilson Santos, por fim, realiza uma apresentação do terceiro volume da coleção *Bibliotheca Latina: Prosa técnica: Catão, Varrão, Vitrúvio e Columela* de Matheus Trevizam, publicado pela Editora da UNICAMP.

SCYLAX OF CARYANDA, PSEUDO-SCYLAX, AND THE PARIS *PERIPLUS*: RECONSIDERING THE ANCIENT TRADITION OF A GEOGRAPHICAL TEXT

Ivan Matijašić¹

ABSTRACT: The *Periplus* preserved in the manuscript *Parisinus suppl. gr. 443*, and erroneously ascribed to Scylax of Caryanda (sixth century BC), is the oldest extant specimen of ancient Greek periplography: it belongs to the second half of the fourth century. In the present article, all the testimonies on the ancient tradition of both Scylax and the Paris *Periplus* are carefully evaluated. The aim is to determine when and why the Paris *Periplus* was mistakenly ascribed to Scylax and to clear any doubts on the alleged authorship of this ancient geographic work. The confusion, or the wilful falsification, is evident in Strabo: he knew of Scylax's voyage in the East and at the same time was acquainted with the text of the Paris *Periplus*, which he ascribed to this famous ancient seafarer. Greek and Latin authors of the Roman Imperial age knew the Paris *Periplus*, but many followed slavishly the erroneous ascription to Scylax of Caryanda. When Marcianus of Heraclea in the early Byzantine age collected his corpus of ancient Greek geographers he also ascribed the Paris *Periplus* to Scylax, thus handing down the error to the copyist of the *Paris. suppl. gr. 443*.

KEYWORDS: Ancient Greek geography; periplography; Scylax of Caryanda; Marcianus of Heraclea; *Paris. suppl. gr. 443*.

1. Introduction

The *Periplus* of the so-called Pseudo-Scylax is an ancient clockwise description of the coast of the Mediterranean and of the Pontus Euxinus, beginning with the Pillars of Heracles (Strait of Gibraltar) and ending with an account of the Atlantic coast south of the Pillars. The text of the *Periplus* is preserved in a thirteenth century manuscript in the *Bibliothèque Nationale de France* in Paris, *Paris. suppl. gr. 443* (D).² The few other manuscripts which transmit the text are actually apographs of the *Parisinus*. Richard Bentley, the

¹ Westfälische Wilhelms-Universität Münster, Seminar für Alte Geschichte/Institut für Epigraphik. Email: imatijasic@gmail.com. This article is a revised version of a paper delivered at the International Conference *Antiquitates Sollemnina Antidoron Mate Suić*, Zagreb and Zadar, 3rd-7th November 2015. I am very grateful to the organizer, Prof. Bruna Kuntić Makvić, for the opportunity to speak at the conference. Moreover, I wish to express my gratitude to Sergio Brillante, Aude Cohen-Skalli, and Enrico Emanuele Prodi for their invaluable suggestions on the first draft of this article. Unless otherwise noted, all translations of Greek and Latin texts are my own.

² For the description of the ms. and its history, see Diller 1952:19-22 and Marcotte 2000:LXXVII-LXXXIV.

greatest British classical scholar of his time, called the transmitted text of the Pseudo-Scylax “one of the most corrupted books in the world”.³ He was definitely being realistic.

Many have struggled with the text of the Pseudo-Scylax. The first (inaccurate) edition was published in 1600 by the Jesuit scholar David Höschel. A very young Isaac Vossius produced a valuable edition with commentary in 1639, and many scholars have since dealt with this arduous text.⁴ Müller’s 1855 edition in the *Geographi Graeci Minores* (vol.1) has been the standard one for more than a century and a half (even if B. Fabricius’, *alias* Heinrich Theodor Dittrich, 1878 edition is considered more accurate), until Graham Shipley in 2011 provided a new text with introduction and English translation.⁵

Previous scholarship on Pseudo-Scylax’s *Periplus* has concentrated on the question of authorship. The debate probably did not enjoy as wide a readership as the recent uncovering of Elena Ferrante’s identity, but it spanned over four centuries. A review of all the different opinions has been synthetically provided in Diller’s fundamental book on the tradition of the minor Greek geographers.⁶ The common reference to Pseudo-Scylax rests upon the opening pages in D where the first line gives the alleged name of the author and the title of the work: Σκύλακος Καρυανδέως περίπλους τῆς οἰκουμένης (“Circumnavigation of the known world of Scylax of Caryanda”).⁷ Scylax of Caryanda is mentioned in Herodotus’ *Histories* (4.44) as the leader of an expedition to the river Indus in the last decades of the sixth century BC. However, the identification is mistaken and the work belongs to the fourth century BC: this conclusion has been recently expanded by Didier Marcotte, claiming that the author was an Athenian who wrote around 338-335 BC, and

³ Bentley 1699:327.

⁴ See Diller’s chronologically organised bibliography (1952:50-99).

⁵ Sergio Brillante is currently working on a new edition for the CUF Série (Les Belles Lettres).

⁶ Diller 1952:48-99 (bibliography); the index of geographers (188-189) helps to identify specific items within the bibliography. Fabricius 1841, 1844 also provided a comprehensive and useful review of earlier bibliography with his own annotations.

⁷ See *Paris. Suppl. gr.* 443, f.62. Cf. Shipley 2011:1-2. See below pp.12-13 for further discussion.

accepted in Shipley's edition.⁸ In the following pages we should refer to the work preserved in D with "Paris *Periplus*" (instead of Pseudo-Scylax).⁹

A divergent opinion has been suggested by Gerard Joannes Vossius (1577-1659) in the second edition of his *De historicis Graecis*: he considered the work of the Paris *Periplus* to be an epitome of an original *periplus* by the Scylax mentioned in Hdt. 4.44, compiled not before Polybius and belonging perhaps to the age of Constantine Porphyrogenitus (tenth century AD).¹⁰ More recent works on the Paris *Periplus* have modified and expanded Vossius' hypothesis. In 1955, Mate Suić published a paper discussing sections 20 (Ἰστρῶν) to 28 (Χάονες) of the Paris *Periplus*, i.e., the Adriatic coast from the Istrian peninsula to Epirus.¹¹ He was confident of the fact that the *Periplus*, originally the work of the sixth-century-BC Scylax of Caryanda, is full of interpolations, and tried to restore the core text.¹² The same opinion was independently developed and examined in depth by Aurelio Peretti in many published articles and one important and thorough book.¹³ However, the opinion that considers the Paris *Periplus* originally written by the sixth-century-BC Scylax of Caryanda is supported by scanty textual evidence. We shall review it, together with the remaining ancient tradition on this Carian explorer and seafarer.

2. Herodotus and Aristotle on Scylax of Caryanda

Ancient tradition on the figure of Scylax begins with Herodotus' account of his explorations to the river Indus (4.44 [T3a Kaplan]):

⁸ Marcotte 1986, 2016; Counillon 2004:24-26; cf. Shipley 2011:6-7. See also the classical overview in Müller 1855:XXXIX-L.

⁹ Following partially Marcotte 2016. The abbreviated reference to individual passages of this text will be, however, given in the generally accepted abbreviation, i.e., Ps.-Scyl.

¹⁰ Vossius 1651:124-126 (ed. Westermann, 1838:166-167). In his previous edition of the *De historicis Graecis* (1624), Vossius dated both Scylax and Pseudo-Scylax in the time of Alexander, following Scaliger (cf. Diller 1952:49, 58). Both scholars were relying heavily on Marcianus of Heraclea (see below).

¹¹ Suić 1955. His conclusions on the Adriatic coast were recently discussed by Counillon 2007 and Vitelli Casella 2011.

¹² Suić was influenced by an important article on the Adriatic coast where the author improperly stated: "Scylax of Caryanda was able to write up the human and perhaps the physical geography of the Illyrian coast. He may well have been standing on the shoulders of Phocaeen pioneers" (Beaumont 1936:172).

¹³ Peretti 1979.

τῆς δὲ Ἀσίας τὰ πολλὰ ὑπὸ Δαρείου ἐξευρέθη, ὃς βουλόμενος Ἰνδὸν ποταμόν, ὃς κροκοδείλους δεύτερος οὗτος ποταμῶν πάντων παρέχεται, τοῦτον τὸν ποταμὸν εἰδέναι τῇ ἐς θάλασσαν ἐκδιδοῖ, πέμπει πλοίοισι ἄλλους τε τοῖσι ἐπίστευε τὴν ἀληθεῖν ἐρέειν καὶ δὴ καὶ Σκύλακα ἄνδρα Καρυανδέα. οἱ δὲ ὀρμηθέντες ἐκ Κασπατύρου τε πόλιος καὶ τῆς Πακτυϊκῆς [codd : Πακτυῖης Rosén] γῆς ἔπλεον κατὰ ποταμὸν πρὸς ἡῶ τε καὶ ἡλίου ἀνατολὰς ἐς θάλασσαν, διὰ θαλάσσης δὲ πρὸς ἐσπέρην πλέοντες τριηκοστῷ μηνὶ ἀπικνέονται ἐς τοῦτον τὸν χώρον ὅθεν ὁ Αἰγυπτίων βασιλεὺς τοὺς Φοίνικας τοὺς πρότερον εἶπα ἀπέστειλε περιπλῶειν Λιβύην (cf. Hdt. 4.42). μετὰ δὲ τούτους περιπλώσαντας Ἰνδοὺς τε κατεστρέψατο Δαρεῖος καὶ τῇ θαλάσῃ ταύτῃ ἐχρᾶτο.

Most of Asia was discovered by Darius: since he wanted to know where the river Indus, which of all rivers is the second to have crocodiles, flows into the sea, he sent ships with men whose word he trusted, and among them Scylax, a man of Caryanda; they set out from the city of Caspatyros and the Pactyic region, and sailed down the river towards the east and the sunrise till they came to a sea; and voyaging over the sea westwards, they came in the thirtieth month to that place whence the Egyptian king sent the aforementioned Phoenicians to sail round Libya. After this circumnavigation, Darius subdued the Indians and made use of this sea.

Herodotus' account is geographically inaccurate, since he did not have direct knowledge of the Indus – which does not mean he was lying on purpose. Starting from the city of Caspatyros, or more correctly Caspapyros,¹⁴ which coincides probably with Kabul or Peshawar in the Gandhara region, Herodotus makes Scylax and his companions sail the river Indus eastward, even if the course of the river is actually Southwest.¹⁵ Nonetheless, the journey proceeds westwards over the sea, which means probably the present-day Arabian sea, and ends where the journey of the Phoenicians described in Hdt. 4.42 had begun, somewhere in the Gulf of Suez. Even if Herodotus' text contains some inaccuracies, it is evident that the geographical area covered by Scylax's journey has nothing to do with the Paris *Periplus* preserved in D.

¹⁴ Κασπάτυρος is the name of the city in Stephanus of Byzantium (κ 108 Billerbeck), quoting Hecataeus of Miletus (*FGrHist* 1 F295). It is also the reading of some Herodotean manuscripts (see the *apparatus criticus* in Rosén's edition, 1987).

¹⁵ See Macan 1895:30-31; Aldo Corcella's commentary in Corcella, Medaglia, Frascchetti 1999:268; Kaplan 2009.

Herodotus in 4.44 does not speak of any written account (he actually uses the verb εἶρω “speak, tell”), but some kind of official report on the journey was probably expected from Scylax, as was the case in Democedes of Croton’s explorations in South Italy: see Hdt. 3.134-137, where the report (or inventory) is referred to with the verb ἀπογράφομαι.¹⁶ It is significant that it was the Persian king Darius I who entrusted both Scylax and Democedes with the respective expeditions.

Direct evidence of a written account of Scylax’s explorations comes from Aristotle. In the *Politics*, the philosopher quotes Scylax as the source of the statement that in India “the kings are physically very different from their subjects, etc.”¹⁷ The observation seems to represent the earliest hint to the Indian caste system and at the same time shows that Scylax’s account included political and ethnographic remarks in his work. It also clarifies the character and purposes of the earliest *peripli* such as those of Scylax and Democedes: commissioned by a sovereign, the reports were supposed to gather geographic, ethnographic and political information, often with military and strategic aims.¹⁸ The final purpose of Scylax’s voyage is evident from Herodotus’ final words in the passage mentioned above: μετὰ δὲ τούτους περιπλώσαντας Ἰνδοὺς τε κατεστρέψατο Δαρεῖος καὶ τῇ θαλάσῃ ταύτῃ ἐχρᾶτο (“After this circumnavigation, Darius subdued the Indians and made use of this sea”). There is no certainty that Aristotle had first hand access to Scylax’s report, but at least his remark shows that some kind of written account of Scylax’s voyage in India circulated in Athens around the fourth century BC.

3. Strabo and the beginning of the confusion between Scylax of Caryanda and the author of the Paris Periplus

Aristotle does not seem to know of a *periplus* of the Mediterranean by the same author. For the first ancient testimony that ascribes the Paris *Periplus*

¹⁶ See Marcotte 2016:42-47.

¹⁷ Arist. *Pol.* 7.13, 1332b 12-27 (F5 Kaplan): (...) ἐπεὶ δὲ τοῦτ’ οὐ ῥάδιον λαβεῖν οὐδ’ ἔστιν ὥσπερ ἐν Ἰνδοῖς φησι Σκύλαξ εἶναι τοὺς βασιλέας τοσοῦτον διαφέροντας τῶν ἀρχομένων, φανερόν ὅτι διὰ πολλὰς αἰτίας ἀναγκαῖον πάντας ὁμοίως κοινωνεῖν τοῦ κατὰ μέρος ἄρχειν καὶ ἄρχεσθαι (“but as this is not easy to secure, and as we do not find anything corresponding to the great difference that Scylax states to exist between kings and subjects in India, it is clear that for many reasons it is necessary for all to share alike in ruling and being ruled in turn”, transl. H. Rackham).

¹⁸ Cf. Herzfeld 1968:281-285; Kaplan 2008; Marcotte 2016.

to the seafarer Scylax of Caryanda, one needs to look at Strabo's *Geography*. Discussing Caria and the city-harbour of Caryanda in Book 14, Strabo incidentally quotes Scylax ὁ παλαιὸς συγγραφεὺς ("the ancient historian", 14.2.20 C 658 [T2a Kaplan]). One should point out, with Niebuhr, that the words ὁ παλαιὸς συγγραφεὺς are definitely not specific for the chronology of the author.¹⁹ Before that, in Book 12, the same Scylax is mentioned to support the assumption that Bithynia was a Mysian settlement in the first place (12.4.8 C 566 [F11 Kaplan]): ὅτι δ' ἦν κατοικία Μυσῶν ἢ Βιθυνία πρῶτον μαρτυρήσει Σκύλαξ ὁ Καρυανδεύς φήσας περιρικεῖν τὴν Ἀσκανίαν λίμνην Φρύγας καὶ Μυσούς ("that Bithynia was a Mysian settlement is first testified by Skylax the Karyandian, who says that Phrygians and Mysians lived around lake Askania", transl. D. W. Roller). Now, the text of the Paris *Periplus* diverges from Strabo's account. There is an entry on the Bithynians (Βιθυνοί, Ps.-Scyl. 92) preceding the Mysians (Μυσία, Ps.-Scyl. 93), but the two are distinct from one another. The Paris *Periplus* does not record any remark on Mysian settlements in Bithynia. Moreover, lake Askania is nowhere to be found in the extant text. Three possibilities arise: (1) the extant *Periplus* is different from the one that Strabo used; (2) Strabo was careless (quoting from memory?) in the citation of the text; (3) since Strabo lists different ancient authors along with the alleged Scylax (Dionysius author of *Foundations*, Euphorion, and Alexander the Aetolian),²⁰ he was quoting the Paris *Periplus* through an intermediary source, which would free Strabo from the accusation of deliberately altering the text.

This Strabo passage is very problematic and no definite solution can be envisaged. But it is not the only quotation of Scylax in Strabo: another one can be recognised in 13.1.4 C 582-583 [F12 Kaplan].²¹ Discussing Aeolis and Homeric geography, Strabo reports that "Scylax of Caryanda has [the Troad] begin at Abydos", which is partly true for the Paris *Periplus* (Ps.-Scyl. 94-95). Just like the previously discussed passage, Strabo lists here a great number of sources on this disputed geographical question, which points to the fact that he was probably quoting Scylax from an intermediary source. However, what is not

¹⁹ See Niebuhr 1810:110: "Strabo's Ausdruck «ein alter Schriftsteller» beweiset gar nicht. Für alt galten in Tiberius Zeitalter alle Schriftsteller aus der vormakedonischen Zeit".

²⁰ Dionysius: *FHG*, vol.4, 395, fr.7; Euphorion: CA 43 fr.74; Alexander the Aetolian: fr.6 Magnelli.

²¹ Counillon 2004:24-25 examines both Strabo's passages under discussion.

at stake here is the fact that Strabo was acquainted with the *Paris Periplus*, even if quoting it incorrectly, and that in his time it circulated under Scylax's name. We have come thus to a hard fact: in the time of Augustus, i.e., in Strabo's time, the *Paris Periplus* had already been assigned to the ancient seafarer Scylax of Caryanda, who actually went only to the East and probably brought back a report on Indian customs and geography.

4. *Scylax and the Paris Periplus in the Roman Imperial age*

Just like Herodotus and Aristotle, there are other ancient testimonies for the existence of an account of the eastern (Indian) regions of the *oikoumene* by the historical Scylax. Harpocration, the second century AD lexicographer, quotes Scylax as the author of a *periplus* (ἐν τῷ Περίπλῳ) concerning the Troglodytae ("cave-dwellers") or, more correctly, Trogodytae.²² Herodotus speaks of Ethiopian Trogodytae living in the south of Libya (4.183), but the name has been attached to various tribes and *ethne* living in Europe, North Africa and Southwestern Asia.²³ The problematic identification of the Trogodytae undermines a precise geographical locationing. However, since no mention of the Trogodytae is to be found in the *Paris Periplus*, we can reasonably suppose that Harpocration was referring either to the historical Scylax or to an account of the Eastern lands falsely attributed to Scylax because of his authority as the first Greek to have sailed the river Indus.

This claim is also supported by another reference to Scylax and the Indian world in Philostratus' *Life of Apollonius of Tyana*. Philostratus is describing Apollonius' visit to the Indians and uses the geographical context to

²² Harp. p.296.7-9 Dindorf, s.vv. ὑπὸ γῆν οἰκοῦντες: Ἀντιφῶν ἐν τῷ Περί ὁμονοίας (fr.47 Pendrick). λέγοι ἂν τοὺς ὑπὸ Σκύλακος ἐν τῷ Περίπλῳ (F6 Kaplan) λεγομένους Τρωγοδύτας καὶ τοὺς ὑπὸ Ἡσιόδου ἐν γ' Καταλόγου (fr.150.9, 18 Merkelbach-West) Κατουδαίους ὀνομαζομένους ("Dwelling under the earth: Antiphon in *On Concord*. He may mean the Trogodytes mentioned by Scylax in the *Periplus*, and those called Subterraneans by Hesiod in the third book of the *Catalogue of Women*", transl. G.J. Pendrick). Later lexicographic tradition derives from Harpocration: see Phot. v 182 and *Suda* v 465. González Ponce 1997:38 erroneously argues that Antiphon the orator referred to the *Periplus* of Scylax ("el testimonio máspreciado se nos ha conservado en el *Léxico* de Harpocración y se remonta al orador Antifonte, autor que cita ya una obra de Escíλαx así titulada..."); a more accurate reading of Harpocration's lemma reveals that Antiphon used the expression ὑπὸ γῆν οἰκοῦντες ("dwelling under the earth"), which was discussed in the *interpretamentum* by Harpocration: only the latter is accountable for the quotation of Scylax and Hesiod (for the structure of ancient Greek lexicography, see Bossi & Tosi 1979-1980).

²³ Jahn 1948. For Trogodytai on the African coast of the Red Sea, see Salles 1988:80.

provide a skeptical narrative of the fabulous accounts of the Eastern lands.²⁴ He expressly mentions Scylax's fictitious writings (ξυγγραφαί) on Shadow-footed and Large-headed men (Σκιάποδες and Μακροκέφαλοι).²⁵ The Μακροκέφαλοι actually appear in the Paris *Periplus* (85) in the context of the Black Sea region (Colchis), but it has no direct bearing to the question of authorship since Apollonius refers clearly to the author of an account of distant Eastern lands. Ancient sources place Large-headed men in India, Libya or Colchis and they belong usually to mythical and fictitious narratives.

The lack of any hint on both Scylax and the Paris *Periplus* in the centuries that separate Aristotle from Strabo is most probably the result of the loss of so many Hellenistic literary works dealing with history, geography and ethnography.²⁶ It also points to another fact. If on the one hand Herodotus and Aristotle refer to a seafarer and reporter who, despite his distant voyage, appears quite realistic, at a later stage, especially in the writings of Harpocration and Flavius Philostratus, Scylax's account is defined through mythical, fabulous and imaginary elements. Therefore, probably as a consequence of Alexander's conquests in Asia, Scylax was included among the authors of paradoxographical writings on distant lands that flourished in the late Hellenistic age.²⁷ Another possibility can also be envisaged: in the Hellenistic age, a paradoxographical work describing India and other Eastern lands was falsely attributed to Scylax as an appeal to his authority.

The tradition that depicts Scylax as the creator of fabulous and mythical accounts of the East is still strongly represented by the twelfth century Byzantine scholar Johannes Tzetzes in his *Chiliades* (7.629 sq. [F7b Kaplan]). The erudite Tzetzes refers to a book (βιβλίον) on the people living around India

²⁴ Panchenko 2002 claims that much of Philostratus' account of India depends on Scylax of Caryanda's account, but Jones 2001 argues for a (more probable) variety of sources for Philostratus' narrative.

²⁵ Philostr. VA 3.47 (F7a Kaplan): τοὺς δὲ Πυγμαίους οἰκεῖν μὲν ὑπογείους, κεῖσθαι δὲ ὑπὲρ τὸν Γάγγην, ζῶντας τρόπον ὃς πᾶσιν εἴρηται. Σκιάποδας δὲ ἀνθρώπους ἢ Μακροκεφάλους ἢ ὅποσα Σκύλακος ξυγγραφαί περὶ τούτων αἰδοῦσιν, οὔτε ἄλλοσέ ποί βιοτεύειν τῆς γῆς οὔτε μὴν ἐν Ἰνδοῖς ("The pygmies, he said [sc. Iarchas, an Indian sage], lived underground, and they dwell across the Ganges, living in the way that everyone has described. But shadow-footed men, long-headed ones, or all the creatures that Scylax celebrates in his works, these lived neither in other parts of the world nor indeed in India", transl. C.P. Jones).

²⁶ Cf. the notorious ratio on surviving against lost Greek historiography of the Hellenistic age in Strasburger 1977:14-15.

²⁷ Cf. Giannini 1963, 1964; Schepens & Delcroix 1996; Winiarczyk 2011:1-27.

by Scylax of Caryanda: Shadow-footed, Winnowing-fan-eared, One-eyed, Single-bearing men populate the book in Tzetzes's verses. It is unlikely that he had at his disposal Scylax's original work. Since he mentions a book, he was probably referring to a pseudepigraphical work that went under the name of Scylax, which was clearly not the *Paris Periplus*.

However, there is also another side to the issue of Scylax's ancient tradition: he seems to have had a fundamental role in the history of geographic literature, especially periplography. Rufus Festus Avienus,²⁸ at the beginning of his *Ora maritima* (32-50 [T5 Kaplan]), lists many ancient logographers and historiographers whom he has allegedly exploited for his verses. The list begins with Hecataeus of Miletus and Hellanicus of Lesbos, and includes Scylax of Caryanda as well as other obscure authors, but it significantly ends with Herodotus and Thucydides, the canonical Greek historians.²⁹ Even if Scylax was never included in any "canonical" list of Greek geographers or historians, his presence in this list is a strong indication of his authority in late antiquity.³⁰

But was Avienus referring to the seafarer of the sixth century BC or to the extant text in the *Paris Periplus*? The answer lies in another passage of the same work (*Or. mar.* 370-374 [F8 Kaplan]), where Avienus quotes Scylax in the context of the disputed distance between the shores at the Strait of Gibraltar, i.e., the famous Pillars of Heracles (*columnae Herculis*):

*sed ad columnas quicquid interfunditur
und(a)e aestuantis stadia septem vix ait
Damastus esse; Caryandaeus Scylax
medium fluentum inter columnas adserit
tantum patere quantus aestus Bosp[h]oro est*

But as to the amount of swirling sea between the Pillars, Damastus says there are scarcely seven stades; Scylax of Caryanda asserts that the water between the Pillars extends as much as the sea does in the Bosphorus (transl. J.P. Murphy).

²⁸ On the name and identification of this author, see Cameron 1995.

²⁹ On ancient Greek canonical historians, see Nicolai 1992 and Matijašić 2017 (forthcoming).

³⁰ On the so-called canon of Greek geographers, which was never included among the other ancient literary canons, see Nicolai 1986.

The Paris *Periplus* (Ps.-Scyl. 1, 111) gives actually the distance between the Pillars as a day's sail, which would be ca. 500 stades or 90 km, way too much: the distance from Gibraltar to Ceuta is 23 km, while the shortest crossing is only 14 km.³¹ But on the other hand, Damastus (or rather Damastes, see *FGrHist* 5), who is also mentioned in Avienus' list of sources mentioned above (*Or. mar.* 46 [T5 Kaplan]), speaks of seven stades, which is actually the shortest crossing of the Bosphorus in the Paris *Periplus* (Ps.-Scyl. 67).³² It seems quite probable that the author of the *Ora maritima* was actually using the Paris *Periplus*, even if quoting it inaccurately and mixing up the information he took from Damastes. Obviously, Avienus used a text which was already (erroneously) assigned to Scylax of Caryanda, an undisputed authority in the field of geographical explorations.

At a later stage in the history of its tradition, the Paris *Periplus* was widely employed by the anonymous author of the *Periplus Ponti Euxini* (probably sixth century AD), a compilation of four different *peripli*: the *Periplus* of Menippus (known only through Marcian's epitome), Arrian's *Periplus of the Euxine Sea*, Pseudo-Scymnus' iambic trimeters (only partially preserved), and, finally, the Paris *Periplus*.³³ Moreover, the *scholia* to Apollonius Rhodius include two fragmentary quotations from the Paris *Periplus*,³⁴ but since it is difficult to assign a precise chronology to these *scholia* (between the first and the sixth century AD),³⁵ they can be dismissed as not very significant for our understanding of the *Periplus*'s ancient tradition.

We have almost come to the end of antiquity with these latter remarks on Avienus and the *Periplus Ponti Euxini*, but before we can deal with a fundamental episode in the history of the text of the Paris *Periplus*, i.e., Marcianus' collection of geographical texts, we should review a testimony that has been used as proof to demonstrate that the historical Scylax was the original

³¹ The figures in the Paris *Periplus* refer probably to the distance between Gadeira and some city on the African shore; see Shipley 2011:90.

³² Cf. Shipley 2011:147.

³³ See Diller 1952:1-2, 102-117. For an edition of all the above mentioned texts, see Müller 1855. The standard edition of the so-called Pseudo-Scymnus (more correctly *Iambics to King Nicomedes*) is now Marcotte 2000. For the exact places where the Anonymous uses the Paris *Periplus*, see Diller 1952:107 and Shipley's commentary 2011:passim.

³⁴ These are *schol. Ap. Rhod.* 1.1177-1178a (p.107 Wendel; F10 Kaplan) and 4.1215 (p.310 Wendel; F9 Kaplan).

³⁵ Cf. Dickey 2007:62-63.

author of the *Paris Periplus*. We should turn back to the age of the Second Sophistic to consider a passage in Athenaeus' *Deipnosophistae* (2.70a-c [FF3-4 Kaplan]):

κινάρα. (...) Ἑκαταῖος δ' ὁ Μιλήσιος ἐν Ἀσίας περιηγήσει (*FGrHist* 1 F291), εἰ γνήσιον τοῦ συγγραφέως τὸ βιβλίον· Καλλίμαχος γὰρ Νησιώτου αὐτὸ ἀναγράφει (fr.437 Pfeiffer)· ὅστις οὖν ἐστὶν ὁ ποιήσας, λέγει οὕτως· περὶ τὴν Ὑρκανίην θάλασσαν καλεομένην οὖρεα ὑψηλὰ καὶ δασέα ὕλησιν, ἐπὶ δὲ τοῖσιν οὖρεσιν ἄκανθα κυνάρα. καὶ ἐξῆς· Πάρθων πρὸς ἥλιον ἀνίσχοντα Χοράσμιοι οἰκοῦσι γῆν, ἔχοντες καὶ πεδία καὶ οὖρεα· ἐν δὲ τοῖσιν οὖρεσι δένδρεα ἐνὶ ἄγρια, ἄκανθα κυνάρα, ἰτέα, μυρίκη. καὶ περὶ τὸν Ἰνδὸν δὲ φησι ποταμὸν γίνεσθαι τὴν κυνάραν. καὶ Σκύλαξ δὲ ἢ Πολέμων γράφει (fr.92 Preller)· εἶναι δὲ τὴν γῆν ὑδροηλὴν κρήνησι καὶ ὀχετοῖσιν, ἐν δὲ τοῖς οὖρεσι πέφυκε κυνάρα καὶ βοτάνη ἄλλη. καὶ ἐν τοῖς ἐξῆς· ἐντεῦθεν δὲ ὄρος παρέτεινε τοῦ ποταμοῦ τοῦ Ἰνδοῦ καὶ ἐνθεν καὶ ἐνθεν ὑψηλὸν τε καὶ δασὺ ἀγρίῃ ὕλῃ καὶ ἀκάνθῃ κυνάρᾳ.

Artichoke. Hecataeus of Miletus in the *Tour of Asia*, if the book is actually his; because Callimachus ascribes it to Nesiotes. Whoever the author is, therefore, he says the following: Around the so-called Hyrcanean Sea are high mountains covered with thick woods, and cardoon-thorn grows on the mountains. And immediately after this: The territory east of the Parthians belongs to the Chorasmiroi, who inhabit both the plains and the mountains. In the mountains are wild trees, cardoon-thorn, willow, and tamarisk. He says that cardoons also grow around the Indus River. Scylax or Polemon as well writes: The land is watered by springs and irrigation channels, and cardoons and other foliage grow in the mountains. And in the section immediately after this: The mountain range extends from here along both sides of the Indus River, and is high and thickly covered by wild trees and bushes and cardoon-thorn (transl. S. Douglas Olson).

In the first place, Athenaeus has doubts on the authorship of the Ἀσίας περιήγησις and reports that Callimachus, most probably in his *Pinakes*, ascribed the work to the unknown Nesiotes.³⁶ Since the following description comprises portions of Asia, with many details concerning the flora and the territory (horography, idrography, etc.) that imply an autopsy of the region, the work and its author are probably Hellenistic, and not as early as Hecataeus.

³⁶ For the same doubt see Ath. 9.410e: ὡς Ἑκαταῖος (*FGrHist* 1 F385) δηλοῖ ἢ ὁ γεγραφὼς τὰς Περιηγήσεις ἐν τῇ Ἀσίᾳ ἐπιγραφομένη ("as Hecataeus, or whoever wrote the *Periegesis*, displays in the work entitled Asia").

Following the description of the Hyrcanian Sea, there comes yet another doubtful quotation introduced by καὶ Σκύλαξ δὲ ἢ Πολέμων γράφει (“and Scylax or Polemon writes”). Aurelio Peretti considered this Athenaeus passage to be a fragment of Scylax, even if quoted through Polemon (“un estratto dal resoconto di Scilace, citato nel dialetto originale, sia pure con la mediazione del periegeta Polemone”).³⁷ However, he seems to be contradicting the textual evidence. There are actually two separate citations: one from a pseudo-Hecataeus, the other from *either* Scylax *or* Polemon, a Hellenistic periegetic writer.³⁸ Since the section that is attributed to Scylax or Polemon deals uniquely with Indian plants, rivers and mountains, we can exclude that Athenaeus was quoting from the Paris *Periplus*. His hesitation on the authorship of the passage casts some doubts on the reliability of the fragment itself. But was Athenaeus referring to the real Scylax or to some pseudepigraphic work dealing with India? The question must remain unanswered given that both possibilities are plausible. Concluding this brief review of the authors mentioned in Ath. 2.70a-c, it must be said that it does not represent a reliable testimony for the ancient tradition of the historical Scylax.

5. Marcianus of Heraclea and the collection of the minor Greek geographers

A fundamental step in the history of the text of the Paris *Periplus* is the late-antique geographer Marcianus of Heraclea (fifth-sixth century AD): he collected a corpus of minor ancient Greek geographers which survives in the already mentioned *Paris. suppl. gr.* 443 (D).³⁹ The corpus was one of the main sources of Stephanus of Byzantium’s *Ethnika*, in the age of Justinian, and was probably exploited by the anonymous author of the *Periplus Ponti Euxini*.⁴⁰ Marcianus is also responsible for the introductory note at the beginning of the

³⁷ Peretti 1979:61-62.

³⁸ Fragments collected in Preller 1838.

³⁹ See Diller 1952:3-10, 22-26; Marcotte 1986:166; Marcotte 2000:LXXX-LXXXVI. For recent studies on Marcianus, see Altomare 2014-2015 with further bibliography. Marcotte 2000:CXXII, supported by Crinagoras’ epigram in *Anth. Pal.* 9.559, suggests that Menippus, in the age of Augustus, was the original promoter of the collection of minor Greek geographers (see esp. the use of ἵστωρ κύκλος and the reference to Menippus as πάσης ἰδρύς γεωγραφίης in the above mentioned epigram).

⁴⁰ See Marcotte 2000:CXVII-CXIX and CXXVII-CXXX and above, p.10.

Paris *Periplus*,⁴¹ where biographical information as well as a summary of the content of the work are presented.⁴² Marcianus' introduction was most probably the direct source of the title of the work and of the brief and confused summary that comes before the text of the Paris *Periplus* itself;⁴³ the copyist of D, after reading Marcianus' note, reproduced the name of Scylax with the title, adding a few clumsy lines that are supposed to elucidate the subject-matter.

Once we have clarified Marcianus' intervention, we can assume that when he collected his corpus, the Paris *Periplus* was already assigned to Scylax of Caryanda: Marcianus thus perpetuated the erroneous ascription, added what he knew of Scylax from other ancient sources, and transmitted the error to the copyist of D and, as a consequence, to modern scholars.

6. The lexicon of Suda's many Scylaxes

Finally, in the tenth century AD, in an age of revival of ancient Greek literature, Scylax was the subject of an entry in the *Suda* lexicon,⁴⁴ "still the world's most confused source of biographical and bibliographical information", according to Martin L. West.⁴⁵ The entry is an unreliable patchwork of contrasting sources and mixes up different Scylaxes (*Suda* σ 710 Adler [T1 Kaplan]):⁴⁶ Σκύλαξ, Καρυανδεύς (πόλις δ' ἐστὶ τῆς Καρίας πλησίον

⁴¹ *Paris. suppl. gr.* 443, ff.62-63. Kaplan (2009: T4) refers to this text as *scholia*, when he should have probably used another word, such as *prolegomena*. On *scholia* and scholiasts, see Wilson 2007. The first scholar to identify Marcianus as the author of the marginal note was Letronne 1840:249, supported later on by Diller's accurate analysis (1952:46).

⁴² An obscure author is mentioned in Marcianus' note, Aelius Dius, who wrote *On Alexandria* and said that "Scylax dedicated his work to Darius" (*schol. in Ps.-Scyl.* 1 [T4 Kaplan]): Αἴλιος Δῖος ἐν τῷ Περὶ Ἀλεξανδρείας βιβλίῳ πρῶτῳ (*FGrHist* 629 F1) φησὶν ὅτι Δαρεῖω προσεφώνησε Σκύλαξ τὸ φρόντισμα). In order to clear any doubt, it should be noted here that Aelius Dius belongs most probably to the second or third century AD (according to his Roman name, a reference to the *gens Aelia*, cf. Kaldellis 2011), and that he was clearly referring to the historical Scylax when he mentioned Darius: he could have gathered the information in Herodotus.

⁴³ Σκύλακος Καρυανδέως περίπλους τῆς οἰκουμένης (f.62), and, after Marcianus' introduction: Σκύλακος Καρυανδέως περίπλους τῆς θαλάσσης τῆς οἰκουμένης Εὐρώπης καὶ Ἀσίας καὶ Λιβύης, καὶ ὅσα καὶ ὅποια ἔθνη ἕκαστα, ἐξῆς καὶ χῶραι καὶ λιμένες καὶ ποταμοὶ καὶ ὅσα μήκη τῶν πλῶν, καὶ αἱ νῆσοι αἱ ἐπὶ αἱ οἰκούμεναι, καθότι ἐκάστη κεῖται τῆς ἡπείρου (f.63) ("Scylax of Caryanda's circumnavigation of the sea of the inhabited part of Europe, Asia and Libye, and the number and nature of each *ethne*, and following the lands and harbours and rivers and the length of the voyages, and the seven islands that are inhabited, as each lies in relation to the mainland"). For a discussion of this text, cf. Shipley 2011:1-2. This latter text is not reported in Kaplan's collection of fragments (2009).

⁴⁴ Cf. González Ponce 1997:37-38; Schepens 1998; Kaplan 2009: T1; Shipley 2011:5.

⁴⁵ West 1983:20.

⁴⁶ As Isaac Vossius already recognised in the *Praefatio* to his edition of the *Periplus* (1639): "Tres enim fuere Scilaces Caryandenses. Antiquissimus est, qui sub Dario, Hystaspis filio,

Ἀλικαρνασσοῦ τὰ Καρύανδα), μαθηματικὸς καὶ μουσικὸς. Περίπλουν τῶν ἐκτὸς τῶν Ἡρακλέους στηλῶν, Τὰ κατὰ Ἡρακλείδην τὸν Μυλασσῶν βασιλέα, Γῆς περίοδον, Ἀντιγραφὴν πρὸς τὴν Πολυβίου ἱστορίαν. (“Scylax of Caryanda (a city in Caria near Halicarnassus) mathematician and scholar. (Wrote) Account of the Coasting Voyage outside the Pillars of Heracles, The history of Heraclides King of the Mylasians, Circuit of the Earth, Response to the History of Polybius.”).

The author of the entry probably combined two or more distinct authors: the Scylax of Caryanda we have been dealing with so far, and Scylax of Halicarnassus. The latter was known to Cicero as an astronomer and close friend of Panaetius and could be the author of the *Response to the History of Polybius*.⁴⁷ Regarding the history of Heraclides, one Heraclides of Mylasa (Ἀνὴρ Μυλασσεύς) is mentioned as the chief of the Carians fighting the Persians in Hdt. 5.121 and in a fragmentary Würzburg-papyrus.⁴⁸ If this Heraclides was a contemporary of Scylax of Caryanda, there is a faint possibility that the latter was the author of Heraclides’ biography: it would represent the first attempt by a Greek to write a historical biography.⁴⁹ However, nothing else is known of this work except the *Suda* entry, and we should be very cautious on its attribution. Eventually, the *Suda* mentions different geographical works: an *Account of the Coasting Voyage outside the Pillars of Heracles* and a *Circuit of the Earth*. We can dismiss the account outside the Pillars of Heracles, since it is definitely not the Paris *Periplus*, the latter being a description of the inner part (ἐντὸς) of the Pillars, i.e., the Mediterranean.⁵⁰ Regarding the *Circuit of the Earth*, the words γῆς περίοδον refer more generally to exploration journeys. The expression

floruit; alter, Darii Nothi; tertius vero, aetate Polybii. (...) Hunc autem Periplus Scilacis, esse ἐπιτομὴν & compendium majoris operis, nullus dubito” (“In fact there were three Scilaces of Caryanda: the most ancient lived under Darius son of Hystaspes; the other lived under Darius Nothus; the third lived in the age of Polybius. (...) I do not doubt that this *Periplus* of Scylax is an epitome and summary of a larger work”).

⁴⁷ Cic. *De div.* 2.42 (88): *Scylax Halicarnassius, familiaris Panaeti, excellens in astrologia idemque in regenda sua civitate princeps, totum hoc Chaldaeicum praedicendi genus repudiavit* (“Scylax of Halicarnassus, an intimate friend of Panaetius, and an eminent astronomer, besides being the head of the government in his own city, utterly repudiated the Chaldean method of foretelling the future”, transl. W.A. Falconer).

⁴⁸ See Wilcken 1906 and further bibliography in Schepens 1998.

⁴⁹ This was stressed especially by Mazzarino 1966:83-87 and Momigliano 1971:29-30, 44. A detailed and skeptical analysis in Schepens 1998.

⁵⁰ There is always the possibility of a corruption in the *Suda* entry: ἐκτὸς for ἐντὸς. See Gisinger 1927:625-626 for such an approach. But it is not always wise to correct a text and make it say what we want to hear.

indicates a map or a chart in Herodotus, Aristophanes and Aristotle's *Meteorology*,⁵¹ while in the *Rhetoric* the philosopher refers to αἱ τῆς γῆς περίοδος χρήσιμοι as works of descriptive geography, as opposed to historical narratives (αἱ τῶν περὶ τὰς πράξεις γραφόντων ἱστορίαι).⁵² If, on the one hand, περίπλους indicates the account of a voyage by sea (or river), περίοδος refers to a land-journey, which was not the case either with Scylax of Caryanda or with the Paris *Periplus*.⁵³ In conclusion, we cannot infer much from the *Suda* entry, a confused and clumsy source of information.

In the same century when the *Suda* was compiled, the Byzantine emperor Constantine Porphyrogenitus collected his sources for the *De thematibus* and noticed the absence of any reference to the Armenian theme in Scylax of Caryanda (*De them.* 2.1 [F13 Kaplan]): (...) οὔτε Μένιππος ὁ τοὺς σταδιασμοὺς τῆς ὅλης κατοικουμένης ἀπογραψάμενος οὔτε μὴν Σκύλαξ ὁ Καρυανδηνὸς οὔτε Πausανίας οὔτε ἄλλος τις τῶν ἱστορίας γεγραφότων (“nor Menippus the recorder of the stade-measurements of the whole inhabited world, nor Scylax of Caryanda, nor Pausanias or any other writers of histories”). Since Scylax is quoted alongside Menippus, it is very probable that Constantine had Marcianus's corpus at his disposal.⁵⁴ He was therefore influenced by a long-standing (erroneous) tradition on the authorship of the Paris *Periplus*.

7. Conclusion

To sum up, there is no convincing evidence that the extant Paris *Periplus* is actually related to the historical Scylax of Caryanda, seafarer and explorer in the last decades of the sixth century BC. The confusion on the authorship of the Paris *Periplus* took place sometime in the Hellenistic age and comes to light as early as Strabo's *Geography*. It must have resulted from a mixture of ignorance, of an uncompromising will to assign the work to an

⁵¹ Hdt. 4.36.2; 5.49; Ar. *Nub.* 206; Arist. *Mete.* 350a16; see also Agathem. 1.

⁵² Arist. *Rh.* 1360a34; for the same meaning of “descriptive geography” see also Arist. *Pol.* 1262a19. For a general assessment on the words περίοδος and περίπλους, Marcotte 2000:LXI-LXVI.

⁵³ Peretti (1979:69ff.) believed that the Γῆς περίοδος mentioned in the *Suda* refers to the Paris *Periplus*, but his opinion is preconceived and tautological, based on the assumption that the work must belong to the historical Scylax. Even if the title refers to a lost work by the historical Scylax, it does not demonstrate that it has anything to do with the Paris *Periplus*.

⁵⁴ See Marcotte 2016:44.

author, and of Scylax's authority in the subgenre of periplography. It is also probable that other geographical and paradoxographical texts dealing with India were ascribed to Scylax in antiquity, as displayed in Harpocraton, Philostratus, and Tzetzes. The authority of Scylax as the first Greek to have visited India must have played a fundamental role in this ancient tradition.

Some scholars have insisted on the hypothesis that the Paris *Periplus* belongs to the historical Scylax, but it is a preconceived idea based on this ancient error, or rather wilful falsification. The archaising tendency (which to some degree is still alive today) to ascribe a work to a much older author was already flourishing in the age of Augustus, when Strabo quoted a passage from the Paris *Periplus* but ascribed it erroneously to Scylax. In the early Byzantine period, Marcianus of Heraclea, collecting his corpus of the minor Greek geographers, perpetuated the error and handed it down to the copyist of the *Paris. suppl. gr.* 443 in the thirteenth century.

Bibliography

- Altomare, B. (2014-2015) "Périples dans le périple: Notes sur la structure du *Périple de la Mer Extérieure* de Marcien d'Héraclée et sur sa tradition indirect", *RET* 4, 35-53.
- Beaumont, R. L. (1934) "Greek influence in the Adriatic before the fourth century B.C.", *JHS* 56, 159-205.
- Bentley, R. (1699) *A Dissertation upon the Epistles of Phalaris*. London. <<https://archive.org/stream/dissertationupon00bent#page/n3/mode/2up>>. Access on: 24.1.2017.
- Bossi, F.; Tosi, R. (1979-1980) "Strutture lessicografiche greche", *BIFG* 5, 7-20.
- Cameron, Al. (1995) "Avienus or Avienius?", *ZPE* 108, 252-262.
- Corcella, A.; Medaglia, S.M.; Frascchetti, A. (1999) *Erodoto, Le Storie. Libro IV: La Scizia e la Libia*, seconda edizione, Milano: Fondazione Lorenzo Valla, Mondadori.
- Counillon, P. (2004) *Pseudo-Skylax: le Périple du Pont-Euxin*. Texte, traduction, commentaire philologique et historique. Bordeaux: Ausonius.
- _____. (2007) "Le Périple du Pseudo-Skylax et l'Adriatique, § 17-24". In *Les Routes de l'Adriatique Antique. Géographie et Économie / Putovi antičkog Jadrana. Geografija i gospodarstvo*, éd. par S. Čače, A. Kurilić et F. Tassaux. Bordeaux: Ausonius/Zadar: Presses Universitaires de Zadar, 19-29.
- Dickey, E. (2007) *Ancient Greek Scholarship*. Oxford: Oxford University Press.
- Diller, A. (1952) *The Tradition of the Minor Greek Geographers* (American Philological Association, Philological Monographs, Nr. XIV). Lancaster PA.
- Fabricius, B. alias Heinrich Theodor Dittrich (1841) "Über den Periplus des Skylax. I", *Zeitschrift für die Alterthumswissenschaften*, 1105-1120.
- _____. (1844) "Über den Periplus des Skylax. II", *Zeitschrift für die Alterthumswissenschaften*, 1081-1103.
- _____. (1878) *Anonymi vulgo Scylacis Caryandensis Periplum maris interni cum appendice*, Leipzig: Teubner.
- Giannini, A. (1963) "Da Omero a Callimaco: Motivi e forme del meraviglioso", *RIL* 97, 247-266.
- Giannini, A. (1964) "Studi sulla paradossografia greca II: Da Callimaco all'età imperiale", *Acme* 17, 99-138.
- Gisinger, F. (1927) "Skylax (2)", *RE* 3, A1, 619-646.
- González Ponce, F.J. (1997) "Suda, s.v. Σκῦλαξ. Sobre el título, el contenido y la unidad de *FGrHist* III C 709", *Geographia Antiqua* 6, 37-51.
- Herzfeld, E. (1968) *The Persian Empire. Studies in Geography and Ethnography of the Ancient Near East*. Wiesbaden: F. Steiner.
- Jahn, K. (1948) "Trogodytai", *RE* 7, A2, 2497-2500.
- Jones, C.P. (2001) "Apollonios of Tyana's passage to India", *GRBS* 41, 185-199.

- Kaldellis, A. (2011) "Ailios Dios (629)", *Brill's New Jacoby*, Brill Online. Access on: 5.1.2017.
- Kaplan, Ph. (2008) "The function of the early «periploi»", *ClassBull* 84, 27-46.
- _____. (2009) "Skylax of Karyanda (709)", *Brill's New Jacoby*, Brill Online. Access on: 5.1.2017.
- Letronne, A.J. (1840) *Fragments des poèmes géographiques de Scymnus de Chio et du faux Dicéarque: restitués principalement d'après un manuscrit de la Bibliothèque royale*. Paris: Librairie de Gide.
- Macan, R.W. (1895) *Herodotus. The Fourth, Fifth, and Sixth Books*. London: MacMillan and Co.
- Marcotte, D. (1986) "Le périple dit de Scylax: Esquisse d'un commentaire épigraphique et archéologique", *BollClass* 7, 166-182.
- _____. (2000) *Géographes Grecs. Vol. I. Introduction Générale. Ps.-Scymnos: Circuit de la Terre*. Texte établi, traduit et commenté par D. Marcotte. Paris: Les Belles Lettres.
- _____. (2016) "Démocédès de Croton, l'apographé et la genèse du périple". In *La letra y la carta. Descripción verbal y representación gráfica en los diseños terrestres grecolatinos. Estudios en honor de Pietro Janni*, ed. por F.J. González Ponce et alii. Sevilla: Universidad de Sevilla, Universidad de Alcalá, 35-49.
- Matijašić, I. (2017) *Shaping the Canons of Ancient Greek Historiography. Imitation, Classicism, and Literary Criticism*. Berlin-Boston: De Gruyter. (forthcoming)
- Mazzarino, S. (1966) *Il Pensiero Storico Classico*. Bari-Roma: Laterza, vol.1.
- Momigliano, A. (1971) *The Development of Greek Biography*. Cambridge MA: Harvard University Press.
- Müller, K. (1855) *Geographi Graeci Minores, e codicibus recognovit, prolegomenis adnotatione indicibus instruxit, tabulis aeri incisis illustravit C. Müllerus*. Paris: Firmin-Didot et sociis, vol.1.
- Nicolai, R. (1986) "Il cosiddetto canone dei geografi", *MD* 17, 9-24.
- _____. (1992) *La Storiografia nell'Educazione Antica*. Pisa: Giardini.
- Niebuhr, B.G. (1810) "Über das Alter des Küstenbeschreibers Skylax von Karyanda", *Abhandlungen in der Akademie der Wissenschaften zu Berlin*, reprinted in *Kleine historische und philologische Schriften*, Erste Sammlung, Bonn: E. Weber, 1828, 105-126.
- Panchenko, D. (2002) "Scylax in Philostratus' *Life of Apollonius of Tyana*", *Hyperboreus* 8, 5-12.
- Peretti, A. (1979) *Il Periplo di Scilace. Studio sul Primo Portolano del Mediterraneo*. Pisa: Giardini.
- Preller, L. (1838) *Polemonis Periegetae fragmenta*. Leipzig: Sumtibus Guilielmi Engelmanni.

- Salles, J.-F. (1988) "Le circumnavigation de l'Arabie dans l'antiquité classique". In *L'Arabie et ses Mers Bordières, I. Itinéraires et voisinages. Séminaire de recherche 1985-1986*, éd. par J.-F. Salles. Lyon: GS-Maison de l'Orient, 75-102.
- Schepens, G.; Delcroix, K. (1996) "Ancient paradoxography: Origin, evolution, production and reception". In *La Letteratura di Consumo nel Mondo Greco-Latino*, a cura di O. Pecere e A. Stramaglia. Cassino: Università degli Studi di Cassino, 373-460.
- Schepens, G. (1998) "1000 (= 709). Skylax of Karyanda". In *Felix Jacoby, Die Fragmente der griechischen Historiker Continued*, IV A.1, ed. by J. Bollansée, G. Schepens, J. Engels, and E. Theys. Leiden-Boston-Köln: Brill, 2-27.
- Shipley, G. (2011) *Pseudo-Skylax' Periplus*. Text, Translation and Commentary. Bristol: Phoenix Press.
- Strasburger (1977) "Umblick im Trümmerfeld der griechischen Geschichtsschreibung". In *Historiographia antiqua. Commentationes Lovanienses in honorem W. Peremans*. Leuven: University Press, 3-52 (= *Studien zur Alten Geschichte*, vol.3, Hildesheim-New York: Georg Olms, 1990, 169-218).
- Suić, M. (1955) "Istočna jadranska obala u Pseudo Skilakovu Periplusu", *Rad JAZU* 306, 121-185.
- Vitelli Casella, M. (2011) "Il transito degli Argonauti nell'Adriatico settentrionale e centrale: Note geografiche ad A. R. 335-587", *RSA* 41, 9-23.
- Vossius, G.J. (1651) *De historici Graecis libri IV, editio altera*. Leiden: ex officina Ioannis Maire (reprinted and revised by A. Westermann, Leipzig: Dykian, 1838).
- West, M.L. (1983) "Orus' Lexicon: Review of Das attizistische Lexikon des Oros by K. Alpers", *CR* 33, 20-22.
- Wilcken, U. (1906) "Ein Sosylos-Fragment in der Würzburger Papyrussammlung", *Hermes* 41, 103-141.
- Wilson, N. (2007) "Scholiasts and commentators", *GRBS* 47, 39-70.
- Winiarczyk, M. (2011) *Die hellenistischen Utopien*, Berlin-New York: De Gruyter.

A SOUVENIR FROM NAHUR: A SAMPLE OF “ENTANGLEMENT” IN THE RECONSTRUCTION OF THE MESOPOTAMIAN PAST

María Dolores Casero Chamorro¹

ABSTRACT: A.O.76.25 is not a common booty label inscription. The original has yet to be found, but its remembrance is integrated into a larger text, VAT 16381, recorded on a clay tablet, where it is quoted in lines 21 to 24. The circumstances and context in which this inscription has been transmitted present some peculiarities which make it an excellent example for analysis from the agency theoretical perspective. The study will draw on the model of “entanglement” proposed by Hodder (2012) with regard to the interactions and relations of dependence between the human and object spheres. This will provide a better understanding of looted objects and their role in constructing the Assyrian identity, through their life and the layers of meaning they contained for Adad-nirari I and Tukulti-Ninurta I, the Assyrian kings that possessed them, used them and contemplated them.

KEYWORDS: Entanglement theory; cultural memory; Adad-nirari I; Tukulti-Ninurta I; cedar columns.

In the corpus of *Assyrian Rulers of the Third and Second Millennium BC*, Grayson supplies a series of Assyrian royal inscriptions arranged chronologically by kings. The order of the inscriptions within a king’s reign is established under typological criteria: groupings of commemorative inscriptions, dedicatory texts, and label texts, all of them translated and enriched with brief commentaries and bibliography.²

The section of label inscriptions devoted to the king Adad-nirari I (1307-1275 BC)³ begins with the royal inscription A.O.76.25, which refers to the king’s ownership of the goods inscribed on it and informs of their capture as booty by Adad-nirari I in his north-western expansion.⁴

¹ Universidad Complutense de Madrid - Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Email: md_casero@hotmail.com.

² Grayson 2002:4.

³ For the chronology and transcription of the royal names I follow Brinkman 1977:335-348.

⁴ A series of campaigns he undertook to expand the Land of Ashur from the Balikh River up to the left side of the Euphrates, adding thus the land of Hanigalbat, old kingdom of Mitanni (Munn-Rankin 2008:276).

The inscription reads as follows:⁵

- 1' É.GAL ^{ld}IŠKUR-ÉRIN.TAḪ LUGAL K[UR ^dA-šur]
- 2' DUMU GÍD-*de-en* DINGIR LUGAL KUR ^dA-šur
- 3' DUMU ^dEN.LÍL-ÉRIN.TAḪ LUGAL KUR ^dA-šur-ma
- 4' *ki-ši-it-ti*^{URU} Na-ḫur

- 1' (From) the Palace of Adad-nirari (I), king of [Assyria],
- 2' offspring of Arik-den-ili, king of Assyria,
- 3' offspring of Enlil-nirari, also king of Assyria.
- 4' Booty of Nahur.

Despite its similarities in content and structure to subsequent label texts,⁶ the unusual circumstances and context in which the inscription has come down to us make it a good case for the application of the model of “entanglement” proposed by Hodder, which concerns the interactions between the human and object spheres and the question of how these deepen our comprehension of the historical past.⁷

A.o.76.25 is not an ordinary booty label inscription; in fact, it has not reached us in the expected way, namely through the discovery of the booty object where it was inscribed. The original has yet to be discovered, but is nevertheless commemorated and integrated into a larger text, VAT 16381,⁸ recorded on a clay tablet where it occupies lines 21 to 24 (21 belongs to the obverse and 22-24 to the reverse).⁹ Furthermore, this larger text provides us with a report of the “life-cycle” of the specific loot brought from Nahur: some cedar columns, whose origins, functions, and journeys are being narrated. This

⁵ For a detailed editorial history, see Grayson 2002:159-161. My own translation is based on the reading of Weidner 1954-56, adapted by Grayson 1987.

⁶ Cf. A.o.76.26, also inscribed on some alabaster vases that were carried off as booty in the north-western expansion, specifically from the great royal city of Taidu (exemplars 2,3,5,6,8,10 of A.o.76.26) and the city of Irridu (exemplar 13 of A.o.76.26), which were conquered in the context of the war against Hanigalbat and narrated in A.o.76.3: 26-27 and A.o.76.3:35, respectively.

⁷ Hodder 2012. Departing from the materiality approach of archaeology, Hodder engages with the life force inherent in things and humans that makes them agents and actors of historical developments within a dynamic framework of relationships which go beyond the traditional dualist notion of object-subject.

⁸ For the abbreviations used in this article check http://cdli.ox.ac.uk/wiki/abbreviations_for_assyriology.

⁹ Photo available in <http://cdli.ucla.edu/>. Catalogue number P282418, drawing in MARV 14 (VS 19).

allows us to construct their “biography”¹⁰ as if they were living beings. The information in the text could be summarized as follows:

In the “palace of Adad-nirari (I)” *ēkalli Adad-nirari* – interpreted as the so-called Old Palace of Ashur (line 21)¹¹ –, there was a certain number of cedar columns, presumably 9 or 10,¹² one of which was also apparently coated with bronze or copper (lines 1-2),¹³ and whose length ranged from 11 to 7 cubits (lines 3-10).¹⁴ The columns were not originally from Ashur, but as the labels on their bases indicate – *ina qumašāte*¹⁵ –, they were brought from the city of Nahur as booty by Adad-nirari himself (lines 24-25). During the time of Tukulti-Ninurta I (1244-1208 BC), grandson of Adad-nirari I, under whose reign this text was written,¹⁶ the columns were eventually relocated to a new place in the city, the “Palace of the Tabira-Gate” – *ša ina ēkallim ša abul Tabira* –, the New Palace built by Tukulti-Ninurta¹⁷ to be part of a shrine – *bīt papāḥi*¹⁸ (lines 26-27).¹⁹ After their relocation, we are told that “by royal command” – *ina abāt šarri* (line 31a)²⁰ – some officials (lines 31b-35a)²¹ were in charge of transporting them from the

¹⁰ Gosden and Marshall 1999:69.

¹¹ Pedde and Lündstrom 2008:159.

¹² Weidner 1954-56:146.

¹³ According to Weidner (*ibid.*), this could be the interpretation of the first two lines: 1) 1 *ti-im-mu ša* ^{wis}*e-ri* [*i-ni*] 2) *ma-su-ú la ga-am-ri* [*u*].

¹⁴ According to Weidner (*ibid.*), 3) 11? *i-na* [*am-m*] *i* [*t*] *e a-ri-ik* [...] / 5) 4 (5?) KI.MINA 10^{ta.ām} *i-na am-mi-te* [...] 7) 1 KI.MINA 10 *i-na am-mi-te a-ri-ik* / 8) 1 KI.MINA 9 *i-na am-mi-te a-ri-ik* / 9) 1 KI.MINA 8 *i-na am-mi-te a-ri-ik* / 10) 1 KI-MINA 7 *i-na am-mi-te a-ri-ik*. Taking the Assyrian average cubit measure as 50 cm, which would be from 5.5 to 3.5 m. (Powell 1987-90:459).

¹⁵ For the translation of the word *qumaštu*, see both possibilities contemplated in Weidner 1954-56:146; CAD Q: 305 remains hesitant to confirm “capital” as correct. I follow the interpretation of Jakob 2003:159 due to the consideration that it is more likely to find this type of inscription at the base of a column than on its capital, which tends to have some other decoration and otherwise less visible. We do find examples of royal inscriptions in cuneiform on column bases from the Achaemenid Empire, such as those of Xerxes in Persepolis and Susa (XPj; XSb cf 114), and Darius II in Susa (D²Sa), to give but a few examples (Lecoq 1997:107, 114 and 115 n3 respectively.)

¹⁶ Thanks to the preservation of the lines 37-38: 37) ^{ITU}*Qar-ra-a-tu* U₄V.KÁ[M *li-mu*] / 38) ^{UR}*SAG-d* *A-šur* DUMU ^{-d} [*A-šur-i-din*]: Month *Qarratu*, Day 5th, Eponym *Qarrād-Aššur*, son of *Aššur-iddin*. The text can be dated through the Assyrian *limmu* system to the last decade of TNI, between the 27th and the 36th regnal years, between Ilī-pada and Sarniqu, following Bloch PhD. Diss. Unpublished (2012: 157), and Freydank 2009:76.

¹⁷ Pedde and Lündstrom 2008:159.

¹⁸ CAD P:101 and AHw:823.

¹⁹ 26) *ša i-na* É.GAL^{lim} *ša KÁ.GAL ta-bi-ra* / 27) *i-na* É *pa-pa-ḥi ša-ak-nu-ú-ni* “They were placed in the shrine in the palace of the Tabira Gate”.

²⁰ In the day the king performs the offerings of the 5th day from Kar-Tukulti-Ninurta to the central district *Libbi-āle*. (lines 28-30): 28) *ša i-na u₄-mi* LUGAL *iš-tu* ^{URU}*Kar*-^{GIŠ}[TUKUL-⁷*i*-MAŠ / 29) UDU.SISKUR^{MES} *ša* U₄.V.KÁM *a-na šal-lu-m* [*e*] / 30) *a-na* ^{URU}*Lib-bi* URU *e-be-ra-an-⁻ni*”.

²¹ Ilī-ki-abīya, son of Šalim-pī-Ea (= *šalimpāju*), who had measured them, carried them to Adad-šar-nēmeqi, Eunuch of the king *ša rēš šarri*, as responsible for the transport, and to Itabši, the city steward *ša muḥḥi āle*, son of Etirutu, as representative of the local administration (lines 31b-34): 31b) ¹DINGIR-*ki-ia-bi* [*ḫa*] / 32) DUMU *Ša-lim-pi-i* ^d*É-a* *ú-ma-di* [*du*] *-ni* / 33) ^{1d}ISKUR-LUGAL-*né-me-*

city of Ashur to the new residence of Tukulti-Ninurta I, a palace in the new capital Kār-Tukultī-Ninurta (lines 35b-36).

The story of the tablet starts in the reign of Adad-nirari I, when the conquest of the city of Nahur took place. The event would have been unnoticed, were it not for the record kept in this tablet, since Nahur is mentioned in no other document from his reign.

Adad-nirari I claims to be *kašid* – conqueror – of the whole territory from the Balikh river up to the left bank of the Euphrates, after crushing the Hanigalbatean revolts of king Šattuara and his successor Wasašatta.²² As a natural consequence of his expansion westwards, he emphasises in his most complete speech the conquest of the cities of Amasaku, Kahat, Šuru, Nabula, Hurra, Šuduhu and Waššukanu, Eluḫat, Mount Kašiiiri, Šudu and Harrānu,²³ omitting Nahur. He also describes the process of destruction, conquest and plunder of the wealthy goods of its palaces,²⁴ and the deportation of its people.²⁵

It is thanks to this detailed description that we can assume that a similar dynamic must have been present in the case of the city of Nahur, probably conquered during the same campaign due to its geographical proximity. The city’s absence from the lists can be justified by the minor role it must have

qi ša SAG “LUGAL” / 34) ù ¹*It-tab-ši DUMU* ^{MI}*E-KAR-e-te* / 35) *ša UGU URU a-na* ^{URU}*Kar-GiŠTUKUL* ^{ti}*MAŠ* / 36) *ul-te-be-ru* (Jakob 2003:159).

²² “When Šattuara, king of the land of Hanigalbat, rebelled against me and committed hostilities [...] after his death Wasašatta, his son revolted, rebelled against me and committed hostilities”: 4b) *e-nu-ma* ^{mi}*ša-at-tu-a-ri* / 5) *LUGAL KUR* *ḫa-ri* ^{ti}*g* *al-bat it-ti-ia* / 6) *ik-ki-ru-ma za-e* ^{ti}*u-ti* ^{ti}*u-šu* [...] 15) *ar-ki-šu* ^{mi}*u-a-sa-ša-ta* *DUMU-šu* / 16) *ib-bal-ki-ta-ma it-ti-ia ik-ki-ir* / 17) *ù za-e-ru-ti e-pu-uš* (A.o.76.3: 4b- 6 and 15-17 following Grayson 2002:136).

²³ (A.o.76.3: 26b-30 and 37-42): “I took by conquest Taidu, his great royal city, the cities of Amasaku, Kahat, Šuru, Nabula, Hurra, Šuduhu and Waššukanu. [...] The great gods gave me to rule from the city Taidu to the city Irridu, Eluḫat, Mount Kashiiiri, the fortress of the city of Sudu, the fortress of the city Harranu, to the bank of the Euphrates” 26b) *URU ta-i-da* / 27) *URU LUGAL-ti-šu ra-ba-a URU a-ma-sa-ka* / 28) *URU ka-ḫa-at URU šu-ri URU na-bu-la* / 29) *URU ḫu-ur-ra URU šu-du-ḫa* / 30) ù *URU uš-šu-ka-na ak-šu-ud aš-bat* / [...] 37) *iš-tu URU ta-i-di a-di URU ir-ri-di* / 38) *URU e-lu-ḫa-at ù KUR ka-ši-ie-e-ri* / 39) *a-di pa-aṭ gi-im-ri-ša* / 40) *ḫal-ša URU su-da ḫal-ša URU ḫar-ra-na* / 41) *a-di a-aḫ ID pu-ra-at-ti* / 42) *DINGIR.MEŠ GAL.MEŠ id-di-nu-ni-ma*.

²⁴ (A.o.76.3:31-36): “I took and brought to my city, Ashur, the possessions of those cities, the accumulated (wealth) of his (Wasašatta’s) fathers, (and) the treasure of his palace. I conquered, burnt (and) destroyed the city Irridu and sowed salty plants over it.” 31) *nam-kur URU.DIDL* *ša-tu-nu ni-ki-im-ti* / 32) *ab-be-šu ni-šir-ti É.GAL-li-šu* / 33) *al-qa-am-ma a-na URU-ia aš-šur* / 34) *ub-la* / 35) *URU ir-ri-da ak-šu-ud aš-ru-up* / 36) ^{ti}*aq* ^{ti}*qur ù ku-di* ^{ti}*im-me e-li-šu az-ru* /

²⁵ A.o.76.3:46-49a: “I took his sons and daughters and his people. Bound I brought them and his possessions to my city, Ashur”: 46) *DUMU.MEŠ-šu DUMU.MUNUS.MEŠ-šu ù um-ma-na-ti-šu* / 47) *iš-tu URU ir-ri-di ú-še-ši-šu-nu-ti* / 48) *ša-lu-su-nu ka-mu-su-nu ù nam-kur-šu* / 49) *a-na URU-ia aš-šur ub-la*. Also mentioned in a couple of administrative texts dated from Shalmanesher I, KAJ 121 (VAT 9016): 6-7 *ÉRIN.MEŠ na-ás-ḫu-te ša URU Na-ḫur* and KAJ 113 (VAT 8997): 26-27 (edited and translated in Postgate 1988:58-59 & 71-72).

played by those times in the Mitannian kingdom²⁶ in comparison with the administrative district capitals of Amasaku or Irridu and the royal seat established in Taidu. By the time of Adad-nirari's successor, Shalmanesher I (1274-1245 BC), the city was certainly integrated into the Assyrian administration, and thus we find it in texts from his reign in which the local governor *bēl pāḥete* from Nahur is mentioned.²⁷

However, the richness hidden behind the cedar columns that captured Adad-nirari's attention in Nahur to the point of transporting them to the capital and installing them in his palace is reminiscent of a more glorious past: Nahur's first mention in the records dates from the Sargonic itinerary.²⁸ By the time of Zimri-Lim's second regnal year, when it appears as conquered land of Mari,²⁹ it had traditionally played an important role in the control of the region of the Idamaras, located in the northwestern area of the Upper Habur, where it constituted one of the four administrative district centres.³⁰ It is also attested as the second station towards Apum on the Old-Assyrian merchant routes on the way to Cappadocia,³¹ a factor which made it an important trading point for goods and materials, and must have facilitated its entrance into the trade circuit of the cedars from Lebanon.

The importance of the columns as reminders of the conquest of the West is thus threefold. Their first and most evident role is that, through their labels, they kept record of the successful expansion of Assyria to the North and West, as has been previously mentioned. Secondly, they served as reminders of the annexation of the weakened Hanigalbat, the former Great Kingdom of Mitanni and member of the "Club of the great powers".³² Thirdly, they provided Assyria with the chance to enter this club as the closest substitute.

The booty of Nahur did not consist merely of columns but of a whole formed by many collected layers of meaning. Starting with their physical

²⁶ Kupper 1998-2000:86-87.

²⁷ KAJ 109 (VAT 9021):8-9: Melisaḥ, son of Aššur-aḥa-iddina, governor of Naḥur (from Postgate 1988:69).

²⁸ Foster 1992:73.

²⁹ Guichard 2008:46-48.

³⁰ Bryce 2009:494.

³¹ Kupper 1982:86.

³² The four most powerful kingdoms of the Near East by that time: Egypt, Hatti, Babylon and Mittani. They addressed each other as brothers in the international correspondence and dominated international affairs after coming to an agreement of equilibrium among them (Liverani 2001:42).

attributes, the cedar columns were first and foremost columns: columns as architectural devices, "vertical supports, simple wooden posts for instance, that can hold up coverings of shelters (branch huts, tents, etc) and constitute the only solid structural element."³³ In an Assyrian context that was particularly important, since free-standing columns and pillars were never part of the architectural tradition in Mesopotamia. Collon demonstrates that this was mainly due to the lack of appropriate construction materials, since clay and mud-brick in the South and the fibrous date-palm wood or marble in the North were not suitable.³⁴ Therefore, any development from mud-brick pilasters linked to walls³⁵ to a genuine architectural tradition of free-standing columns proved unsuccessful.³⁶

However, columns as architectural structures were not unknown to the Assyrians. Column and pillar structural elements were part of the Assyrian imagery and experience since the Old-Assyrian trade period of the *kārum* from Kaniš. The Assyrians encountered foreign architectural practices in the Syrian-Anatolian and Syrian-Palestinian regions, in which the column was used from the Neolithic and Chalcolithic times as well as in Bronze Age structures and rooms, such as the so-called *bīt-hilāni*.³⁷ It can be assumed that because of that contact, columns for the Assyrians were from the beginning associated with a western building style.

Moreover, in this particular case, the columns contained another inherent self-reference to their "westernness" through the raw matter they were made of, the cedar – EREN in Sumerian sources, and identified with the *giš^{er}erēnu* in Akkadian ones.³⁸ The acquisition of cedar went beyond the "priorité historique" of the conquest of Mitanni and was rather linked to the "priorité héroïque" of the rulers due to two main factors:³⁹ first, cedars stand out in the Ancient Near Eastern tradition as symbols of the cosmic approach to the "Upper Sea", the Mediterranean, since they were closely linked with the Mediterranean western lands where they grew along the Lebanon and Amanus ridges; second, they were notorious for the difficulties in access and felling owing to the fact

³³ Leick 2002:50-55.

³⁴ Collon 1969:1

³⁵ Miglus 2004:422.

³⁶ Collon 1969:18.

³⁷ Miglus 2004:421.

³⁸ Postgate 1992:182.

³⁹ Gelio 1981:203 and Fn.3 in Tadmor 1999:56.

that they grew in some of the highest parts of the mountain slopes, within the range of 1200-2000 meters, with other tall conifers, such as firs and junipers.⁴⁰

From a religious perspective, it is worth recalling the “Cedar Forest passage” from the Gilgamesh Epic where the Mountain of Cedar *šadû* (KUR) ^{giš}*erēni* is interpreted as the place where the gods dwell – *mūšab ilī* (DINGIR) – and the throne-dais of the goddesses is – *parak Irnini*.⁴¹ To this should be added that the distinctive aromatic scent produced from its timber was also used as a source of incense for ritual purposes providing close connection to the gods.⁴² From a more practical point of view, cedar wood was considered timber of particularly good quality for construction purposes because of its strength and resistance to rot and insects. It possessed a decorative reddish-brown colour, enduring quality, and was easily processed thanks to its close straight grain.⁴³ All these properties and concepts accompanying the cedar made it a mark of prestige for the Mesopotamian kings since the times of Sargon of Akkad (2300-2200 BC),⁴⁴ adding one more reason for Adad-nirari’s attention to the columns.

The unique symbolic and decorative value of the columns is also corroborated by the fact that there was no architectural-cultural transfer process regarding columnar structures in Assyria after that point. The fascination that columns coming from the West caused was not limited to the king Adad-nirari I, assuming that the two exemplars from the *Stelenreihen* that bear Middle-Assyrian royal names – Nr.15 from Shamshi-Adad IV (1053-50 BC)⁴⁵ and Nr. 17 Assur-bel-kala (1073-56 BC)⁴⁶ – were brought to Ashur in Middle-Assyrian

⁴⁰ Meiggs 1982:54.

⁴¹ (T V HAA 1-3 & 6-8) “They stood *marvelling* at the forest, observing the height of the cedars, observing the way into the forest. [...] They were gazing at the Cedar Mountain, the dwelling of the gods, the throne-dais of the goddesses, [on the] very face of the mountain the cedar was proffering its abundance, sweet was its shade, full of delight.” 1) *iz-zī-zu-ma i-⁻nap-pa!-at-⁻tū⁻* ^{giš}*qīšta* (TIR) / 2) *šá^{giš}erēni* (EREN) *it-ta-nap-la-su mi-la-šú* / 3) *šá^{giš}qīšti* (TIR) *it-ta-nap-la-sú né-reb-šú* [...] 6) *ē-ma-ru šadû* (KUR-ú) ^{giš}*erēni* (EREN) *mu-šab ilī* (DINGIR.MEŠ) *pa-rak^dir-ni-ni* / 7) [*ina p]a-an šadī* (KUR)-*im-ma^{giš}erēnu* (EREN) *na-ši^{hi}šib-šú* / 8) [*la-a-bu šil-la-šú ma-li ri-šá-a-ti* (George 2003:602-603).

⁴² CAD E 1958:276.

⁴³ Moorey 1994:348.

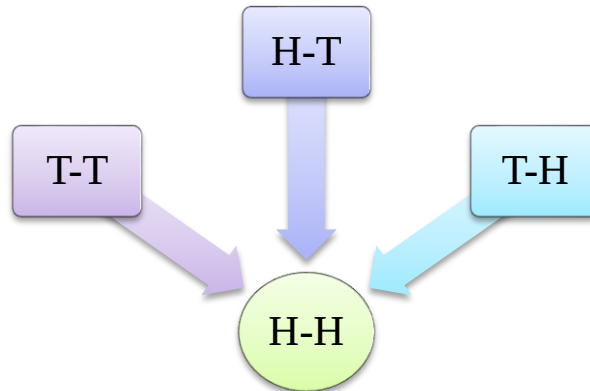
⁴⁴ Meiggs 1981:72. For Assyria, we rely on the narrative from Šamši-Adad – the first and foremost king of Assyria, when he performed the ritual of washing his weapons in the sea and ascended the Mount Amanus and cut down the cedar trees. This act would be echoed in the late Middle-Assyrian period by Tiglath-pileser I (1114-1078 BC), who legitimised his reign by repeating the heroic deeds of his forefathers, rulers from a more splendourous Assyria. The same act would endure through time and would be recollected once more indeed by Aššurnāširpal II (RIMA 2, 42: 24-30; 218:84-92.) (Tadmor 1999:56).

⁴⁵ A.O.91.5.

⁴⁶ A.O.89.13.

times.⁴⁷ As a matter of fact, a more generalised introduction of the columnar architecture will not take place in Assyria until the mid-800s in the Neo-Assyrian Late Palaces of Kalhu, Khorsabad, and Nineveh, where the Assyrian kings Tiglath-pileser III (744-727 BC), Sargon II (721-705 BC) and Sennacherib (704-781 BC), and Assurbanipal (668-627 BC) introduced cedar columns with basalt bases as booty from the West as decorative elements for entrance gates and facades.⁴⁸

As can be perceived from the relevant lines in VAT 16381, the complexity that underlies the text is represented by a core of “entanglements” that belong to two main spheres: one that belongs to the Human World (H), and another that belongs to the Thing World (T). Both of them not only operate at different levels but also interact with one another. Following Hodder’s categorisation, in this 38-line tablet a web of relationships is revealed according to their grade of dependence:



Things’ dependence on Things (T-T); Humans’ dependence on Things (H-T), Things’ dependence on Humans (T-H), and Humans’ dependence on Humans (H-H), which is the interaction process to which the first three are subordinated. Altogether, these dialectical combinations produce the above structural framework based on the new materiality approach, which is

⁴⁷ Miglus 2004:422-423 *contra* Porter 2002:81.

⁴⁸ Collon 1982:17.

fundamental to the understanding of the Mesopotamian Past,⁴⁹ since in the end what we are left with to create history is the material heritage preserved.

Co-dependence between Things (T-T)

I have dealt in this paper with a puzzle of relations of co-dependence between Things, their meanings, and the transmission of memory through a “souvenir” (that is, the cedar columns) within a text, a text within an object, and an object within a text. In order to untangle these relations it would be helpful to picture them as a sort of cube-box game,⁵⁰ where every box becomes at the same time content of a bigger box, and container of smaller one. Thus, the memory of the conquest of Nahur (T₁) depended on the label-text A.O.76.25 (T₂), a souvenir within a text; A.O.76.25 as T₂ memory box is the text kept within an object, the cedar columns (T₃). The cedar columns in turn have not come down to us through their material remains, but from reminiscences kept in the box of another text, VAT 16381 (T₄). This makes them object(s) within a text, a text that has become a true example of “a darkly tablet reconstruction”,⁵¹ and that allows us to explore a small part of the Assyrian cultural memory from a broader perspective.

Human reliance on Things (H-T)

When introducing the human factor to this equation, the dependence relationship H-T is a dual combination which emerges from the fact that Adad-nirari I (H) took possession of the cedar columns (T) and recorded labels on them. The act demonstrates the king’s personal interest in keeping record, in preserving the memory, of this particular deed in the graven booty, where the label not only represents ownership over the goods stolen, but also over the city and the West itself as a metonym of the part for the whole. It manifests how humans rely on things to create meanings, to justify power and ownership, and achieve eternal glory.⁵²

⁴⁹ Hodder 2012:211-213.

⁵⁰ Assmann 2011:101.

⁵¹ As the title of the paper by G. Buccellati (1993 Fs. Hallo: 58) states, who dealt with the reconstruction of Old Akkadian monuments described in Old Babylonian documents.

⁵² Hodder 2012:208.

Things’ dependence on Humans (T-H)

The third connection results from another dependence relationship closely linked to the idea of a Thing’s agency as “secondary agency” in Gell’s terminology.⁵³ The cedar columns (T) become agents, since they are bestowed with the capacity to act over others thanks to the meaning with which the Humans that surrounded them (H) have endowed them, in other words, thanks to the agency that humans assign to them.

The first unknown owner of the columns (H), presumably an important figure from Nahur, ascribed to the columns (T) the status of prestigious artifacts, considering the quality of their material but also their architectural function of supporting some important building structure in the city, likely a palace. When they came to Adad-nirari’s hands (H), the columns (T) retained their prestigious agency on account of their material attributes, but their function was altered. They changed from acting as supporting structures to acting as trophies from the West in the eyes of Adad-nirari and the Assyrian public. With the arrival of Tukulti-Ninurta I to power one more layer of meaning was added – though not as a replacement – to the two previous ones.

The intrinsic material value of the columns was preserved, as did the columns’ agency as subjects of remembrance of the conquered north-western region, since, after the campaigns of Shalmanesher I, Hanigalbat was integrated into the Assyrian provincial system with its political centre established in Dūr-Katlimu. By the time of Tukulti-Ninurta, that area was under the control of the Assyrian official that carried the titles of Great Vizier (*šukkallu rabīu*) and King of Hanigalbat (*šar māt Ḫanigalbat*), being fully in charge of its administration.⁵⁴ It can, therefore, be said that Assyria owned the West in the same manner it owned the cedar columns.

Nonetheless, their status as agents of memories from the West would certainly not have been a sufficient reason for the king Tukulti-Ninurta to transfer them twice, first from the Old Palace to the New Palace in Ashur, and then to his new residence in Kar-Tukulti-Ninurta. These journeys belong to a new agency layer, which reveals that these columns were also now acting as a reminiscence of Tukulti-Ninurta’s forefather’s policy and acts. A fuller

⁵³ Gell 1998:20.

⁵⁴ Llop 2012:96.

understanding of this aspect is enhanced by the conclusions drawn from the meaning of the last entanglement pair: H-H.

Human co-dependence on Human (H-H)

The fact that the Assyrian kings developed an early historical consciousness is manifest throughout the written evidence, and from the way they registered the Assyrian royal inscriptions. The Assyrian kings exhibited an obsession with their past and forefathers, whose names were always mentioned after their own as part of a preceding lineage.⁵⁵ Furthermore, they also used the inscriptions with the aim of supporting their position as royal inheritors, of guaranteeing their legitimacy in terms of power and government, and at the same time of securing themselves as continuators of the greater plan that the gods had put them in charge of executing: to enlarge Assyria with their right sceptre.⁵⁶

This is the key point in interpreting Tukulti-Ninurta's treatment of the cedar columns. Tukulti-Ninurta I was in need of demonstrating that he was not committing any act of defiance against the gods' will, but was rather fulfilling their commands through the innovations promoted by his active building policy in Ashur,⁵⁷ as well as through the major development that was the creation of the new eponym capital, Kar-Tukulti-Ninurta.⁵⁸ Tukulti-Ninurta's relationship of power dependence with Adad-nirari turns into one of power dependency through the re-use of the trophy columns of Nahur. Their introduction into his New Palace of the Gate of Tabira in no other place than the chapel, and later into his new capital, was thus a reflection of a tradition anchored in his ancestors past deeds.

Assyrian kings were aware of the cedar-columns' power as Things, and were enchanted by the everlasting life-force⁵⁹ of the assemblages they looted.

⁵⁵ Cf. A.O.76.25: 2'-3'.

⁵⁶ Casero Chamorro 2014:205.

⁵⁷ Like the previously mentioned New Palace building in a different location from the Old Palace from his forefathers or the plan change of the Temple of Ishtar (A.O.78.11,12,13,14,15,16).

⁵⁸ Separated three kilometers from Ashur, right on the other bank of the Tigris (A.O.78.23; 24; IM57281 and IM76787). The king frequently begins this section with assertions as "My lord requested of me a cult centre and commanded me to build his sanctuary": 90) *bēlī* (EN) *māhāza īrišanni-ma epēš* / 91a) *atmānī-šu iqbā* (E.g. A.O.78.23:90-91a).

⁵⁹ Bennet 2010:xvi.

These souvenirs from the West became monuments and “remembrance(s) of the things past” in Proust’s words.⁶⁰

⁶⁰ Proust 1982: front cover.

Bibliography

Chicago Assyrian Dictionary

“erēnu”. In L.A. Oppenheim & E. Reiner (eds) *Chicago Assyrian Dictionary E*. 1st edition 1958. Chicago: The Oriental Institute of Chicago, 2004, p.274-279.

“qumāštu”. In E. Reiner & R.D. Biggs (eds) *Chicago Assyrian Dictionary Q*. 1st edition 1982. Chicago: The Oriental Institute of Chicago, 1995, p.305.

“papāḫu”. In M. Roth (ed.) *Chicago Assyrian Dictionary P*. Chicago: The Oriental Institute of Chicago, 2005, p.101.

Assmann, A. *Cultural Memory and Western Civilization, Arts of Memory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

Bennett, J. *Vibrant Matter. A Political Ecology of Things*. Durham and London: Duke University Press, 2010.

Bloch, Y. *Studies in Middle-Assyrian Chronology and Its Implications for the History of the Ancient Near East in the 13th Century B.C.E.* Unpublished Ph.D. Dissertation, Hebrew University of Jerusalem, 2012.

Brinkman, J.A. “Appendix: Mesopotamian chronology of the historical Period”. In L.A. Oppenheim. *Ancient Mesopotamia: Portrait of a Dead Civilization*. Chicago: University of Chicago Press, 1977, p.335-348.

Bryce, T. *The Routledge Handbook of the Peoples and Places of Ancient Western Asia. The Near East from the Early Bronze Age to the fall of the Persian Empire*. Routledge: London and New York, 2009.

Buccellati, G. “Through a tablet darkly. A reconstruction of Old Akkadian monuments described in Old Babylonian copies”. In M. Cohen, D.N. Snell & D.B. Weisberg (eds) *The Tablet and the Scroll. Near Eastern Studies in Honor of William W. Hallo*. Bethesda, Maryland: CDL Press, 1993, p.58-71.

Casero Chamorro, M.D. “Y (re)construí el templo desde la cima hasta los cimientos. La política edilicia bajo el reinado de Tukulti-Ninurta I”, *AuOr* 32(2), 2014, p.195-206.

Collon, D. “Mesopotamian Columns”, *JANES* 2, 1969, p.1-18.

Feldman, M. “Knowledge as cultural biography: Lives of Mesopotamian monuments”. In E. Cropper (ed.) *Dialogues in Art History, from Mesopotamia to Modern: Readings for a New Century*. New Haven and London: Yale University Press, 2009, p.41-55.

Foster, B. “A Sargonic itinerary”. In D. Charpin & F. Joannes (eds) *Le Circulation des Biens, des Personnes et des Idées dans le Proch-Orient Ancien, XXVIIIe RAI 1991*. Paris: Editions Recherche sur les Civilisations, 1992, p.73-76.

Freydank, H. “Kār-Tukultī-Ninurta als Agrarprovinz”, *AoF* 36, 2009, p.16-84.

Gell, A. *Art and Agency: An Anthropological Theory*. Oxford: Clarendon Press, 1998.

- George, A. *The Babylonian Gilgamesh Epic. Introduction, Critical Edition, Cuneiform Texts V1*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- Gosden, C., Marshall, Y. "The cultural biography of objects", *WA* 31(2), 1999, p.169-178.
- Grayson, A.K. *Assyrian Rulers of the Third and Second Millennia BC (to 1115 BC)*. 1st edition 1987. Toronto-Buffalo-London: University of Toronto Press, 2002.
- _____. *Assyrian Rulers of the Early First Millennium BC I (1114-859 BC)*. 1st edition 1991. Toronto-Buffalo-London: University of Toronto Press, 2002 (1991).
- Guichard, M. "Nahur et la route des marchands assyriens à l'époque de Zimrî-Lîm". In J. Drecksén (ed.) *Anatolia and the Jazira during the Old-Assyrian Period*. Leiden: NINO, 2008, p.43-53.
- Hodder, I. *Entangled Archaeology. An Archaeology of Relationships between Humans and Things*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2012.
- Jakob, S. *Mittelassyrische Verwaltung und Sozialstruktur*. CM 29. Leiden and Boston: Brill Styx, 2003.
- Kupper, J.R. "Nahur", *RLA*, 1998-2000, p.86-87.
- _____. "Nahur". In K. Nashef (ed.) *RGTC*. TAVO B7/4. Wiesbaden: Dr. Ludwig Reichert, 1982, p.86.
- Lecocq, P. *Les Inscriptions de la Perse Achéménide*. Nrf. L'aube des peuples. Sarthe: Gallimard, 1997.
- Leick, G. "Column". In *A dictionary of Ancient Near Eastern Architecture I*. London/US: Routledge, 2002, p.50-55.
- Liverani, M. *International Relations in the Ancient Near East, 1600-1100 BC*. New York: Palgrave, 2001.
- Llop, J. "The development of the Middle-Assyrian provinces", *AoF* 39, 2012, p. 87-111.
- Meiggs, R. "The cedars of Libanon". In *Trees and Timber in the Ancient Mediterranean World*. Oxford: Oxford University Press, 1982, p.49-85.
- Miglus, P. "Die Säule in Assyrien" in J.G. Drecksén (ed.) *Assyria and Beyond, Studies presented to Mogens Trolle Larsen*. Leiden: NINO, 2004, p.421-434.
- Moorey, P.R.S. *Ancient Mesopotamian Materials and Industries. The Archaeological Evidence*. Oxford: Clarendon Press, 1994.
- Munn-Rankin, J.M. "The campaigns of Adad-nirari". In I.E.S Edwards et al. (eds) *Cambridge Ancient History 2/2: History of the Middle East and the Aegean Region c.1300-1000 B.C*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p.274-279.
- Pedde, F., and Lündström, S. *Der Alte Palast in Assur. Architektur und Baugeschichte*. WVD OG 120. Wiesbaden: Harrassowitz, 2008.
- Porter, R.M. "Reused columns in the 'Stelenreihen'", *N.A.B.U.* 4/83, 2002, p.80-81.

Postgate, J.N. *The Archive of Urad-Šerūa and His Family. A Middle-Assyrian Household in Government Service*. Roma: Herder, 1988.

_____. "Trees and timber in the Assyrian texts", *Bulletin on Sumerian Agriculture* 6, 1992, p.177-192.

Powell, M.A. "Masse und Gewichte", *RLA* 07, 1987-90, p.457-517.

Tadmor, H. "World dominion: The expanding horizon of the Assyrian empire". In L. Milano, F.M. Fales & G.B. Lafranchi (eds) *Landscapes, Frontiers and Horizons in the Ancient Near East*. CRAI 44 1997 V1. Invited Lectures. Padova: Sargon, 1999, p.55-62.

Weidner, E. "Säulen aus Naḥur", *AfO* 17, 1954-1956, p.145-146.

IG VII 53, AN EPIGRAPHIC *RARA AVIS* IN THE CORPUS OF GREEK METRICAL INSCRIPTIONS

Paloma Guijarro Ruano¹

ABSTRACT: This paper aims to study the inscription published in *IG VII 53* from a linguistic point of view. It consists of a prose section that includes an epigram dedicated to the Megarians fallen during the Persian Wars. The inscription was presumably composed in the fifth century BC, but the preserved text was not inscribed before the fourth century AD. After revisiting this text's main scholarship, which has studied this inscription mainly from an archaeological, historical or literary approach, we apply a two-level linguistic analysis based on (a) the comparison of its linguistic data with epigraphical prose and other literary influences, and (b) the metrical constraints that could determine the choice between local and literary forms. As a complement to what current scholarship suggests, this methodological approach will allow us to distinguish to what extent it is possible to trace the original linguistic features of the earliest version of this epigram, as well as whether and how metrics contributed to preserve them.

KEYWORDS: Epigram; Megara; dialects; metrics; Metrical inscription.

1.IG VII 53 at first sight

Nowadays, the inscription published in *IG VII 53* can be found on the northeast wall of Saint Athanasius church in *Palaiochori*, in the north of Megara. It was discovered by M. Fourmont in the 18th century, and first published by A. Boeckh in 1818,² but current editions of the epigram rely on the corrected version by A. Wilhelm (1899). As we can see from his edition, the text comprises five incomplete elegiac couplets which are preceded and followed by an explanatory prose part:

¹ Institut de Sciences et Techniques de l'Antiquité. Université de Bourgogne Franche-Comté. Email: palo.guijarro@gmail.com. This paper is part of the research project FFI2012-35721-Co2-01, *Modos de contacto e interacción dialectal en los textos epigráfico del Griego Antiguo*. I thank Alcorac Alonso Déniz and Juan Piquero Rodríguez for their comments and suggestions on an earlier version of this paper. All remaining errors and inconsistencies are, evidently, my own.

² First Boeckh's edition appeared in 1818 in the annual archaeological report of the former Universitas Berloninsis, but second edition (more accessible) is usually quoted as Boeckh 1874:125-133.

- 1 Τὸ ἐπίγραμμα τῶν ἐν τῷ Περσικῷ πολέμῳ ἀποθανόντων κὲ κειμένω[ν] |
ἐνταῦθα ἡρώων, ἀπολόμενον δὲ τῷ χρόνῳ Ἑλλάδιος ὁ ἀρχιερεὺς ἐπιγρ[α] |
φήναι ἐποίησεν ἰς τειμὴν τῶν κειμένων καὶ τῆς πόλεως. Σιμωνίδης |
ἐποίει·
- 5 Ἑλλάδι καὶ Μεγαρεῦσιν ἐλεύθερον ἅμαρ ἀέξιν
ἰέμενοι θανάτου μοῖραν ἐδεξάμεθα.
τοὶ μὲν ὑπ' Εὐβοίᾳ καὶ Παλίῳ, ἐνθα καλεῖτε
ἀγνᾶς Ἀρτέμιδος τοξοφόρου τέμενος,
τοὶ δ' ἐν ὄρι Μοικάλας, τοὶ δ' ἐμπροσθε Σαλαμεῖνος
- 10 < >
τοὶ δὲ καὶ ἐν παιδίῳ Βοιωτίῳ, οἵτινες ἔτλαν
χεῖρας ἐπ' ἀνθρώπους ἵππομάχους ἰένε.
ἄστοι δ' ἄμμι τόδε < > γέρας ὀμφαλῷ ἀμφίς
Νεισέων ἔπορον λαοδόκω<ι> ἔν ἀγορῇ.
- 15 Μέχρις ἐφ' ἡμῶν δὲ ἡ πόλις ταῦρον ἐναγίζεν.

Helladios the high priest caused the inscription for the heroes who died in the Persian War and lie here, which had been destroyed by time, to be inscribed in honour of the dead and the city. Simonides composed it.

"In striving to promote the day of freedom for Greece and the Megarians we received the lot of death, some beneath Euboea and Pelion, where the shrine called after the holy archer Artemis is situated, others on the height of Mycale, others before Salamis... others on the Boeotian plain, they who dared to pit their strength against men on horseback. Our fellow citizens granted us this privilege, round the centre-stone (*omphalos*) in the thronging agora of the Nisaeans."

The city has sacrificed a bull right down to our day.³

The "high-priest" Helladios had an epigram written that was lost with time (l.1-3).⁴ The verses were dedicated to the Megarians fallen in the Persian Wars, and attributed to Simonides. The recipients of the dedication appear in the first couplet as the subject of the verb ἐδεξάμεθα "we received", as if they were taking the floor. Here we find the ancient ideal of *pro patria mori* accomplished by the dead. The three next couplets list the warlike contexts in which the Megarians lost their lives. The final distich turns to the third person

³ The version of the Greek text reproduced here is not a standardized one. It presents the original spellings preserved in the monument in order to make more clear the linguistic analysis I carry out in this paper. I reproduce here Molyneux's English translation (1992:199).

⁴ It seems that Helladios was a pagan priest (according to Petrovic 2007, a priest of Apollo); for further comment and bibliography, see Bravi 2006:66 n.134.

plural, referring to the compatriots who dedicated the monument in the *agora*. A final prose line mentions the practice of sacrificing a bull.

The entire text constitutes an unusual epigraphical specimen within the epigrammatic tradition. Manuscript collections have preserved many epigrams ascribed to Simonides, however, as far as I know, there is no evidence of an epigram explicitly ascribed to the famous poet of Ceos preserved in a monument. Hence, this *rara avis* had to overfly many centuries (through different epigraphical and literary contexts) until his final flight alighted her in his current location.

2. The interpretation of IG VII 53: Context and realia

2.1 In the heat of the Persian Wars

Various elements set the epigram in the context of the Second Persian War (480-479 BC). First, the mention of Euboia with the oronym Pelion (v.3), and the expression “Artemis’ shrine” (Ἀρτέμιδος... τέμενος, v.4) is a geographical allusion to the Megarian involvement in the battle of Artemisium (480 BC). Indeed, Herodotus (8.11) tells us that the Megarians provided 20 ships for this battle. Second, Μ<υ>κάλας (v. 5) is a clear reference to the battle of Mycale (479 BC), although there is no direct evidence of Megarian intervention in the conflict according to Thucydides’ (1.94) or Diodorus Siculus’ (11.44.2) account of the struggle. Third, “before Salamis” (ἐμπροσθε<ν> Σαλαμεινός, v. 5) refers to the location where the battle of Salamis (480 BC) took place.⁵ After an omitted verse (v. 6), which probably began by τοὶ δέ, the poem continues with a reference to the battle of the Thermopylae (480 BC).⁶ Finally, “in the Boeotian plain” (ἐν παιδίῳ Βοιωτίῳ, v. 7) situates us in the battle of Platea (479 BC), when the war came to an end.

Now that we have established the intended chronological frame within which the epigram should be interpreted, it is time to turn to a discussion on the nature of the epigraphical object and how to interpret the inscription within its archaeological and historical context.

⁵ According to Herodotus (8.45), the Megarians enrolled with 20 ships in Salamis again.

⁶ In spite of the fact that Herodotus (7.202) does not mention any Megarian in his casualty lists of the Thermopylae, the most suitable hypothesis is to see a reference to this battle in the omitted verse following the account of the Persian struggles (Wade-Gery 1933:96; Prandi 1990:64 n.42). For Page (1981:215), the allusion to the Thermopylae seems to be a claim of the Megarian intervention in the battle by the own Megarians that erected the monument.

2.2 A tomb, an *omphalos*, and an ancient sacrifice of a bull?

There is some controversy regarding the nature of the tombstone-like monument and its following association to the sacrifice of a bull mentioned in the final sentence (l.15). It seems that, basically, these funerary references must be related to the Megarian practice of honouring the dead soldiers as heroes. All these issues as well as the interpretation of the cultic value of term *omphalos* (l. 13) are still a matter of debate among scholars.

Much attention has been paid to the nature of the monument, mainly as to whether a grave really existed instead of a cenotaph (an empty tomb).⁷ The epigram says that the citizens offered honours to the fallen soldiers in the *agora*, but in the prose part of the inscription we read “of the heroes who died and lie here” (κειμένω[v] ἐνταῦθα). Pausanias (1.43.3) tells us that there was in Megara a public tomb (τάφος) of the men fallen in the Persian Wars, a statement that contradicts the tradition of burying the body in the battlefield since, according to Herodotus (9.85.2), the dead soldiers from Megara and Phlius were buried together in Plataea.⁸

These honours provided to the dead soldiers are connected with the final reference to the sacrifice of a bull (l. 15): all this involve that the dead received cult as heroes, at least in the fourth or fifth centuries AD as from the last remark “right down to our day” (μέχρις ἐφ’ ἡμῶν).⁹ This allusion to the sacrifice also matches with the testimony of Plutarch (c. 46-120 AD) in which he explains that the Plataeans still commemorated the Greeks that lied in the spot in a ceremony where a bull was immolated (Plut. *Arist.* 21). As Chaniotis asserts,¹⁰ we are dealing with a *revival* of an ancient custom rather than a *survival*.¹¹

Directly associated with this issue is the mention of an *omphalos* in the Megarian *agora*. This reference has been understood either as (a) a metaphoric

⁷ For a discussion on an original tomb, see Prandi 1990:64-65. For a discussion on a cenotaph, see Wade-Gery 1933:96-97; Jacoby 1945:172 n.57; Schörner 2007:146-147, 261, for whom the remains of the dead in sea battles could not be recovered.

⁸ For burial practices, see Clairmont 1983:16-21, 60-73.

⁹ Boedecker 1997:231-249.

¹⁰ Chaniotis 2005:152.

¹¹ Ekroth 2002:77-78. According to Chaniotis (2005:152), Helladios’ words should be understood as a provocation to prevailing Christian laws.

expression meaning “the centre of the city”¹², or as (b) an “omphalos”, its literal sense, inasmuch as there did exist a similar cultic object in other cities. These items were used as an altar for sacrifices, usually related to the cult of Apollo.¹³ The interpretation of the term remains open.

Overall, all these questions are related to other attested cultic practices in the *agora*. For instance, Pausanias (1.43.7-8) reports that the legendary Coroebus was buried in the Megarian *agora*, and he also mentions the existence of other Megarian heroes’ tombs in the *bouleuterion*, the so-called Shrine of Aesymnium.¹⁴ Be that as it may, we can conclude that the epigram of *IG VII 53* was intended to be written on a grave and that it was meant to leave written record of past history in the centre of the Megarian life.¹⁵

2.3 More than eight centuries of history

We are dealing with different chronological axes depending on the content, the context, the linguistic phenomena, or the epigraphical features attested in the inscription. On the one hand, the semi-cursive script, the mention of the “high-priest” Helladios in the prose introduction, and late linguistic traits (<ε> for <αι>) push forward the inscription’s date at least down to the fourth century AD. The connection to Simonides and the internal references in the couplets to the Persian Wars, on the other hand, which must be used only as a *terminus post quem*, point to the first part of the fifth century BC.

The main difficulty with the epigram’s datation lies on how to interpret the passage “Helladios commanded to inscribe the epigram... that was obliterated by time” (ll.2-3). Does it refer to a re-inscription of the epigram

¹² See Bravi 2006:68 n.144, who connects it to a similar expression for the “centre of Athens” in Pindar (*Fr.* 75.3 Maheler), where ὀμφαλός is determined by πολὺβατος (“much-trodden”, “much-frequented”), being therefore comparable to our λαοδόκος (“receiving the people”).

¹³ Petrovic 2007:199-200 supports the existence of an *omphalos* in the *agora* of Megara dedicated to Apollo. His argument is based on a legendary cult of Apollo in the *polis* (Paus. 1.43.8; Str. 9.394), as well as on the existence of an *omphalos* in Aegina related to the cult of the fallen in the Persian Wars.

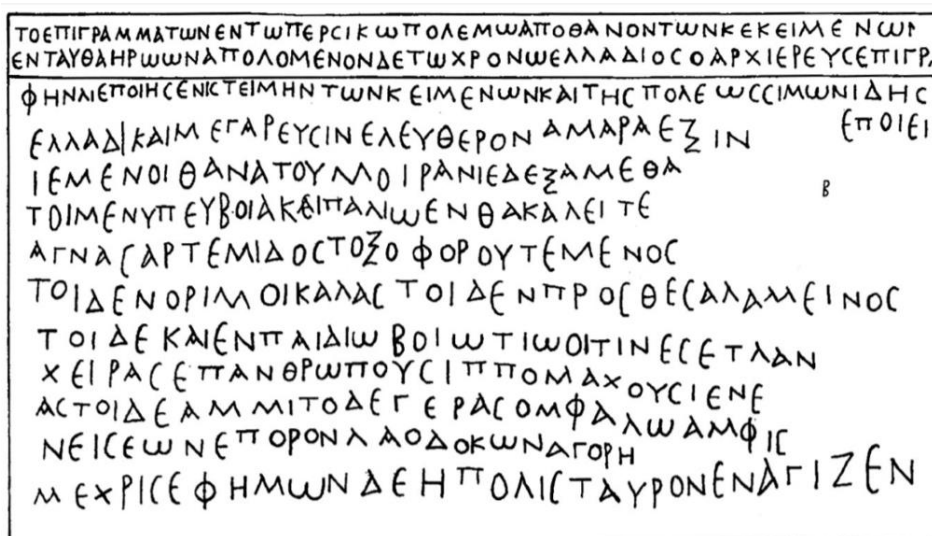
¹⁴ After the end of monarchy, the magistrate Aesymnium went to Delphi to ask the god for the best way to make his region more prosperous. Based on the oracle’s answer, the Megarians understood that they should build a council-chamber over the tombs of their heroes in order to make better decisions. The name of Aesymnium lies in the local council-chamber.

¹⁵ See in this regard Clairmont 1983, especially page 101. Petrovic (2007:197-198), following Pausanias’ testimony, argues for the designation of the dead as heroes in the prose part of the inscription, as well as for the existence of a *heroon* in the *agora*. For a possible change of location of the bodies in 460 BC, see Prandi 1990:64 n.44, with bibliography.

because the original was illegible, or does it simply mean “inscribed” from a previous version whose original belonged to an epigrammatic anthology?¹⁶ In Petrovic’s opinion, the text was copied from an *omphalos* which was damaged along with the destructions underwent by Megara before and during Helladios’ time.¹⁷ There is no definitive answer to this issue. The debate only suggests that for readers in the fourth AD it existed a chronological gap between the two versions.

3. The extant version of the text

In addition to epigraphical collections and numerous studies, the epigram is also integrated in Simonides’ anthologies.¹⁸ In this paper, we follow Wilhelm’s edition (1899) with later corrections made by Wade-Gery (1933). For a better comprehension of the text, I reproduce below Wilhelm’s (1899:238) facsimile:



¹⁶ For epigrammatic collections, see Argentieri 2007.

¹⁷ See Petrovic 2007 (especially page 206) with bibliography.

¹⁸ The most relevant editions are the following: CIG 1051; Kaibel 1878 n°461; Wilhelm 1899; Hiller von Gaertringen 1926 n°30; Wade-Gery 1933:95-97; Friedländer 1938:120; Tod 1951 n°20; SEG 13.312, GVI 9; Pfohl 1966:75, 209 n.82; Vries 1967 n.12; Podlecki 1973:25; Page 1975, 1981; Chaniotis 1988, D 57; Molyneux 1992:199-200; Bravi 2006:65-68; Petrovic 2007:194-208; Schörner 2007:261-262). For literary editions under Simonides’ authorship, see Sim. *Fr.* 107 Bergk and *Fr.* 96 Diehl (Diehl’s is based on editions previous to Wilhelm’s corrections). For secondary studies, see bibliography in Schörner 2007:262.

3.1 Misspellings and errors

The inscribed text presents some important issues regarding editing, dating, and interpretation on account of its irregular spellings and errors. First, the letters' rendering is not homogeneous (see for instance, the different shaping for <A>), and the lines' layout is very uneven. Second, an entire pentameter in v.6, and a word in v.9 are omitted due to a careless copy. Third, some letters are missing as well (ἐμπροσθε<v> v.5), and others are incorrectly added ({ι} v. 3). For a better comprehension of the text, it is necessary to accept the reading of λαοδόκω<ι> ἔν ἄγορῃ (v. 14) proposed by Wade-Gery.¹⁹ His interpretation as a dative form in accordance with *agora* is the most suitable way to explain the presence of this adjective ('receiving people') in the inscription (for the prodelision of ἐν see §4.1.1).

The text presents graphic misspellings owed to the late pronunciation both in the prose and in the verse sections (§4.1). Thus, we find <ι> for <ει> in ἀέξιν, ὄρι and ις (ἀέξειν, ὄρει, εἰς), <ει> for <ι> in Σαλαμεῖνος, Νεισέων and τειμήν (Σαλαμίνο, Νισαίων, τειμήν), <οι> for <υ> in Μοικάλας (Μυκάλης), <ε> for <αι> in κε, καλεῖτε, ἰένε and Νεισέων (καί, καλεῖται, ἰέναι, Νισαίων), and <αι> for <ε> in παιδίω (πεδίω). The unexpected imperfect ἐναγίζεν instead of ἐνηγίζεν can be understood as a later form without its augment (like in Ptolemaic papyri) or, more simply, as a mistake according to the aforementioned graphic inconsistencies.²⁰

3.2 The original version... literary or epigraphical?

Regarding the preserved epigram, there is no agreement among scholars about (a) the existence of an earlier version, either epigraphic or in other form, (b) the original number of verses, and (c) the ascription to Simonides. Some authors believe that the text was a copy from a book with an anthology of epigrams, because of its spellings, misspellings, and the non-generalised practice of marking the authorship in archaic and classical

¹⁹ Wade-Gery 1933:95.

²⁰ For Page (1981:213 n.2), ἐναγίζεν is less used than the present ἐναγίζει. The imperfect is a better match, especially if Chaniotis' hypothesis (2005:152) is correct, see §2.2. For other epigraphic and literary parallels of ἐναγίζω ("to offer a sacrifice" or "to offer sacrifice(s) to the dead") applied to a context of honouring of fallen soldiers or heroes, see *DGE s.v. ἐναγίζω* 1.

periods.²¹ Other scholars, to the contrary, see an original dating from the fifth century BC, which was ascribed to the poet.²² As it stands, the poem is disproportionately long in comparison with other Persian War epigrams, and pre-Hellenistic metrical inscriptions.²³ Consequently, it has been suggested that a first original distich was later extended, a common phenomenon in late anthologies.²⁴ A third line of interpretation argues that all the couplets belonged to the first version, given the existence of other inscriptions dating from this period with more than two verses.²⁵ However, most of the long cognates are found in more recent metrical inscriptions and in epigrams transmitted by medieval sources (sometimes also ascribed to Simonides).²⁶ According to Petrovic,²⁷ there are three main reasons for supporting the idea that the last couplet was a later addition from a literary source: (a) the reference to the settlement of the dedication, useful for a reader of epigrams transmitted in collections or books where the original epigraphic context was lost, (b) the ethnic Νισαῖοι, unusual before the fifth and fourth centuries BC for distinguishing Megara from Megara Hyblaea,²⁸ and (c) the epigram's attribution to Simonides, since in epigraphic poetry epigrams are not signed before the fourth century BC.²⁹

²¹ See Wilhelm 1899 and Wade-Gery 1933:96. The latter does not date the original text's composition.

²² Page 1981:213-215.

²³ For literary epigrams attributed to Sim., see Page 1981:nn.XI-XIII, XV, XXIV or XXXIV.

²⁴ Wilhelm 1899; Friedländer 1983; Pfohl 1966; Petrovic 2007. The same applies to two epigrams dedicated to the Corinthians fallen in the Persian Wars: *CEG* 131 (Corinth, *post* 480 BC), which was later appended to its literary version; and Page 1981:n.XII (97 Bergk), whose length depends on the literary version that one quotes from.

²⁵ Wade-Gery 1933; Podlecky 1973; Page 1981; Molyneux 1992. Longer archaic metrical inscriptions are *CEG* 143 (Kerkyra, c.625-600?) and *CEG* 108 (Eretria, c.450 BC?); see further analysis in Chaniotis 1988:236ss. Megara's metrical inscriptions from the classical period do not offer further information (cf. *CEG* 133, 5th; *CEG* 134, c. 500?; and in the 4th *CEG* 654 and *CEG* 655). There is only one exception, *CEG* 134, which presents more than one couplet.

²⁶ See the three-distich epigram *IG* VII 52 (2th AD), probably later re-inscribed from a literary copy as well (Petrovic 2007: 204), or the twelve-line epigram of *AP* 13.19 by Simonides.

²⁷ Petrovic 2007:194-208.

²⁸ See Petrovic 2007:204 n.45. According to Bravi (2006:68 n.144), the ethnic could be referring to Megara's second harbour (also called Nisaea) in order to emphasize the naval force provided by the Megarians during the war, but the relationship between the *agora* and the *omphalos* remains to be explained. An allusion to Megara as "the city of Nisos" can be clearly seen in new Simonides' elegiac verses: [καὶ Μέγαρ' ἀρχεῖν Ν]ίσου πόλις (*P.Oxy* 3965 = Sim. *Fr.* 11.37 West).

²⁹ In support of this hypothesis, Petrovic states that we should expect τεύχω instead of ποιέω reserved for artisans or monument-builders in the signing of metrical inscriptions. The first signatures in epigraphic poetry are that of Ion of Samos (*CEG* 819, Delphi < Laconia, 350-300 BC?), Symmachos of Pelene (*CEG* 888, Lydia, 4th BC; *CEG* 889, Lydia, 4th BC), and there is an semi-obliterated one in *CEG* 700 (Cnidus, 4th BC). Here τεύχω stands alone or with or ἐλεγεία. It

The false ascription of epigrams, especially the ones about the Persian Wars to Simonides, was a common practice in the literary tradition, and many studies try to deal with their authenticity.³⁰ This custom is based on the common practice of composing epigrams for the dead soldiers. It developed in the fifth century BC when the *polis* offered funeral honours in public spaces to its benefactors, but mostly spread out from the Hellenistic period onwards. This piece of evidence also matches with the later trend of assigning epigrams to famous authors, as is the case here.³¹ Thus, epigrammatic anthologies and collections of (pseudo-)Simonidean poems did exist.³² The connection between the poet and Megara can be traced by a *scholion* to Theocritus' *Idyll.* 12 (27 ss.), according to which the poet praises the Megarian sailors that participated in the Persian conflict.³³ However, concerning the authorship of the verses in *IG VII* 53 proper, Page dismisses altogether the ascription to Simonides, and considers that a good candidate for the epigram would be instead the Megarian poet Phliadas, although his chronology is not sure and there is no evidence to demonstrate it.³⁴ Bravi sees the influence of a local poetic oral tradition and refuses a preliminary literary version of the text, but his hypothesis has no grounds.³⁵ By contrast, Wade-Gery's interpretation seems quite plausible: "the local antiquaries of Megara (we may suppose) knew and preserved those poems in the 'Simonides' collection which referred to their town".³⁶ To sum up, there are no decisive arguments to accept the poet from Ceos as the composer of the epigram. Yet, there are no reasons to deny a later ascription as well, inasmuch

seems to be a parallel between δῶρον ἔτευξε ἐλεγῆια in *CEG* 888 (ii) and [] δῶρ' ἐποίησε ἐλ[εγῆι(α)] in *CEG* 889 (ii), both placed in the first part of the verse (an hexameter or pentameter) and coming from the sanctuary of Leto in Xanthus. See in this regard Guijarro Ruano 2016:42-43, 187-188.

³⁰ Boas 1905; Page 1981; Podlecki 1973; Molyneux 1992 (especially, pages 147-210); Chaniotis 1988; Petrovic 2007. See also Pausanias 9.2.5.

³¹ There are more parallels of funeral honours offered in an *agora* to a group of citizens who lost their lives in the name of their homeland, for instance, the Oresthasians died in Phigalea (Paus. 8.41.1) or the fallen in Plataea (Thuc. 3.58; Plut. *Arist.* 21). Also individual citizens were commemorated, like Philippe of Crotone, dead for the Segestan people (Hdt. 5.47); Maion and Aplheios, fallen for Sparta; or Talthybios whose tomb was in the *agora* of Aegium in Achaea (Paus. 12.7). For the religious function and heroic cult of the *agora*, see Martin 1951:164-201 (especially 194-201).

³² See Argentieri 2007 and Sider 2007 respectively.

³³ See Kaibel 1873:455; Boas 1905:79 n.3. For a recent discussion, Petrovic 2007:207.

³⁴ Page 1981:214.

³⁵ Bravi 2006:67.

³⁶ Wade-Gery 1933:96.

as other epigrams related to the Persian Wars had authorship attributed in later periods.

4. A linguistic overflying over IG VII 53

Metrical inscriptions, as metrical and epigraphical texts, are expected to be influenced by poetic or literary languages as well as by local dialects. In the following sections, the linguistic data of the text are re-examined in a two-fold analysis, which consists of (4.1) a comparison of *IG VII 53* with both epigraphic prose and literary poetic tradition(s), and (4.2) a classification of the epigram's traits according to metrical constraints. Through this analysis we could then differentiate and date a two-level linguistic phenomenon: the ones corresponding to the fourth century AD onwards (when the epigram was copied), and the original linguistic traits hidden behind the more recent spellings. This approach will provide us new arguments for accepting or dismissing the authenticity of the last couplets of the poem.

4.1 Analysis of linguistic features

Once the text has been deprived of the more recent linguistic features characteristic of a later pronunciation of Greek (already mentioned in §3.1), we observe that linguistic inconsistencies are here at ease according to the general neglected style of the copied text. For instance, καὶ is written κέ in the prose introduction (l.1) and in contrast preserved in the verse part as καὶ (vv. 1, 7) but corrected by the scribe κέ for καὶ (v.3). This careless version of the texts points to the modest background of the copyist.

4.1.1 Doric and/or local influence

At first sight, there are no specific epichoric traits in the inscription. Had they existed, they most certainly would have been hidden, that is, they would not have been found in the (recent) version of the text. Since *IG VII 53* comes from Megara, and Megara is in the West, it is important to point out that sometimes there is no neat difference between local dialects and what is called "Doric" in West areas. In this way, we can understand both Doric dialects and Doric poetic tradition in a broad sense. More specifically, we can understand Doric poetic language as opposed to Ionic poetic language with regard to the

composition of epigrams from the Hellenistic period onwards.³⁷ This is why it is not possible to differentiate whether the preservation of $\bar{a}$ in ἄμαρ (v.1), Εὐβοίᾱ (v.3), Παλίῳ (v.3), Μ<υ>κάλας (v.5), or ἄγνῶς (v.6) is due to a Doric poetic tradition or to a local dialect. In fact, ἄμαρ is accompanied by ἐλεύθερον in a well-known poetic expression (§4.1.3.), and ἄγνῶς qualifies the non-Doric form of the theonym Ἀρτέμιδος (v.4) in a sequence related to a religious style differentiated from ordinary speech. The oronym Παλίῳ (v.3) is the equivalent form of the Attic-Ionic Πήλιον, and is also attested in Pindar (*P*.2.85; *N*.5.41). With these connections in mind, Page argues that the epigram's composer presumably was a Megarian, and that Πόλιον was a "token of the high antiquity of the composition".³⁸ However, these features could also derive from an intended archaic style, as if it was a "Dorization" of a more recent Ionic form of Πήλιον. Hence, the term Μ<υ>κάλας ("Mycale") could well be an Ionic form (Μυκάλη) transferred to its Doric (or Megarian) equivalent in our epigram. Furthermore, the preservation of $\bar{a}$ in Εὐβοίᾱ (v. 3) could be explained as (a) the local form of the toponym in the island of Euboea,³⁹ (b) the Doric (or Megarian) form of the name, or even (c) an Attic form, as many other Attic forms were preserved in Koine. In any case, it is noteworthy that expected Doric $\bar{a}$ forms clash with the customary Ionic ἀγορή in v.10 (§4.1.2). The article τοί that opens the second, third, and fourth hexameters could also be due to a Doric or epichoric influence. Concerning ἐνπροσθε<υ> (v.5), the absence of a final -υ can be justified as an interference with the local dialect but, most probably, it is a case of mere misspelling.⁴⁰

No more specific local features can be found in the epigram: there is no trace of word-initial ɸ- in ἄστοι,⁴¹ and χεῖρας presents the same /e:/ as in Attic-Ionic.⁴² We do not find μh- spellings in Μεγαρεῦσιν as we usually find them in

³⁷ In this regard, see Guijarro Ruano 2016:59-60, 555-557.

³⁸ Page 1981:215.

³⁹ Del Barrio Vega 1987:111, 122-123.

⁴⁰ In Megarian there is only one example attested in prevocalic context (πρόσθε ἔφρευγον, *IvO* 22, Olympia < Megara, 6 BC). See Bechtel 1923:180-181 §23.

⁴¹ In Corinthian and Megarian *w- > ɸ- appears until the fifth century BC (also *sw- > ɸ-/ɸh-), but there are no specific examples of *wastu- in documents of the area and the earlier cases of loss in this position are dated between the sixth and fifth centuries BC. See Bechtel 1923:169-170 §3.

⁴² The expected epichoric form is <ΧΕΡΑΣ>. For χεῖρ⁰ (< *g'hes-r), see Bechtel 1923:177-178 §15.

the fifth century BC.⁴³ Anyhow, the use of their local equivalents would not have affected the metrical structure of the verse. Other forms such as the genitives τοξοφόρου and θανάτου or the accusatives ἀνθρώπους and ἵππομάχους present the expected vocalic result /o:/ (= <ου>) in Megarian as well as in Attic-Ionic dialects. Finally, we cannot be sure about the interpretation and correction of ὀμφαλῶ. The current spelling could be seen as a graphic confusion resulting from an epichoric spelling <O> which, in a later copy from an epigraphical model, was re-interpreted as -ω and not as -ου.⁴⁴ Such an assumption is a way of explaining ἀμφίς + dative instead of the genitive with the sense of “far from” (v.9). In Homer, however, we do find parallels of ἀμφί + dative with the same meaning of “around”.⁴⁵

4.1.2 Non-Doric features

The epigram presents some linguistic features alien to the epichoric dialect. The most striking example is the Lesbian pronoun ἄμμι (v.9), which contrasts with the expected local form ἀμῖν (although ἡμῶν appears in the final prose line).⁴⁶ The influence of Aeolic-Lesbian poetic features in pre-Hellenistic epigraphic poetry is less evident than the epic or elegiac one. Aeolic elements are restricted to features particularly used for metrical convenience or because of its prestige.⁴⁷ This could be the case here, but (a) ἄμμι(v) does not appear in inscriptional epigrams prior to the fourth century BC,⁴⁸ and (b) we cannot dismiss the possibility of an original Doric form <AMI> reinterpreted as ἄμμι throughout the transmission of the text. In any case, the introduction of Aeolic features in later epigrams is well attested.

⁴³ See Μηγαρεὺς (*IG* V1, 1533, Messenia < Megara, 5th) or Μηγαροῖ (*LSAG* 137 n. 2, Megara, c.500). For instances in metrical inscriptions, see Guijarro Ruano 2016:316.

⁴⁴ Bravi 2006:67 n.137.

⁴⁵ See *DGE s.v.* ἀμφίς. This argument is more developed in Petrovic 2007:202.

⁴⁶ For the first plural person in Megarian, see ac. ἀμέ (*IosPE* I² 352, Chersonesus, 107 BC), and gen. ἀμῶν (*IG* VII 21, Megara c. 200 BC). In Aristophanic comedy we find ἀμέ (*Ar. Ach.* 759) and ἀμῖν (*Ach.* 821).

⁴⁷ Aeolic traits are limited to []μενέοισα (*CEG* 352, Corinth, c. 650 BC?), dat. -εσσι (Χαρίτεσσιν, *CEG* 48, Cos, 5th BC; Εὐφρονίδεσσιν, *CEG* 307, Attica, c. 500-480?), the so called “epic τε” (*CEG* 51, Athens, c. 510 BC?; *CEG* 268, Athens, c. 480-470?; *CEG* 124, Thessaly, c. 450-425?), and it has been alleged <EMI> (= ἐμ(μ)ι) in *CEG* 118 (Thessaly, a. 500-475?). See Guijarro Ruano 2016:252-255.

⁴⁸ Later, ἄμμι or ἄμμιν is well attested in metrical inscriptions. See, for instance, *IG* II² 8494, Attica, 3rd BC; *SEG* 28.737, Gortyn, 170-164 BC or *IGUR* III 1316.9, Rome, 3rd-4th AD). In *IG* II² 3772.4 (Attica, nonspecific date), we found καὶ πόρεν ἄμμι [τρόπων ἔρμα] σαοφροσ[ύ]νην where the pronoun appears in the same verse position and with *πόρω.

There are other non-Doric influences in the text, such as the Ionic ἀγορή (v. 10). The theonym Ἀρτέμιδος (v.4) *vs.* local Ἀρταμιτ°, can be an Ionic or a Koine feature, because Ἀρτεμιδ° became the commonest form of the word from the third century BC onwards in Megara.⁴⁹ The -ν in Μεγαρεῶσιν, on the other hand, is not a dialectal fact. It should be understood as a poetic technique used to easily add a light word-final syllable before a vowel. Apart from the Attic-Ionic dialects, the treatment of this -ν in *ephekkystikon* is not very systematic in other epichoric dialects, but its exploitation as metrical and poetic resource is well attested from the earliest inscriptions in verse.⁵⁰ In the same line of reasoning, the most suitable reading for <λαοδοκωναγορη> is λαοδόκῳ ἔν ἀγορᾷ (§3.1). Given that the final *iota* of the dative singular was not pronounced in this period, we could interpret this sequence as a probable case of prodelision. Yet, this phenomenon is not common within metrical inscriptions prior to c.300 BC.⁵¹ Furthermore, the use of λαοδόκος as an adjective and not as a personal name raises some chronological problems. If this use derives directly from the anthroponym Λαόδοκος, our sense of λαοδόκων (“to receive/to stand up to the people”) is difficult to explain according to the genitive Ν<ι>σ<αί>ων.⁵² Conversely, a compound adjective in -δοκος fits better with ἀγορᾷ (“receiving people”, “crowded”, “thronging”). If this hypothesis is correct, it supports a late date for the last distich, since these adjectives in -δοκος are more recent –unless there is a reason for calling the Megarians “receivers of people” that remains unnoticed by us.

Finally, there could exist an enjambment between the final two verses of the epigram: the genitive Νισαίων can determine ἀγορᾷ as well as ὀμφαλῷ. If this is the case, we would have a more complex syntax device with no parallels neither in any other part of the epigram nor in any other instance of pre-

⁴⁹ Bechtel 1923:185 §36. In Megarian, Ἀρταμιτ° is attested until the first century BC (Ἀρτάμι[τος], *IApoll.* 2, 6th BC; Ἀρταμι[] *IG IV* 440, Phlius, 5th BC; Ἀρτάμιτι *IG IX* 1^a, 837, Kerkyra, 4th BC; Ἀρτάμιτι, *IG VII* 44, Megara, 4th BC?).

⁵⁰ Guijarro Ruano 2016:403-411.

⁵¹ There are no clear examples of prodelision in metrical inscriptions. Instead, it is more likely to see a verb without augment: σᾶμα χέαν (*CEG* 139, Troizen, c. 500 BC?); νόμφα γείνα[τ'] (*CEG* 824, Delphi < Arcadia, c. 369 BC). In φθιμένη ἔχω (*CEG* 89, Athens, c. 410 BC), crasis should not be excluded. For this phenomenon in pre-Hellenistic metrical inscriptions, see Guijarro Ruano 2016:391. The Aristophanic ἀγορὰ ἔν Ἀθάναις χαίρει (Ar. *Ach.* 729) dates later than the assumed context for our epigram, and the example loses importance when compared to epigraphical data.

⁵² Λαόδοκος, already attested in Mycenaean *ra-wa-do-ko* (Py Ea 802), can have the active or passive meaning as δέχομαι. In this regard, see Kamptz 1982:73.

Hellenistic epigraphic poetry.⁵³ However, Νισαίων does actually seem to match better with ἀγορή.

4.1.3 Poetic expressions

The epigram is full of expressions that point to an inherited poetic language. A particularly remarkable expression is the Homeric ἐλεύθερον ἥμαρ (“the day of freedom”) in which ἥμαρ is used instead of ἡμέρα.⁵⁴ This expression is followed by the verb ἀέξ<ε>ιν, the poetic equivalent to αὔξω (in a zero grade *^o*H₂ugs-*), an uncommon juncture that opposes δούλιον ἥμαρ.⁵⁵ It is noteworthy that both expressions are epigraphically attested.⁵⁶ There are other literary parallels to be mentioned. Thus, in χεῖρας ἐπ’ ἀνθρώπους ἱπομάχους ἰέναι (v.10) we can observe, first, the influence of the Homeric construction ἐφίημι + χεῖρας + dative (“lay hands on somebody”)⁵⁷ and, second, an allusion to the Persian enemies within the same expression ἀνθρώπους ἱπομάχους quoted in another epigram attributed to Simonides (*AP* 6.2).

The epiclerosis τοξοφόρου (“bow-bearing”) and the preposition ἀμφίς are poetic words as well. The former is a recurrent epithet for Apollo and Artemis⁵⁸ that stands for the expected one Προσηῶα employed to refer to the temple of Artemis located in the cape of Artemisium.⁵⁹ The latter also points to a poetic usage: instead of the more usual ἀμφί, all the epigraphic occurrences of ἀμφίς appear exclusively in metrical contexts.⁶⁰ Another noticeable expression is

⁵³ See Wilhelm 1899:241, and more recently Petrovic 2007: 202.

⁵⁴ The usual sequence is ἐλεύθερον ἥμαρ ἀπούρας after the trochaic caesura (*Il.* 6.455, 16.831, 20.193). See also Hsch. (ε 19 Latte) ἐλεύθερον ἥμαρ· τὴν ἐλευθερίαν. Περιφραστικῶς.

⁵⁵ Epic expressions like ἀέξω + ἱερὸν ἥμαρ in the *Epos* (*Il.* 8.66, 11.84; *Od.* 9.56) may be the basis for this uncommon association Petrovic 2007:200.

⁵⁶ See the metric in *CEG* 2 (Athens, post 479 BC), and more recently in *I. Cret.* I, 147, no.48 (Crete, late 2nd BC). For δούλιον ἥμαρ in Homer, see *Il.* 6.463, *Od.* 14.340; 17.323, and in inscriptions *IG* I² 763 (Attica, c. 479 BC?), *IG* II² 5227^a (Attica, 287/6 BC). The phrase is also explained by Hsch. (δ 54 Latte) δούλιον ἥμαρ· τὴν τῆς αἰχμαλωσίας ἡμέραν.

⁵⁷ See ὅτε κέν τοι ἀάπτους χεῖρας ἐφείω (*Il.* 1.567) and μνηστήρσιν ἀναιδέσι χεῖρας ἐφήσω (*Od.* 20.39). The construction ἦμι + ἐπί (+ acc.) is well attested. See *LSJ* s.v. ἐπί.

⁵⁸ Epithet already attested in Homer (*Il.* 21.483). For metric inscriptions, see *IG* V1, 960 (Laconia, undated) and *IK Sestos* 11 (*Kallipolis*, undated). The latter is dedicated to Apollo.

⁵⁹ The epithet Προσηῶα (dor. ποτᾱῶος) appears in literary and epigraphic sources (Hdt. 7.176; Plut. *Them.* 8, and *IG* XII, 9 1189.4-5, Euboea late 2nd BC). The cultic epithet “towards the East” indicates the position of the temple in the cape from the point of view of the sailor who enters into the gulf.

⁶⁰ *IGUR* III 1303f (Rome, late 1st c. AD), *SEG* 23.121 (Marathon, 160/161 AD), *SEG* 25.806 (Scythia, 1st–2nd AD), *IG* XII, 5 304 (Paros, non-specific date), *IG* XII, 5 590 (Ceos, non-specific date), *IGUR* III 1224 (Rome, undated), and probably *SEG* 25.295 (Markopoulo, c. mid-4th c. BC) and *SEG* 17.502 (Yeniköy [Ionia], undated).

θανάτου μοῖραν (v. 2), frequently used in funerary metrical inscriptions from the sixth century BC onwards. It was especially common in Attica, being always associated with verse inscriptions.⁶¹ Since θανάτου μοῖραν does not appear in literary texts in earlier times, it can be considered as a typical formula in epigraphical poetry.

4.2 The metrical constraint

Once classified the linguistic characteristics of the text, we can now turn to the analysis of how metrics determines the choice of a given trait, and to what extent it helps to preserve original dialectal forms. Leaving aside the prose part and Koine features of the epigram, the evidence seems to suggest that the use of literary and/or artificial terms constituted a deliberated attempt and not a fortuitous linguistic fact. The election was conditioned by their more or less suitability to fit into the metrical pattern.

4.2.1 Non-metrically equivalent pairs

In the sense of the internal metrical structure of the words, not only the poetic ἄμαρ (- -) or τοξοφόρου (- ~ ~-) fit better in their respective parts of the verse than their more prosaic counterparts ἀμέρα (- ~ -) or Προσηώας (~ - - -), but also Νισαίων (- - -) and ἄστοι (- -) could be used in a poetic way because of their metric structure (compare with their lexical equivalents Μεγαρέων ~ ~ ~ - or πολῖται ~ ~-).⁶² Another lexical item with different metrics is the pronoun ἄμμι (- ~). Such a difference can be due to an Aeolic poetic tradition, but in the Homeric *vulgata* the pair ἄμμι - ἄμμιν is also employed according to metrical constraints. This is why the epic tradition may have influenced other poets, as well as later epigrammatic poetry.⁶³ The lack of -v *ephelekystikon* is imperative

⁶¹ CEG 67 (Attica, c. 500 BC?), CEG 77 (Eretria < Attica, c. 500-475?), CEG 158 (Thasos, c. 525-500?), CEG 561 (Attica, c. 350 BC?).

⁶² There is only one example of πολῖτης with ἄστος before the fourth century BC (πολίταις, ἄστοις, CEG 462, Cnidia, c. 500?), whereas there are four examples of ἄστος alone (CEG 13, Attica, c. 575-550?; CEG 112, Thisbe, c. 500 BC?; CEG 123, Thessaly, c. 450-425?; CEG 172, Apollonia Pontica, c. 490; and CEG 462). Two of them are in the first position of the hexameter/pentameter (CEG 112, 123). In the fourth century, there are three examples of ἄστος (CEG 483, Attica, CEG 692, Rhodes; CEG 705, Cos), and only one of them is in the *incipit* of the verse (CEG 483).

⁶³ The same applies to ὄμμι - ὄμμιν, see Chantraine 1958:§127. In literary epigrams, ὄμμι(v) appears in the same position as in IG VII 53 (AP 1.22, 1.27, 1. 95, 7.42, 7.577 and 15.40), but also in the middle of hexameters and pentameters (AP 5.254, 7.198, 7. 467, 7.540, 7.581, 9.142,

for the correct prosody of the verse: ἀμῖν is more commonly employed in Doric, but its use would have created an irregular second *longum* (- -). As a result, the pronoun ἄμμι is justified in prosodic terms, and its presence in the epigram is significant for the hypothesis of a later addition of the last distich, due to the lack of other instances of this Aeolic dative in early epigrams. Therefore, the, final -v is prosodically required in Μεγαρεῦσιν and ἐνπροσθε, but only written in the first case.

4.2.2 Metrically equivalent pairs

The intentional poetic character of the text is lexically reinforced not only by the use of ἀέξ<ε>ιν, whose metrical scheme (˘ - -) is identical to the more frequent αὔξειν,⁶⁴ but also by the preposition ἀμφίς. The selection of the form with the mobile -ς does not affect the meter. On the other hand, the final -v is not a dialectal fact, but a tool that is used depending on metrical requirements. There are three different results in our text: (a) a metrically required final -v which is written in Μεγαρεῦσιν, (b) a metrically required final -v that is not written in ἐνπροσθε<v>, (c) an optional -v that is not written in the verse's word ἄμμι. Also, it is metrically irrelevant whether one chooses the use of the non-local Ἀρτεμιδ^ο or the local Ἀρταμιτ^ο (- ˘ ˘ -), and even the Doric form of the article τοῖ instead of οἱ.

The most striking equivalent metrical pairs are the forms with ā and η. The /a:/ vowel is preserved in geographic names (Παλίω, Εὐβοίᾳ) even if in its place of origin we expect η (M<υ>κάλας). In poetic expressions ā is also maintained, such as in ἐλεύθερον ἄμαρ, or in reference to Artemis (ἀγνᾶς Ἀρτέμιδος τοξοφόρου). There are other parallels of unattended ā for η and vice versa in pre-Hellenistic verse inscriptions.⁶⁵ Thus, the presence of ā in Attic epigraphic poetry has been traditionally explained by the influence of lyric poetry, and that of η by the influence of the epic Ionic in non-Attic-Ionic inscriptions. However, this sharp distinction does not always apply. The fact is that there are no unexpected examples of η before the fourth BC, when the η

9.707); however, this pronoun is less frequent at the end (*AP* 1.119, 15.40) or at the beginning (*AP* 10.108) of the verse.

⁶⁴ It could also have been used the augmented αὐξάνειν albeit it does not fit within the verse.

⁶⁵ See, for instance, Athena's epithet ἐγρεμάχαι for ἐγρεμάχη in the Attic inscriptions *CEG* 194, c.525-510 BC. For more examples and for a *status quaestionis*, see Mickey 1981:43-44 and more recently Guijarro Ruano 2016:229-245.

spelling prevailed. Based on this evidence, we can raise two different hypotheses: (a) we should accept that the original version of the poem was composed right after the Persian Wars, and that thereafter ὁγορῆ, along with λαοδόκος and the prodelision, were introduced from a later literary (Ionic or Ionic-based) version of the epigram. Otherwise, we should either admit that (b) there existed a later composition of the poem with an Ionic colouring, or (c) with a mixing of Doric and Ionic literary features, as we find in Hellenistic and Roman epigrams.

The main difficulty in analysing lexical pairs in contexts where metrics does not apply is that the entire text could have undergone a process of “Dorization” or “Ionization”, that is, a process of linguistic transposition from its local original form into a more Doric or Ionic appearance. Our metrical text (at least regarding to the first distich) presents many similarities with other epigrams that make reference to the Persian Wars which have been preserved only in literary sources. From a linguistic point of view, there is no reason to deny a fifth century BC composition of the four first couplets of the epigram, since, as we have seen, apart from archaeological or historical issues, the extant version seem to present Doric or epichoric features.

A good parallel of linguistic levelling can be found in *CEG* 131 (Corinth, *post* 480 BC), a metrical inscription dedicated to the Corinthians fallen in Salamis, which was found near to the battlefield, in the contemporary *Ambelaki*. *CEG* 131 has also been preserved in a literary version that has standardized its language into Ionic or Koine dialect, but we only find Doric (or even epichoric) traits in it, such as ποκα or ἐναίομεν.⁶⁶ Likewise, an alleged fifth century BC epigram such as *IG VII 53* could have been affected by a linguistic convergence towards a Doric coloration or to an Epic-Ionic varnish. Indeed, this is the last linguistic trend that later epigrams, literary or epigraphic, are going to develop.

Therefore, the recent linguistic features of the last couplet point to a later adding. In this sense, its linguistic traits can be connected to the setting-up of either a cenotaph or a tomb for the dead in the Megarian *agora*, although we cannot confirm an eventual transfer of human remains from the battlefield to

⁶⁶ Page 1981:n. XI (Sim. 96 Bergk). In the version of Plutarch (*De Hdt. mal.* 870e) and Favorino (Ps.-D. *Or.* 37. 18 Arnim), we find ποτε and ἐναίομεν. Although Cyriacus of Ancona assigned the epigram to Thucydides, Favorino attributed authorsip to Simonides.

the city.⁶⁷ Once the epigram was lost, Helladios ordered to re-inscribe it. This hypothesis seems to offer a better explanation for the nature of both *IG VII 53*'s text and monument.

5. Conclusions

Based on a linguistic analysis of *IG VII 53*, we can conclude that there are no certain epichoric traits in the extant text of the epigram. If they did exist, they would have appeared in a context of metrical equivalence (ϝ-, μϝ- spellings, Ἀρταμιτ^ο or ἁμῖν), so metrics does not seem to have protected the original form. Besides, features allegedly dialectal are also common in Doric (τοῖ, * $\bar{a}$ > $\bar{\alpha}$), and other traits such as the lack of -ν in ἐμπροσθε can be explained as mistakes or simply as more recent additions if the original epigram was composed in the fifth century BC (as it happens in the case of the aphaeresis in ᾽ν or in λαοδόκος). In contrast, Ionic influence is evident in ἀγορῇ. Moreover, late Koine forms are attested in the vowel system (κε, ὄρι, Μ<οι>κάλας instead of καί, ὄρει or Μυκάλης) as well as in ἡμῶν. Together with this final -ν, other traits can be considered poetical tools useful to the composer, such as the lexical pairs (ἄμαρ - ἡμέρα) or the pronoun ἄμμι(ν). The most likely interpretation therefore suggests that the original epigram was composed in the fifth century BC. In essence, the antiquity of the verses for the war-dead Megarians during the Persian conflict cannot be denied. However, regardless of the historic events, we cannot exclude the possibility of a later composition during the Hellenistic period with an intended archaic style.

To the contrary of Page's view on an entire fifth-century original epigram,⁶⁸ there are four linguistic features supporting the idea of a final patched couplet which also endorse Petrovic's interpretation concerning the recent date of the last couplet:⁶⁹ (a) the lesbian pronoun ἄμμι, metrically required; (b) the use of the ethnic Νισαῖοι instead of Μεγαρεῦς; (c) the prodelision in ᾽ν, (c) the /ε:/ vowel of ἀγορῇ; (d) the adjective in -δοκος. Excepting the first item, the last three features are gathered in λαοδόκω<ι> ᾽ν

⁶⁷ According to Prandi 1990:61-65, there is no evidence of relocation of the dead in Athens, but that must have been the case for Corinthians, Megarians, and the Spartan king Leonidas. This is the idea behind *IG VII 53*.

⁶⁸ Page 1981:215.

⁶⁹ Petrovic 2007:194-208.

ἀγορῇ. Furthermore, Helladios' copy of the text must have originated from a literary version of the epigram on account of its attribution to Simonides, as it was generally the case in the epigrammatic anthologies. The final prose line also resembles a sentence from a comment glossing the edition of the verses.

To conclude, the entire text is better explained on the basis of two different phases that concern the composition of the epigram and the construction of the monument. In the first phase, an original epigram was created for a *polyandrion* erected in honour of fallen Megarians on the occasion of the Persian Wars in the fifth century BC. Keeping in mind other cases of confirmed linguistic standardization in similar inscriptional epigrams such as *CEG* 131, it is likely that the epigram of *IG VII* 53 was composed in Doric. We cannot exclude, however, the influence of the epichoric dialect in the text over this period. Hence, recent linguistic traits, such as η instead of α (ἀγορῇ), may have been incorporated later into a local anthology of Persian warlike epigrams assigned to the poet of Ceos. In a second phase, a monument (τὸ γέρας) was built as a cenotaph or grave for the dead. This monument was later identified in the imperial period by Pausanias and the Megarians as actual graves where Megarian soldiers received heroic cult, as Plutarch reminds us: μέχρις ἐφ' ἡμῶν δὲ ἡ πόλις ταύρον ἐναγίζεν ("the city has sacrificed a bull right down to our day"). The final distich thus confirms linguistically the likelihood of this two-phase hypothesis.

Finally, it is worthy to establish a parallel between the history of *IG VII* 53 and *AP VII* 249, a literary epigram allegedly ascribed to Simonides. If there was an original inscribed version of *AP VII* 249, it would have been lost, but from its literary transmission we know that *AP VII* 249 was the well-known epigram dedicated to Leonidas and the Spartan soldiers fallen in the battle of Thermopylae. It would be as if the Lacedemonians one, two, three, or even hundred years later decided to inscribe in an outstanding place the famous epigram of their fallen in the Thermopylae, an epigram which was also transmitted under Simonides' name. Since metrics does not help to preserve local forms, it is a very difficult task in both cases to determine precisely both how was and how long took the flight of these epigraphic (*rarae*) *aves* to our days.

Bibliography

Argentieri, L. "Meleager and Philip as Epigram Collectors". In P. Bing y J. Bruss (eds) *Brill's Companion to Hellenistic Epigram*. Leiden: Brill, 2007, 147-164.

Del Barrio Vega, M. L. *El Dialecto de Eubea*. Universidad Complutense de Madrid. Tesis doctoral inédita. Madrid, 1986.

Bechtel, F. *Die griechische Dialekte 2. Die westgriechischen Dialekte*. Berlin: Weidmann, 1923.

Bergk, T. *Poetae Lyrici Graeci*, vol. III. Leipzig: Teubner, 1882.

Boas, M. *De epigrammata Simonideis. Pars prior: Commentatio critica de epigrammatum traditione*. Groningae: J.B. Wolters, 1905.

Boeckh, A. *Gesammelte kleine Schriften. Opuscula academica Berolinensia*, vol. IV, Leipzig: Teubner, 1874.

Boedecker, D. "The New Simonides and heroization at Plataia". In Fisher & van Wees (eds.) *Archaic Greece: New Approaches and New Evidence*. London: Duckworth, 1997.

Bravi, L. *Gli Epigrammi di Simonide e le Vie della Tradizione*. Roma: Edizioni dell'Ateneo, 2006.

CEG = Hansen, P.A. *Carmina epigraphica Graeca*, 2 vols. Berlin: De Gruyter, 1983-1989.

Chaniotis, A. *Historie und Historiker in den griechischen Inschriften*. Stuttgart: Steiner, 1988.

_____. "Ritual dynamics in the Eastern Mediterranean: Case studies in ancient Greece and Asia Minor". In Harris (ed.) *Rethinking the Mediterranean*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2005, 141-156.

Chantraine, P. *Grammaire Homérique. Tome 1, Phonétique et morphologie*. Paris: Klincksieck, 1958.

CIG = Boeckh, A. *Corpus inscriptionum Graecarum*, 4 vols. Berolino: Ex Officina academica: Vendit G. Reimeri libraria, 1828-1877.

Clairmont, Ch. *Patrios Nomos. Public Burial in Athens During the Fifth and Fourth Centuries BC; The Archaeological, Epigraphic-Literary and Historical Evidence*. Oxford: BAR, 1983.

DÉLG = Chantraine, P. *Dictionnaire Étymologique de la Langue Grecque: Histoire des Mots*. Paris: Klincksieck, 2009.

DGE = Rodríguez Adrados, F. et al. *Diccionario Griego Español*. Madrid: CSIC, 2002-2009.

Diehl, E. *Anthologia Lyrica Graeca*. Leipzig: Teubner, 1949-1952.

Ekroth, G. *The Sacrificial Rituals of Greek Hero-Cults in the Archaic to the Early Hellenistic Periods (Kernos Supplements 12)*. Liège: Centre international d'étude de la religion grecque antique, 2002.

Friedländer, P. "Geschichtswende im Gedicht. Interpretationen historischer Epigramme", *SIFC*, vol. 15, 1938, 89-120.

GHI = Tod, M.N. *A Selection of Greek Historical Inscriptions*. Oxford: Clarendon Press, 1933.

GVI = Peek, W. *Griechische Versinschriften*. Berlin: Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 1955.

Guijarro Ruano, P. *La Lengua de las Inscripciones Métricas del Peloponeso (Siglos VII-IV a.C.)*. Universidad Complutense de Madrid. Tesis doctoral inédita. Madrid, 2016.

Hiller von Gaertringen, F. *Historische griechische Epigramme*. Bonn: Marcus & Weber, 1926.

Jacoby, F. "Some Athenian epigrams from the Persian Wars". *Hesperia*, vol. 14, 1945, 157-211.

Martin, E. *Recherches Sur l'Agora Grecque: Études d'Histoire et d'Architecture Urbaines*. Paris: E. de Boccard, 1951.

Kaibel, G. "Quaestiones Simonideae". *RH*, vol. 28, 1873, 436-460.

LSJ = Liddell, H.; Scott, R.; Johnes, H. and McKenzie, R. *A Greek-English Lexicon*, 9th ed. Oxford; New York: Clarendon Press, 1996.

Mickey, K. "Dialect consciousness and literary language. An example from ancient Greek". *TPhS*, vol. 79, 1981, 35-66.

Molyneux, J.H. *Simonides. A Historical Study*. Wauconda: Bolchazy-Carducci Publishers, 1992.

Page, D. *Epigrammata Graeca*. Oxford: E Typographeo Clarendoniano, 1975.

_____. *Further Greek Epigrams*. Oxford: Cambridge University Press, 1981.

Petrovic, A. *Kommentar zu den simonideischen Versinschriften*. Leiden; Boston: Brill, 2007.

Pfohl, G. *Griechische Inschriften als Zeugnisse des privaten und öffentlichen Lebens*. München: Heimeran, 1966.

Podlecki, A.J. "Epigraphica Simonidea". *Epigraphica*, vol. 35, 1973, 24-39.

Prandi, L. "I Caduti delle guerre persiane: Morti per la città o morti per la Grecia?". In M. Sordi (ed.) *Dulce et decorum est pro patria mori: La Morte in Combattimento Nell'Antichità. Contrinbuti dell'Istituto di Storia Antica*. Milano: Vita e pensiero, 1990, 47-68.

Schörner, H. *Sepulturae Graecae intra urbem. Untersuchungen zum Phänomen der intraurbanen Bestattung bei den Griechen*. Möhnesee: Bibliopolis, 2007.

Sider, D. (2007) "Sylloge Simonidea". In Bing & Bruss (eds) *Brill's Companion to Hellenistic Epigram*. Leiden: Brill, 113-130.

Von Kamptz, H. *Homerische Personennamen*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1982.

Vries, G. J. *Griekse epigrammen*. Zwolle: W.E.J. Tjeenk-Willink, 1967.

Wade-Gery, H.-T. "Classical epigrams and epitaphs. A study of the Kimonian Age". *JHS*, vol. 53, 1933, 71-104.

Wilhem, A. "Simonideische Gedichte", *JÖAI*, 1899, 236-244.

EPICURUS AND AESTHETIC DISINTERESTEDNESS

*Aiste Celkyte*¹

ABSTRACT: Aesthetic disinterestedness is one of the central concepts in aesthetics, and Jerome Stolnitz, the most prominent theorist of disinterestedness in the 20th century, has claimed that (i) ancient thinkers engagement with this notion was cursory and undeveloped, and consequently, (ii) the emergence of disinterestedness in the 18th century marks the birth of aesthetics as a discipline. In this paper, I use the extant works of Epicurus to show that the ancient philosopher not only had similar concepts, but also motivated them in careful and complex ways. I argue that, in the Epicurean theoretical framework, arts belong to the category of ‘merely natural’ desires, and this classification, combined with what we know of Epicurus’ rejection of art criticism, shows he had carefully worked out reasons supporting the idea that art ought to be approached terminally, rather than instrumentally. Finally, I compare the notion of aesthetic disinterestedness with Epicurus’ views on arts and argue that in many ways the latter are not inferior to the former, and therefore ought to belong to the history of aesthetics.

KEYWORDS: Epicurus; aesthetics; desires; arts.

Introduction

Aesthetic disinterestedness - the attention to and the appreciation of aesthetic properties purely for the sake of themselves and independently of any external considerations - is one of the central concepts in the discipline aesthetics. Although the notion of aesthetic disinterestedness plays a role in the works of a number of eminent philosophers, such as Kant and Schopenhauer, one of the best-known theorists of aesthetic disinterestedness is Jerome Stolnitz who, in his article entitled ‘On The Origins of Aesthetic Disinterestedness’, argues that this concept was first properly conceptualised in the works of British philosophers of the 18th century. This theoretical development, moreover, was foundational for the discipline of aesthetics. He also claims that the concept ‘either does not occur at all in the thought of antiquity...or if it does...the allusion is cursory and undeveloped.’² In this paper, I argue not only that there is a similar concept in the Epicurean corpus, but also that the Epicurean account of the proper attitude to the arts provides one example of ancient philosophers’ treatment of aesthetic issues that is far from cursory or inchoate.

¹ Underwood International College, Yonsei University. Email: aiste.celkyte@gmail.com

² Stolnitz 1961:131, cf.138.

My argument is not intended to show that the modern notion and Epicurus' ideas are equivalent or interchangeable. The latter is an integral part of the Epicurean philosophical framework while the former is emblematic of aesthetical discourses that develop in 18th century in Europe. They originated in different contexts and carry very specific – and distinct – theoretical implications. My goal is simply to find an ancient argument for the conclusion that aesthetic values ought to be appreciated independently of other values while at the same time noting the significance of this argument in the context in which it was made. I would argue that Epicurus' idea ought to be read not simply as an ancient version of a familiar argument, but an indication of how rich and complex ancient thought on aesthetics actually was. My paper consists of three main parts: determining the scope of 'aesthetic disinterestedness', examining the Epicurean treatment of art as well as the classification of desire and, finally, discussing the issues.

Aesthetic disinterestedness

Stolnitz's noted definition of aesthetic disinterestedness states that 'a certain mode of attention is indispensable to and distinctive of the perception of beautiful things.'³ Stolnitz argues that disinterestedness emerges from Shaftsbury's ethical discussions and soon evolves into a fully-fledged aesthetic concept. The fundamental concept of aesthetic disinterestedness is fairly straightforward. It posits two distinct ways of perceiving aesthetic objects: instrumental and terminal. The former 'mode of attention' is employed when, to use Alison's example,⁴ a classic Greek statue is viewed as a historic object and its material, the context in which it was found and its dimensions are of primary interest. The latter, the terminal 'mode of attention', consists of concentrating and appreciating nothing but distinct aesthetic properties, such as 'majesty' and 'grace'.

As the concept developed, it became increasingly more nuanced. A significant milestone in its development was Alison's claim that an art critic looking at a piece of art or a philosopher contemplating in nature does not have

³ Stolnitz 1961:131.

⁴ Stolnitz 1961:138.

a disinterested attitude.⁵ According to Stolnitz, ‘by the time of Alison... “the aesthetic” has become a self-conscious and articulate idea. Alison need not, consequently, consider it merely by opposition to non-aesthetic; he can examine the peculiarities of the aesthetic “state of mind” itself; and he can therefore bring out its less obvious features and make more subtle discriminations, e.g., between the aesthetic percipient and the critic, than his predecessors had discerned.’⁶ Here we find that aesthetic disinterestedness is neither a matter of simply looking at art (as opposed to any other object) nor even a matter of being interested in the aesthetic value of art. Instead, it is a matter of paying attention to nothing but the aesthetic properties of the given object.

The idea is simple yet powerful. It is also important to the discipline of aesthetics, because it raises the possibility that there is something distinct about the perception of aesthetic properties or, to be more precise, that the proper perception of aesthetic properties requires treating these properties as terminal, appreciable for the sake of themselves and for no other end whatsoever.

While trying to define aesthetics by means of the concept of aesthetic disinterestedness is a distinctly modern theoretical move,⁷ the very idea that aesthetic value is terminal rather than instrumental is, I argue, not. I will show that a very similar concept is found in the extant evidence on Epicurus. My choice of philosophical schools is not motivated by the supposition that Epicurus was the first or the only one to theorise aesthetic value in this way. In fact, I would argue that there is evidence of very sophisticated discussions of these issues in antiquity.⁸ Yet the Epicurean thought on this matter offers an informative case study because it presents a careful and thorough analysis of

⁵ The reason being that art critics consider the artworks either in relation to the rules or in comparison to other artworks. A philosopher who goes to reflect and reason in nature also does not have a disinterested attitude, because such a person’s attention is not concentrated not nature (see Stolnitz 1961:137).

⁶ Stolnitz 1961:138.

⁷ Stolnitz’s claim is more ambitious: ‘The British were the first to envision the possibility of a philosophical discipline, embracing the study of all of the arts, one which would be, moreover, autonomous, because its subject matter is not explicable by any of the other disciplines (1961:131-132). It has, however, been criticised both explicitly (the most famous critique is Dickie 1964; although cf. Kemp 1999, for an argument that Dickie’s analysis is not historically-sensitive enough to depict the views of disinterestedness theorists’ views quite accurately) and implicitly (the very idea that aesthetics could be defined quite so easily is questioned by Walton 2007).

⁸ To some extent, Stolnitz himself implies this when he notes that Shafsbury, the earliest of the thinkers in whose works the aesthetic disinterestedness appears, was interested in Plato/Plotinus and made the claim about *to kalon* (Stolnitz 1961:133).

different kinds of pleasure as sources of value. The Epicureans show very well that the ancient discussions of topics pertinent to aesthetics are neither cursory nor undeveloped.

Epicurus on the wrong approach to the arts

The claim that Epicurus had made a distinct contribution to aesthetics might be a little surprising, because a number of sources report his critical views of certain approaches to art.⁹ Athenaeus, for instance, even compared Epicurus to Plato, who is notorious for his critique of the arts.¹⁰ A more elaborate record of Epicurus' views is preserved in Plutarch. In the treatise *That Epicurus Actually Makes a Pleasant Life Impossible*, for instance, Plutarch claims the following:

φιλοθέωρον μὲν ἀποφαίνων τὸν σοφὸν ἐν ταῖς Διαφορίαις καὶ χαίροντα παρ' ὄντινοῦν ἕτερον ἀκροάμασι καὶ θεάμασι Διονυσιακοῖς, προβλήμασι δὲ μουσικοῖς καὶ κριτικῶν φιλολόγοις ζητήμασιν οὐδὲ παρὰ πότον διδοὺς χώραν, ἀλλὰ καὶ τοῖς φιλομούσοις τῶν βασιλέων παραινῶν στρατιωτικὰ διηγήματα καὶ φορτικὰς βωμολοχίας ὑπομένειν μᾶλλον ἐν τοῖς συμποσίοις ἢ λόγους περὶ μουσικῶν καὶ ποιητικῶν προβλημάτων περαιομένους.

On the one hand, he [Epicurus] says in the *Disputed Questions* that the sage is a lover of spectacles and yields to none in the enjoyment of theatrical recitals and shows; but on the other he allows no place, even over wine, for questions about music and the enquires of critics and scholars and actually advises a cultivated monarch to put up with recitals of stratagems and with vulgar buffooneries at his drinking parties sooner than with the discussion of problems in music and poetry.¹¹

These and similar claims make it clear why Athenaeus compared Epicurus to Plato, in whose *Republic* the *mimetai* are expelled from the ideal city.¹² There is a further similarity between these two philosophers, however. It has been shown that Plato actually had a more nuanced attitude toward the arts

⁹ In the extant evidence, we find Epicurus views towards poetry, theatre performances and music to be fairly similar, so I am going to use the term 'art' to denote these phenomena.

¹⁰ Athenaeus *Deipnosophistae* 187C=U228.

¹¹ Plutarch *Moralia* 1095C=U20, tr. Babbitt.

¹² Plato *Republic* 607a-d.

than outright hostility.¹³ Elizabeth Asmis, moreover, has shown that Plutarch's record does not accurately reflect Epicurus' views. She argues the point as follows.

Plutarch attributes the following two views to Epicurus which are supposedly contradictory: (i) the wise man is a lover of sights and enjoys Dionysiac performances as much as anyone; (ii) no musical or philological discussions should take place while drinking, and kings should have military narratives and vulgar jesting rather than such discussions.¹⁴ In her astute and insightful analysis, Elizabeth Asmis shows, however, that there is no contradiction here.¹⁵ Claim (i) is directed at Plato's arguments about the arts in *Republic*. In this dialogue, the interlocutors contrast the lovers of sights and sounds, who run around Dionysiac festivals as if they let their ears for hire to every chorus,¹⁶ with philosophers, who are lovers of the sight of truth.¹⁷ Epicurus' claim that the wise man enjoys Dionysiac festivals, therefore, ought to be understood as a contention to Plato as follows:

The Epicurean wise person does not forsake the objects of sense perception in the pursuit of truth; for wisdom consists precisely in enjoying sensory experiences and having correct opinions about them. Epicurus agrees that the wise person loves the sight of truth, but insists that the love of truth encompasses the love of visual spectacles and auditory performances. In this confrontation with Plato, Epicurus gives clear approval to the enjoyment of musical and poetic performances.¹⁸

The second claim by Epicurus regarding the avoidance of scholarly discussions of the arts, meanwhile, deals with a different issue entirely. Epicurus advises against listening to talks given by grammarians and similar experts. As Asmis suggests: 'Military talk, we may guess, might be useful for kings, even though a party is hardly the proper occasion for it, and buffoonery

¹³ See, for instance, Moss 2007; Woodruff 2015:331-335.

¹⁴ In his own work *Symposium*, Epicurus discussed indigestion and fever (Athenaeus 187C=U57), wine (Plutarch *Against Colotes* 1109E=U58), as well as sexual intercourse (Plutarch *Table Talk* 653B=U61).

¹⁵ Asmis 1995:19.

¹⁶ *Republic* 475d (ὥσπερ δὲ ἀπομεμισθώκοτες τὰ ὄτα ἐπακοῦσαι πάντων χορῶν περιθέουσι τοῖς Διονυσίοις), the speaker here is Glaucon.

¹⁷ *Republic* 475e-476b.

¹⁸ Asmis 1995:20.

might be pleasant, whereas musicology and philology are neither.’¹⁹ Epicurus’ point is not that the criterion for a good party activity is usefulness, but rather that one ought to be wary of the misdirection of attention from something truly pleasant (i.e., actual arts) to something that is not really pleasant (i.e., discussions about arts). ‘Epicurus distinguished between two uses of poetry, education and entertainment, and condemned poetry wholesale as education, while welcoming it as entertainment.’²⁰

The Epicurean claims about the wise man found in various doxographical sources also support this interpretation. Diogenes Laertius, for instance, records Epicurus’ statements that only the wise person would discuss music and poetry in the correct manner (ὁρθῶς)²¹ and that such a person would be more delighted by festivals than anyone else.²² Sextus Empiricus, moreover, claims that Epicurus, in his book *On Gifts and Gratitude*, states that it would be necessary for the wise to learn literacy.²³ These claims concern the most rational person, a wise man, and thus they show what behaviour would be perfectly rational according to the Epicurean standards. It follows, then, that discussing the poetry and music, as well as enjoying the festivals, is permissible as long as one adopts the correct approach. The correct – the most rational – approach in this case is to treat these activities as sources of certain kind of pleasure rather than education.

What is the right approach to the arts?

It seems clear, then, that Epicurus was against commenting on art or producing scholarship on art rather than admiring and appreciating art. Yet here a new question arises, that is, how the wise man’s approach to artworks differs from the way in which people such as grammarians and art critics approach them? Similarly, one could ask what is it that the wise man would say

¹⁹ Asmis 1995:20.

²⁰ Asmis 1995:21. Cf. Blank 2009:217, 222. For Epicurus’ rejection of *paidea*, see Sextus Empiricus *Against the Professors* 1.1=U227; Cicero *On Ends* 1.71-72=U227.

²¹ Diogenes Laertius 10.120=U569. The wise man would not, however, write poems (Diogenes Laertius 10.120=U568).

²² Diogenes Laertius 10.120=U593.

²³ Sextus Empiricus *M* 1.49=U22. The Epicureans were notorious, however, for claiming that one does not need *paidea* in order to study philosophy; see, for instance, Cicero *Fin.* 2.12. These claims are not necessarily contradictory, because one of them concerns the pre-requisites to philosophy, while the other concerns the scope of the wise man’s activities.

about the arts if he is the only kind of person who is capable of discussing them correctly? David Blank has addressed this question and argued that ‘...the poetic passages which are truly useful for life, especially their *gnomai*, are clear and in no need of exegesis, while their unclear parts, e.g., foreign stories and allegories, are useless; a *gnome* is merely an assertion, but our intelligence demands proof, which is the province not of grammar, but of philosophy.’²⁴

It seems likely that the answer to the question of how the wise man would approach the arts would be somehow related to the wise man’s philosophical (and Epicurean) knowledge, yet it is not clear what that would mean in terms of an attitude. Also, if the arts are not condemned, is there, in fact, anything positive that an Epicurean can derive from them?

The best way to answer these questions is by consulting the Epicurean views on desire and pleasure,²⁵ that is, hedonistic ethics. This is because, for the Epicureans, the motivating factor for how one ought or ought not to act is their ethical doctrine about what actions bring the greatest amount of pleasure. In Cicero’s *On Ends*, the Epicurean spokesperson Torquatus criticises those who call Epicurus uneducated and explains that Epicurus did not pursue such studies as music and geometry because they cannot contribute to making our lives more pleasant and, thus, better. Instead, he concentrated on the master art of living, which is more difficult and yet more rewarding.²⁶ These claims echo the attitude found in a number of other testimonials that show pleasure to be the foundational concept in the Epicurean theoretical framework. In fact, Athenaeus preserves Epicurus’ claim that the good cannot even be understood if one does not take into account sensory pleasures, including the ones caused by pleasant sounds and shapes.²⁷

In order to answer the questions of how Epicurus envisaged engagement with the arts, we need to look into Epicurean ethics and ask: what

²⁴ Blank 2009:223ff. This interpretation is based on Sextus Empiricus *M* 1.270-6.

²⁵ Some accounts of aesthetic disinterestedness include pleasure and some do not. Kant, for instance, maintained that it is pleasure that is disinterested (*The Critique of Judgement*, book 1, *First Moment*, 1-3), while Shaftsbury separated sensory pleasure from disinterestedness (Shaftsbury’s views are fairly complicated on this topic, however, see Stolnitz 1961:140). For a survey of the roles that pleasure plays in ancient aesthetics in general, see Destrée 2015.

²⁶ Cicero *Fin.* 1.71-72=U227.

²⁷ Athenaeus 280A-B (οὐ γὰρ ἔγωγε δύναμαι νοῆσαι τὰγαθὸν ‘ ἀφαιρῶν μὲν τὰς διὰ χυλῶν ἡδονάς, ἀφαιρῶν δὲ τὰς δι’ ἀφροδισίων, ἀφαιρῶν δὲ τὰς δι’ ἀκροαμάτων, ἀφαιρῶν δὲ τὰς διὰ μορφῆς κατ’ ὅψιν ἡδείας κινήσεις).

is the relationship between art and pleasure? or where do the arts fit in the overall hedonistic framework?

Art and the classification of desires

There is more than one way to be a hedonist. The fundamental feature of Epicurean hedonism, as opposed, for instance, to Cyrenaic hedonism, is prioritizing some pleasures over others.²⁸ In the *Letter to Menoeceus*, while discussing the appropriate attitude to death, Epicurus states that the wise man would judge neither life nor death to be bad and supports this by the following statement:

ὥσπερ δὲ τὸ σιτίον οὐ τὸ πλεῖστον πάντως ἀλλὰ τὸ ἥδιστον αἰρεῖται, οὕτω καὶ χρόνον οὐ τὸν μῆκιστον ἀλλὰ τὸν ἥδιστον καρπίζεται.

But just as he [the wise man] chooses the pleasantest food, not simply the greatest quantity, so too he enjoys the pleasantest time, not the longest.²⁹

Later in the same work he also states that ‘every pleasure, then, because of its natural affinity, is something good, yet not every pleasure is choiceworthy.’³⁰ The classification of desires (ἐπιθυμία) and the principles that motivate the Epicurean choices of certain pleasures over others, therefore, are crucial for understanding how the Epicureans theorise values. Figuring out how aesthetic pleasures are classified in terms of desires is necessary for understanding what value the Epicureans allocated to them. Arguably the best source for Epicurus’ classification of desires is the *Letter to Menoeceus*. In this work, the desires are classified into empty, natural and necessary as follows:

ἀναλογιστέον δὲ ὡς τῶν ἐπιθυμιῶν αἱ μὲν εἰσι φυσικαί, αἱ δὲ κεναί, καὶ τῶν φυσικῶν αἱ μὲν ἀναγκαῖαι, αἱ δὲ φυσικαὶ μόνον· τῶν δὲ ἀναγκαίων αἱ μὲν πρὸς εὐδαιμονίαν εἰσὶν ἀναγκαῖαι, αἱ δὲ πρὸς τὴν τοῦ σώματος ἀσχησάν, αἱ δὲ πρὸς αὐτὸ τὸ ζῆν.

²⁸ Diogenes Laertius (10.136-7=LS 21R) reports that the difference lies in the Epicurean recognition of static, as well as kinetic, pleasures. This division is well-known, although see Nikolsky 2001 for an argument that attributing this classification to Epicurus might be problematic. For a more in-depth discussion of the Cyrenaic and the Epicurean conceptions of pleasure, cf. Wolfsdorf 2013:147ff.

²⁹ Epicurus *Letter to Menoeceus* 126=LS 24 A, tr. Long and Sedley.

³⁰ Epicurus *Men.* 129=LS 21B, tr. Long and Sedley.

We must reckon that some desires are natural and others empty, and of the natural some are necessary, others natural only; and of the necessary some are necessary for happiness, others for the body's freedom from stress, and others for life itself.³¹

Where in this classification can we place aesthetic experience? Quite fortunately, there is a fairly large number of testimonia regarding Epicurus' views on various desires, pleasures and their values. In the remaining part of this section, I am going to examine these sources in order to find examples for each class of desire.

The first division is into natural and empty desires. Here, we must ask which division could the arts belong to, according to Epicurus? Are the arts natural or empty? It seems reasonable to assume the latter. After all, the arts are not necessary for human constitution and well-being; there is no record of anyone dying from a lack of poetry in their life. In fact, one fragment states precisely this, namely, that one can live one's life perfectly well without ever coming in contact with the arts.³² The characterisation of empty desires, however, is quite specific and, I argue, does not agree with the way in which aesthetic value is described by the Epicurean corpus.

Epicurus' *Key Doctrines* contains the same classification of desires as in the *Letter to Menoeceus*, with one notable addition, namely, the claim that false desires arise through false expectations.³³ It is noteworthy that 'there is an established idiom in Greek in which 'empty' is used for what is futile or pointless, and so an empty belief is not a simple factual error but a mistake which renders your efforts pointless, side-tracking your life away from the path to happiness. Empty beliefs, then, are errors which are harmful and dysfunctional for the agent.'³⁴

In Lucretius, we find the following passage which seemingly would support the interpretation of aesthetic experiences as empty desires:

...neque natura ipsa requirit,
si non aurea sunt iuvenum simulacra per aedes

³¹ Epicurus *Men.* 127=LS 21B, tr. Long and Sedley.

³² See, for instance, Cicero *Tusc.* 5.116-117=U599.

³³ Epicurus *Key Doctrines* 29.

³⁴ Annas 1993:190.

lampadas igniferas manibus retinentia dextris,
lumina nocturnis epulis ut suppeditentur,
nec domus argento fulget auroque renidet
nec citharae reboant laqueata aurataque templa,
cum tamen inter se prostrati in gramine molli
propter aquae rivum sub ramis arboris altae
non magnis opibus iucunde corpora curant,
praesertim cum tempestas adridet et anni
tempora conspergunt viridantis floribus herbas.

Nor does nature itself require it, if there are no golden statues of youths in the entrance halls grasping fiery torches in their right hands to provide evening banquets with light, or if the house does not gleam with silver and shine with gold and a carved and gilded ceiling does not resound to the lute, when, in spite of this, men lie together on the soft grass near a stream of water beneath the branches of a lofty tree refreshing their bodies with joy and at no great cost, especially when the weather smiles and the season of the year spreads flowers all over the green grass.³⁵

At first sight, the passage appears to include few distinctly aesthetic phenomena, yet it is noteworthy that all the objects mentioned are items of luxury. The passage, therefore, deals with the desire of opulence, wealth and social status rather than art. Consequently, the aesthetic objects, golden statues and music accompaniment, are here because they signify wealth and are examples of empty desires.³⁶ Arguably, Lucretius' main point here is the same as that expressed by Epicurus in the *Letter to Menoeceus* when he says that what is natural is easy to get, whereas what is groundless is hard to attain.³⁷ So in this case, such objects as gold statues and music accompaniment are said not to contribute to pleasure properly because they are signs of wealth, rather than objects of aesthetic appreciation.

It is, therefore, luxury that ought to be treated as an empty desire, although Rafael Woolf has shown that Epicurus' attitude to luxury is more nuanced than it might appear at first sight. He argues that, in the sense that

³⁵ Lucretius 2.20-34=LS 21W, tr. Long and Sedley.

³⁶ Cf. Sharples 1996:87.

³⁷ Epicurus *Men.* 130.

luxury is not necessary for either survival or happiness, it is an empty desire, yet 'Epicurus is comfortable with the idea of luxury as something that any reasonable person might choose if offered it. What he rejects, again, is both its puritanical disavowal and its strenuous pursuit. His classification of luxury as an object of empty desire reflects his attitude toward the latter conjunct; it does not entail the former.'³⁸

While empty desires are not actually beneficial, the pleasures derived from art must belong to a different category because some evidence suggests that they are, in some sense, beneficial. In book three of *Tusculan Disputations*, Cicero cites Epicurus as claiming that the very notion of 'the good' cannot be understood at all if sensory pleasures, including the ones received by means of listening to pleasant sounds and looking at pleasant sights, are taken away.³⁹ This clearly shows that pleasures derived from aesthetic phenomena are informative, so the desire for them are not based on false beliefs and, therefore, not empty.

Desires relating to art must be located somewhere in one of the subcategories of the natural desires, either as 'merely natural' or as 'necessary'. Since the necessary desires are further subdivided into three categories and are defined fairly precisely, I am going to start with them.

First of all, the arts are not likely to be put in the category of life itself, because this clearly applies only to desires that are necessary for being alive. It was already mentioned that Epicurus maintained that life is possible without access to artistic activities. It is the desire of eating that informs and defines all the other pleasures, according to the following short claim of Epicurus preserved by Athenaeus:

ἀρχὴ καὶ ῥίζα παντὸς ἀγαθοῦ ἡ τῆς γαστρὸς ἡδονή: καὶ τὰ σοφὰ καὶ τὰ περισσὰ ἐπὶ ταύτην ἔχει τὴν ἀναφορὰν.

The pleasure of the stomach is the beginning and root of all good, and it is to this that wisdom and over-refinement actually refer.⁴⁰

³⁸ Woolf 2009:168.

³⁹ Cicero *Tusculan Disputations* 3.41=U67=LS 21L. The whole passage is cited and discussed in greater detail below.

⁴⁰ Athenaeus 546F=U409=LS 21M, tr. Long and Sedley. Cf. Cicero *Tusc.* 3.42.

The desires necessary for life, then, are the ones that are fundamental to human life, such as eating and drinking. The second half of the sentence is informative too for my purposes as it suggests that over-refinement (τὰ περισσὸν)⁴¹ ought to be understood in terms of the desires necessary for life. The passage seems to suggest that the best way to approach over-refinement is by referring to what is hedonistic in them in a fundamental sensory way. At the same time, pleasures derived from interacting with the arts are certainly not in the category of desires necessary for life.

In fact, the other two categories of necessary pleasures are unlikely candidates for the classification of the arts as well, primarily because the arts are something that an Epicurean could live a happy life without. In his *Tusculan Disputations*, Cicero discusses Epicurus' claim that the wise man would always be happy, including the question of whether this would be the case if the wise man had lost the sense of sight or hearing. The Epicurean answer to this concern consists of the claim that mind, rather than senses, plays the most important role in securing a pleasant life. This claim is illustrated with several examples of people who were either blind or deaf yet lived admirable political and intellectual lives. In addition to this, a number of arguments illustrate how Roman Epicureans are 'deaf' when it comes to Greek, the language they do not understand; moreover, it is said that even though a deaf person does not hear singing, she or he also cannot hear unpleasant sounds, such as the grating of a saw. And if they happen to be fond of singing, they only need to remember the following:

...primum cogitare debent, ante quam hi sint inventi, multos beate vixisse sapientes, deinde multo maiorem percipi posse legendis his quam audiendis voluptatem.

...they ought to consider first that many wise men lived happily before music was discovered; besides, they may have more pleasure in reading verses than in hearing them.⁴²

⁴¹ Note that this word is often associated with very great knowledge (for example Aristotle *Metaphysics* 983a3) or overly zealous interest (Euripides *Bacchae* 425-430).

⁴² Cicero *Tusc.* 5.116-117=U599, tr. Yonge, slightly altered.

A similar claim can be found in Sextus Empiricus' *Against the Musicians*, where it is stated that just because Plato welcomed music, we ought not to assume that it does contribute to happiness, since other philosophers, such as Epicurus, denied this and claimed that music was not beneficial.⁴³ This short claim clearly suggests that music would not be in the category of pleasures necessary for happiness.

Happiness is also closely tied to the freedom from bodily disturbance, another sub-category of the necessary desires. In the *Letter to Menoeceus*, Epicurus defines pleasure as the *telos* of life but only in the sense of being free from bodily pain and mental disturbance, rather than in the sense of having pleasant experiences by drinking and enjoying parties.⁴⁴ In fact, the lack of bodily pain is said to be 'the limit of the magnitude of pleasures,'⁴⁵ and once this state is achieved, the pleasures of the body do not increase, but only become varied.⁴⁶ It is also noteworthy that some sources suggest that mental pains and pleasures are greater than bodily ones⁴⁷ and thus it is possible, just like some evidence suggests of Epicurus himself, to be in physical pain yet still to be in an overall pleasant state.⁴⁸

There is only one category left, the 'merely natural pleasures', and I would argue that the pleasures derived from art were most likely conceptualised by the Epicureans as belonging to this category. So far, we found that aesthetic experience cannot be properly classified as either empty or necessary desire, and 'merely natural' is the only category left. This is not the only reason to place aesthetic experience in this category, however. There is some evidence that supports the view that the arts are merely natural pleasures. In *Tusculan Disputations*, Cicero presents a fairly substantial quote from Epicurus that states the following:

⁴³ Sextus Empiricus *M* 6.27=U229b. The same claim can be found in the extant evidence on Philodemus' views, see Blank 2009:221-222 for a thorough analysis of Philodemus views on the this topic.

⁴⁴ Epicurus *Men.* 132 (οὐ γὰρ πότοι καὶ κῶμοι συνείροντες οὐδ' ἀπολαύσεις παιδῶν καὶ γυναικῶν οὐδ' ἰχθύων καὶ τῶν ἄλλων ὅσα φέρει πολυτελῆς τράπεζα, τὸν ἡδὺν γεννᾷ βίον, ἀλλὰ νήφων λογισμὸς καὶ τὰς αἰτίας ἐξερευνῶν πάσης αἰρέσεως καὶ φυγῆς καὶ τὰς δόξας ἐξελαύνων, ἐξ ὧν πλεῖστος τὰς ψυχὰς καταλαμβάνει θόρυβος).

⁴⁵ Epicurus *KD* 3=LS 21C tr. Long and Sedley, also see Plutarch *Mor.* 1089D=U 68=LS 21N.

⁴⁶ Epicurus *KD* 18=LS 21E.

⁴⁷ Diogenes of Oenoanda 38.1.8-3.14=LS 21V.

⁴⁸ Diogenes Laertius 10.22; Cicero *Fin.* 2.96-97.

nec equidem habeo, quod intellegam bonum illud, detrahens eas voluptates quae sapore percipiuntur, detrahens eas quae rebus percipiuntur veneriis, detrahens eas quae auditu e cantibus, detrahens eas etiam quae ex formis percipiuntur oculis suavis motiones, sive quae aliae voluptates in toto homine gignuntur quolibet sensu. nec vero ita dici potest, mentis laetitiam solam esse in bonis. laetantem enim mentem ita novi: spe eorum omnium, quae supra dixi, fore ut natura is potiens dolore careat.

Indeed, I do not know what is meant by ‘the good,’ if you take away the pleasures that are experienced through taste, and the pleasures experienced in sex, and the sweet motions which are experienced by the ears through music and by the eyes through forms, and the other pleasures which are generated in the whole person by any of the senses. Nor is it possible to say that gladness of mind is the only thing that is good. For as I understand it, what it means for a mind to be glad is for it to have an expectation of possessing, naturally and without pain, all those things which I have named.⁴⁹

In this passage, we find not only the Epicurean claim that sensory pleasures are fundamental to the notion of the good, but also an argument that motivates this claim. The argument suggests that positing ‘gladness of mind’ as the good is a misunderstanding, because all that this gladness amounts to is an expectation of experiencing pleasure.

For the purposes of this paper, the passage is especially illuminating because it presents pleasure derived from aesthetic experiences as informative of the good as, for instance, the pleasure of eating. There is an emphasis on sensory perception, which makes it clear that, for an Epicurean, the right way of approaching aesthetic objects is by concentrating on their aesthetic properties and the pleasure derived from perceiving them. The arts, then, belong to the category of merely natural desires. They are capable of causing sensory pleasures that constitute the good, so they are natural. They are not, however, in any way necessary for either life or happiness, and therefore, they have to be *merely* natural.

Both empty and merely natural – as opposed to necessary – are the kind of pleasures that one could do without, as far as a happy Epicurean life is concerned, yet there must be an important difference if they are placed in such different categories. Empty desires are formed on the basis of false beliefs, yet

⁴⁹ Cicero *Tusc.* 3.41=U67=LS 21L (cf. Diogenes Laertius 10.6), tr. Graver.

natural desires are not merely those that are based on true beliefs, as Julia Annas notes, but also those desires that are understood in terms of human nature.⁵⁰ Annas argues that the substantial distinction between merely natural and empty desires is implied rather than spelled out clearly. This distinction is between generic and specific desires. The desire for expensive food would be a natural, albeit not a necessary one.⁵¹ If, however, a person ‘turns out to care very much for lobster, making efforts to get it and sulking if it is not on the menu, then the desire becomes an empty one, for it now depends on the belief that getting lobster, as opposed to something else to satisfy one’s hunger, is worth caring about.’⁵² The important insight here is that a desire for some object can be either natural or empty, depending on the attitude the person adopts towards the desired object. If the desire is for a more generic aspect of that object, the reasoning process is as follows: food is nourishing; lobster is food; hence I desire lobster. If the desire is for a specific aspect of that object, however, the reasoning would be as follows: the lobster is a good thing, hence I desire lobster. Of course, in the latter case, there is an error in making a value judgement. Lobster is not the good, pleasure is.

Annas’ analysis of the distinction between natural and empty desires could be used to explain the Epicurean treatment of art very neatly. The desire to hear pleasant sounds and to see pleasant sights is a natural one, as human nature is inclined towards the pleasure. A wise man would visit festivals and enjoy them more than anyone else because the wise man would adopt a perfectly adequate attitude towards this experience: as something valuable purely for the pleasure derived from the sensual perception of the arts.⁵³ The wise man would not, however, turn pursuit of the arts into an empty desire, that is, into the pursuit of knowledge and understanding, as this is simply what the arts are not capable of doing.

Thus we end up with the conclusion that the proper attitude to art, the one exemplified by the attitude adopted by the wise man, is that of disinterestedness in the sense that the proper attitude to art is the enjoyment of

⁵⁰ Annas 1993:190.

⁵¹ Epicurus *KD* 29. Cf. Porphyry *On Abstinence* 1.51.6-52.1=U464=LS 21J.

⁵² Annas 1993:192, also see 193. Cf. Brown 2009:186-7 for a similar idea that a desire might become necessary in virtue of certain circumstances.

⁵³ It might be worth bearing in mind that festivals were communal events and an important part of the life of the *polis*; see, for instance, Pedley 2005:78.

sensory experience, the formal properties of art, rather than any other goal or meaning.

Epicurus on aesthetic disinterestedness?

Is it possible, then, to say that the notion of aesthetic disinterestedness can be found in Epicurus' works? The answer is far from straightforward. There are some very striking similarities between Epicurus' description of the proper approach to arts and Stolnitz description of aesthetic disinterestedness, yet the differences of context and theoretical commitments also ought to be taken into account. I argue that, more than anything else, the Epicurean texts problematize and theorise aesthetic experience in a way that certainly challenges Stolnitz assertion that ancient views on aesthetic experience were under-developed.

The distinct feature of aesthetic disinterestedness as theorised by Stolnitz was a 'mode of attention' that concentrated on aesthetic objects in a terminal, rather than an instrumental manner. Epicurus' works and testimonia contain claims that advocate similar attitude in the sense that the proper mode of attention when engaging with arts is a natural and, we might add, terminal, desire, which means that artistic objects are appreciated for the pleasure derived from their aesthetic properties and nothing else.

One striking similarity between Epicurus' and modern theorists of aesthetic disinterestedness is the claim that art critics do not possess the proper attitude to arts. We have seen that Epicurus' apparent attack on the arts is, in fact, an attack on art 'critics', grammarians, etc. Interestingly, a very similar view can be found in Stolnitz's article. To be precise, Stolnitz suggests that the claim (first made by Alison) that an art critic does not have a proper aesthetic attitude is a fundamental condition for the aesthetic disinterestedness.⁵⁴ In both cases, we find the claim that aesthetic objects ought to be approached and appreciated for the pleasure derived purely from those objects' aesthetic properties. Epicurus and the modern theorists, however, frame the same concept, quite differently.

One could argue that there remains a fundamental difference between the Epicureans and modern thinkers, namely, that the latter use aesthetic

⁵⁴ See Stolnitz 1961:137.

indifference for analysing the perception of art specifically, whereas artistic objects are certainly not special objects of perception for Epicurus. The thing that could be said of the arts in virtue of them belonging to the merely natural category of desires, could be said of expensive food and nice shoes.⁵⁵

The Epicurean position is by no means the weaker one, however. Assuming that aesthetic disinterestedness is peculiar to art raises the question of why art alone ought to be singled out in this way. Why would apples, for instance, not be objects of a disinterested attitude? In fact, Stolnitz does allow that there is no need to restrict aesthetic disinterestedness to artistic objects; any object can be contemplated disinterestedly as long as the contemplation is 'terminal', that is, we appreciate the object for what it is.⁵⁶ The mere fact that the Epicureans classify the attitude to art with the attitude to nice shoes, therefore, does not make them less deficient theorists on aesthetic issues.

One could argue that the Epicureans are not properly interested in questions about aesthetic experience because their agenda primarily concerns ethical value and the question of how one ought to live one's life. It is, however, certainly possible to be a theorist of aesthetic disinterestedness in the modern sense and also maintain that the good in life is something else. The very notion of aesthetic disinterestedness is fairly narrow as it only concerns the perception of aesthetic objects, and there are numerous ways in which it can relate to other areas of value theory, such as ethics. The Epicurean way of approaching these issues is just one of many possible and, again, does not make them deficient theorists.

Finally, it is worth noting that, more generally, the notion of aesthetic disinterestedness is by no means clear-cut nor universally accepted. The fact that Stolnitz shows the disagreement among the group of philosophers he is investigating regarding how exactly disinterestedness is perceived⁵⁷ indicates that there has to be some room for disagreement and discussion about the scope and the nature of disinterestedness even among the advocates of this concept. The Epicurean perspective, however different, ought to be included when discussing historic views about aesthetic value.

⁵⁵ Cf. Philodemus' claim that arts are in no way more valuable for our understanding of pleasure than, for instance, cookery or perfumery in *On Music* 91.3-92.5.

⁵⁶ Stolnitz 1960:24.

⁵⁷ Stolnitz 1961:141.

Conclusion

At the beginning of this paper, I rehearsed Stolnitz' twofold claim: that the notion of aesthetic disinterestedness is an innovation of the 18th century and that this innovation is the origin of the discipline of aesthetics. Even if we accept that ancient thinkers, such as the Epicureans, used notions similar to that of aesthetic disinterestedness, we still have a significant difference, namely, that Epicurean theorisation of this topic did not produce a new discipline. 18th century thinkers talked about 'aesthetics' in a way that Greeks did not and there is no Greek term equivalent to 'aesthetic disinterestedness' that ties distinct ideas into a uniform theory. Yet by broadening our conception of the scope of the aesthetic enquiry, we gain access to a greater variety of ideas. As I have argued in this paper, the very concept of aesthetic disinterestedness, the distinction between the terminal and the instrumental mode of attention, is present in the Epicurean texts. The Epicureans treat this concept in a distinctive way their ideas are in no way less developed or inchoate, and hence they are certainly deserving of further study for the sake of the insights they contain and the questions they raise.

Bibliography

- Annas, J. 1993. *The Morality of Happiness*. Oxford: OUP.
- Asmis, E. 1995. 'Epicurean Poetics.' In D. Obbink (ed.) *Philodemus and Poetry*. Oxford: OUP, pp.15-34.
- Babbitt, R. C. 1957. *Plutarch. 'Moralia.'*, vol.14. London: Heinemann.
- Blank, D. 2009. 'Philosophia and techne: Epicureans on the art.' In J. Warren (ed.) *The Cambridge Companion to Epicureanism*. Cambridge: CUP, pp.216-233.
- Brown, E. 2009. 'Politics and Society.' In J. Warren (ed.) *The Cambridge Companion to Epicureanism*. Cambridge: CUP, pp.179-196.
- Destrée, P. 2015. 'Pleasure.' In P. Destrée & P. Murray (eds) *A Companion to Ancient Aesthetics*. Malden, MA: Wiley Blackwell, pp.472-485.
- Dickie, G. 1964. 'The Myth of the Aesthetic Attitude.', *American Philosophical Quarterly* 1, pp.56-65.
- Graver, M. 2002. *Cicero on the Emotions: Tusculan Disputations 3 and 4*. Chicago: University of Chicago Press.
- Kemp, G. 1999. 'The Aesthetic Attitude.', *British Journal of Aesthetics* 39(4), pp.392-399.
- Long, A. and D. Sedley. 1987. *The Hellenistic Philosophers*. Cambridge: CUP, 2 vols.
- Moss, J. 2007. 'What is imitative poetry and why is it bad?' In G.R.F. Ferrari (ed.) *The Cambridge Companion to Plato's Republic*. Cambridge: CUP, pp.415-444.
- Nikolsky, B. 2001. "Epicurus on pleasure.", *Phronesis* 46, pp.440-465.
- Pedley, J. 2005. *Sanctuaries and the Sacred in the Ancient Greek World*. New York: CUP.
- Sharples, R. W. 1996. *Stoics, Epicureans and Sceptics: An Introduction to Hellenistic Philosophy*. London: Routledge.
- Stolnitz, J. 1961. 'On the origins of aesthetic disinterestedness.', *The Journal of Aesthetics and Art Criticism* 20(2), pp.131-143.
- Stolnitz, J. 1960. *Aesthetics and Philosophy of Art Criticism*. Cambridge: Riverside Press.
- Walton, K. 2007. 'Aesthetics - What? Why? And Wherefore?', *Journal of Aesthetics and Art Criticism* 65(2), pp.147-161.
- Wolfsdorf, D. 2013. *Pleasure in Ancient Greek Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Woolf, R. 2009. 'Pleasure and desire.' In: J. Warren (ed.) *The Cambridge Companion to Epicureanism*. Cambridge: CUP, pp.158-178.
- Woodruff, P. 2015. 'Mimesis.' In P. Destrée & P. Murray (eds) *A Companion to Ancient Aesthetics*. Malden, MA: Wiley Blackwell, pp.329-340.
- Yonge, C.D. 1877. *Cicero's 'Tusculan Disputations.'* New York: Harper & Brothers.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA, ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM E GEOGRAFIA ONTOLÓGICA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS NOS ESTUDOS DAS CIDADES GREGAS DA SICÍLIA

Christiane T. Custódio¹.

RESUMO: A arqueologia da paisagem é um dos campos privilegiados da arqueologia no que concerne à multiplicação de trabalhos que vêm contribuindo para um refinamento de conceitos, metodologias de investigação e importantes resultados no campo das ciências sociais. Não obstante, o terreno – a base sobre a qual se assenta a vida social, as construções, os caminhos e os abrigos – ainda não ocupa um lugar de destaque nas indagações dos arqueólogos, sobretudo como elemento fundamental da definição geográfica dos homens e das significações que dela decorrem. A natureza das cidades antigas também abrange resultados de escolhas conscientes e não conscientes, racionais ou irracionais e quaisquer modelos esquemáticos e universalmente válidos empregados na sua análise são inócuos, por certo. Ainda assim, alguns requisitos essenciais condicionam escolhas que se materializam na ocupação e nos contornos que a cidade adquire ao longo de sua existência. A tecnologia de sistemas de informação geográfica ocupa um espaço de destaque nas investigações, permitindo o ordenamento e a concatenação de fontes diversas, aumentando o potencial informativo dos dados. Adotar escalas de trabalho em níveis intra-local e regional separadamente e recortes temporais bem definidos constitui método adequado de execução da pesquisa. Buscaremos discutir o potencial das ferramentas e da metodologia aplicada ao estudo das estratégias de assentamento das fundações gregas na Sicília no período arcaico e respectivas dinâmicas sociopolíticas.

PALAVRAS-CHAVE: SIG; análise espacial; arqueologia; colonização grega.

ABSTRACT: Landscape archaeology is one of the privileged fields of archaeology with regard to the multiplication of works that have contributed to refinement of concepts, research methodologies and important results in the field of social sciences. Nevertheless, the terrain – the basis for social life, buildings, roads and shelters – is not yet a prominent topic of debate among archaeologists, let alone its fundamental role in defining men geographically and the meanings resulting from this. The nature of ancient cities also results from choices which were conscious and unconscious, rational or irrational, in such a way that any schematic and universally valid approach would be innocuous. Yet, some essential criteria determine how decisions are materialized in the occupation of the space, as well as the shapes of the city throughout its existence. The technology of Geographic Information System has occupied a prominent place in archaeological research by providing more efficient methods for organizing

¹ Doutoranda em Arqueologia no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Membro do Laboratório de Estudos Sobre a Cidade Antiga - LABECA. Bolsista CAPES.

and comparing data. To analyse scales at intra-local and regional levels individually and to establish a well-defined chronology is certainly an appropriate research approach. We propose to discuss the potential of GIS tools and methods for the study of settlement strategies of the Greek colonies in Sicily during the archaic period, and their sociopolitical dynamics.

KEYWORDS: GIS – spatial analysis – archaeology – Greek colonization.

Organização espacial e território

A relação entre o espaço e as sociedades humanas é hoje um tema de destaque na pesquisa arqueológica, abordado por estudiosos de várias correntes teóricas. “Mais do que uma forma de assentamento excepcional, mesmo que em economias de caráter rural, a cidade tornou-se o foco central da atividade econômica e social [...] Nenhuma disciplina pode querer monopolizar o estudo da cidade, pois as questões urbanas fluem através de muitas das divisões tradicionais da investigação acadêmica. De modo semelhante, nenhuma metodologia predomina sozinha na análise urbana, porque há a necessidade de se adotar ampla variedade de abordagens para se analisar as complexidades da vida urbana”.² Além disso, a cidade está contida em arranjos espaciais mais amplos; sua morfogênese, seu desenvolvimento e as vicissitudes de sua trajetória histórica não podem ser dissociados do *locus* onde ela se situa. Portanto, além da interdisciplinaridade, é preciso também focalizar os arranjos espaciais do território, elemento fundante e inseparável desse tipo de organização social *no* espaço.

A organização espacial da sociedade tem início na seletividade, isto é, no processo de seleção do lugar e dos recursos que irão compor a estrutura das sociedades e, no decurso desse processo, a sociedade se ambientaliza, se territorializa e cria suas raízes culturais.³ Já os territórios permitem a criação, por meio da seletividade e da especialização, de ambientes urbanos, áreas de cultivo, reservas naturais e outras formas de dotar lugares de funções. Cidades são complexos multifuncionais em um território, onde elementos materiais e simbólicos atuam na percepção de seus habitantes. Como um fragmento de arquitetura, porém em grande escala, a cidade em si é um objeto perceptível, seja pelos sentidos, ou através de sequências temporais registradas na memória.

² Clark 1985:18.

³ Moreira 1997 *apud* Moreira 2001:21.

A ocupação das regiões na área do mar Mediterrâneo está intimamente relacionada com a mobilidade das populações observada na Antiguidade. Caracterizado por extremidades formadas por faixas continentais com muitos istmos e diversas ilhas entrecortando suas águas de fácil navegação, o mar Mediterrâneo propiciava viagens marítimas de curta duração entre suas diversas porções de terra. Esse meio físico adquiriu contornos particulares mediante as escolhas das populações no decorrer do processo de seletividade: a opção por estabelecer assentamentos de caráter colonial em áreas costeiras – prevalentes, porém não exclusivos –, a busca por áreas com relevo que forneça algum tipo de defesa natural, a proximidade com áreas propícias para o cultivo agrícola e pastoreio, os recursos de água doce e a conectividade entre aglomerados habitáveis por via terrestre. Todos esses elementos de apropriação do meio caracterizam os contornos de um território. Portanto, a territorialização empreendida pelas sociedades da Antiguidade resulta de uma produção social do espaço.⁴

O território é um espaço que resulta das ações sociais, sendo medido e marcado pela projeção e acúmulo de trabalho humano, energia e informação. Dessa forma, o território “revela relações marcadas pelo poder (...) se apóia no espaço, mas não é o espaço. A produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder”.⁵ Atores sociais buscam controlar um espaço visando atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos. Além de incorporar uma dimensão política, a territorialidade diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”.⁶ Disso decorre que: “A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado”.⁷

⁴ Lefebvre 1986:409-411; Raffestin 1993:143.

⁵ Raffestin 1993:144.

⁶ Sack 1986:6.

⁷ Sack 1986:219.

No âmbito da percepção, o meio ambiente é dotado de plasticidade, permitindo que cada indivíduo possa construir sua própria imagem do local habitado. Quando se efetua a mudança de região, como, por exemplo, nos casos de migrações ou de destacamento de grupos para empreender a fundação de colônias, o homem tende a copiar elementos das formas construídas do local de origem para conferir à nova paisagem os atributos de familiaridade e proteção para que consiga habitar o novo lugar. Tais atributos compõem o espaço vivenciado.

O espaço vivenciado transcende as percepções cotidianas marcadas por uma apreensão euclidiana do nosso meio circundante, um espaço abstrato dos matemáticos e físicos, mensurável em suas três dimensões, em metros, centímetros “que tomamos por princípio sempre que, na vida prática, tenhamos de fazer uso das relações espaciais mensuráveis...”.⁸ As relações e as referências são vitais no espaço vivenciado, onde imediações e locais são distinguidos qualitativamente a partir de relações construídas, tendo por referencial o homem e como ele vivencia suas experiências no espaço. Transições e descontinuidades são bem marcadas, pois inicialmente o espaço é dado como fechado, finito.

O espaço também não é um domínio isento de valores, pois “por meio de relações vitais, mostra-se para o homem mais como um fator estimulante do que repressor. Apoiando como tolhendo, ele é o campo do comportamento da vida humana”.⁹ Para Lefebvre, os espaços vividos implicam em apropriação e não em propriedade.¹⁰ A apropriação, de acordo com o autor, implica em tempo e tempos, ritmo e ritmos, símbolos e práticas: “Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos ‘agentes’ que o manipulam, tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo”.¹¹ Lefebvre argumenta que a apropriação deveria prevalecer sobre a dominação, posto que o território é um espaço-processo, um espaço socialmente produzido, ou seja, um espaço feito território.

⁸ Bollnow 2008:14.

⁹ Bollnow 2008:15-16.

¹⁰ Lefebvre 1986.

¹¹ Lefebvre 1986:412.

Do ponto de vista fenomenológico,¹² o espaço vivenciado é aquele no qual o homem habita e dota de significações a partir da percepção de abrigo. “Este espaço que o homem tem de um modo inicialmente indeterminado é anterior ao espaço no qual ele ‘está’ em determinado local e, com ele somente, chegamos à verdadeira base da espacialidade humana”.¹³ O espaço vivenciado é um espaço que, a princípio, não priva o homem de movimento. As ameaças por perturbações externas, invasão pelos outros ou mesmo intempéries e desastres naturais impelem o homem a criar mecanismos de defesa daquilo que ele entende como sendo seu espaço: constrói-se o abrigo, os muros, as cercas, ao menos que se possa, ao menos no âmbito intencional, interceptar o que não convém. E assim “o espaço aberto torna-se propriedade, delimitado”.¹⁴

Diante do quadro sumariamente posto, podemos admitir que as formações espaciais são substancialmente complexas. Portanto, o estudo do meio ambiente não é suficiente para fornecer respostas sobre o funcionamento das sociedades, tampouco sobre os processos políticos que decorrem da territorialização. Como bem advertiu Harris, “Não se pode esperar que uma história meramente do meio ambiente responda totalmente tais questões, mas pode-se esperar que ela se ligue a outras áreas de investigação como a história da migração e da colonização – essas devem ser vistas não da maneira clássica, como preenchedoras dos espaços vazios, mas como a ocupação do espaço.”¹⁵

Para observar essa miríade de fenômenos e processos sociais arqueólogos vêm refinando seu instrumental teórico e metodológico. Desses esforços, emergiram os primeiros trabalhos que lidavam com a paisagem das

¹² A questão do espaço vivenciado foi perseguida com afincos na psicologia dos anos 1930 em ligação estreita com as pesquisas sobre o tempo, em grande medida graças aos impulsos originados pelo trabalho de Heidegger (*Ser e Tempo*, especialmente). No entanto, essas abordagens não atingiram a filosofia: “Diante do tempo, que diz respeito ao homem no seu núcleo mais íntimo, o espaço parecia filosoficamente menos frutífero, por aparentemente pertencer apenas às circunstâncias externas de vida do homem” (Bollnow 2008:12). Somente na segunda metade do século XX é que a questão do espaço vivenciado, o espaço das experiências humanas, passou a ocupar um lugar de maior destaque nas ciências sociais. Em 1954, um grupo de trabalho reuniu em um anuário, “*Situation - Beitrage zur phanomenologischen Psychologie und Psychopathologie*”, uma série de trabalhos a respeito da estrutura do espaço concretamente vivenciado, dentro da perspectiva fenomenológico-psicológica. Bachelard, depois de realizar diversos estudos e publicações, desenvolveu uma “poética do espaço” sistematizada na obra “*La poétique de l'espace*” (1958). Nesse ínterim, a questão da constituição espacial da existência humana avançou para uma equivalência a do problema da temporalidade, porém com substância e questionamentos próprios. Ver Situation 1954; Bachelard 1958.

¹³ Bollnow 2008:300.

¹⁴ Bollnow 2008:301.

¹⁵ Harris 2005:14-15.

formações sociais estudadas, o que mais tarde se desdobrou em uma área específica dentro da disciplina: a arqueologia da paisagem.

A arqueologia da paisagem

Paisagem não é um conceito bem definido e isento de problemas. Empregado por muitas disciplinas, sua acepção ora se confunde com meio, ora com território. De uma forma ou de outra, a ideia de paisagem tem fomentado a elaboração de uma ampla variedade de métodos de investigação por parte das disciplinas que sobre ela se debruçam. No que diz respeito especificamente à arqueologia, a paisagem também assume conotações plurissemânticas. Neste trabalho, adotamos a concepção de paisagem arqueológica que abarca tanto as entidades físicas quanto a cosmologia das sociedades em seus aspectos religiosos, políticos e econômicos, pois, devido ao seu dinamismo e sua relação com os indivíduos, a paisagem pode assumir diferentes acepções entre os grupos culturais que se relacionam com a paisagem simultaneamente.¹⁶

A apreensão do ambiente – ou meio físico – a partir do elemento antrópico se dá pela sua apreensão, apropriação e transformação. Tal noção não é distante da conceituação de território, discutida acima. Contudo, as aproximações e emaranhamentos conceituais entre paisagem e território são bastante problemáticos. Afinal, se a apropriação da paisagem também diz respeito às relações de poder, atribuição de carga simbólica e sentidos do habitar, onde residiria a distinção entre os dois conceitos?

A paisagem deve ser entendida como uma entidade dotada de dinamismo e, ao mesmo tempo, como um suporte de memória. O que se move e o que é estático coexistem sincronicamente e a melhor forma de interpretá-los é adotando uma abordagem diacrônica, pois, na longa duração, a interação entre os elementos naturais e os fatores antropogênicos revela um maior número de informações sobre apropriação (nível simbólico) e a infra-estruturação da paisagem (nível material).

Alguns estudiosos equiparam paisagem a ambiente físico, enquanto outros defendem que é a interação do homem com o ambiente físico que

¹⁶ Layton & Ucko 1999:1.

distingue a paisagem do ambiente.¹⁷ De acordo com Ashmore, muitos trabalhos descrevem a paisagem como ecologia, palimpsesto, significado simbólico, memória, identidade e transformação social de forma sobreposta.¹⁸ O autor ressalta, no entanto, que as arqueologias sociais da paisagem têm maior campo para expansão por abarcarem posturas políticas, éticas e teóricas, abordando as histórias de vida das paisagens e as considerando como palimpsesto de eventos e trajetórias fluídas de habitação.¹⁹

Conforme Amos Rapoport e Parker, Pearson & Richards,²⁰ a formação e o desenvolvimento das cidades antigas podem ser analisados através das formas de especialização dos espaços. Elementos arquitetônicos, padrões de coordenadas de orientação, acesso e visibilidade das estruturas edificadas que se somam ao meio físico – no processo de apropriação –, pois nessas formas eleitas para compor a paisagem – porque construídas socialmente – diferentes níveis de significados estão impressos.²¹ Toda essa variedade de manifestações observáveis no registro arqueológico são potencializadas enquanto documentos nos estudos que adotam os Sistemas de Informação Geográfica como ferramenta para interpretação dos dados. A arqueologia da paisagem é um dos campos da pesquisa arqueológica que vêm se beneficiando de forma contundente das possibilidades de interpretação do registro arqueológico oferecidas pelo uso dos Sistemas de Informação Geográfica. Muitos trabalhos publicados nas últimas décadas baseados no uso dessas ferramentas têm modificado a compreensão de diversas questões-chave da história das sociedades que habitaram o Mediterrâneo na Antiguidade

Sistemas de Informação Geográfica em Arqueologia

O termo Sistemas de Informação Geográfica (SIGs) designa programas de software que realizam o tratamento computacional de dados geográficos e que tanto armazenam a geometria quanto os atributos dos dados que estão georreferenciados, isto é, localizados na superfície terrestre e representados numa projeção cartográfica. Os SIGs tornaram-se parte integrante do processo

¹⁷ Knapp & Ashmore 1999; Layton & Ucko 1999:1-3.

¹⁸ Ashmore 2004:256.

¹⁹ Ashmore 2004:266.

²⁰ Rapoport 1982; Parker, Pearson & Richards 1994.

²¹ Aldrovandi, Custodio *et al* 2011:105.

de coleta, armazenamento, análise e representação de dados do registro arqueológico nas últimas décadas.²² O uso de SIGs foi intensificado na medida em que softwares de processamento de dados foram adquirindo interfaces mais acessíveis com o passar dos anos – algo muito positivo uma vez que esses tipos de análises têm muito a oferecer para a investigação arqueológica. Assim, seja de forma anunciada ou não, a espacialização da evidência arqueológica destaca-se gradualmente em diversos projetos de investigação. Os avanços tecnológicos na área computacional dirigidos ao estudo dos ambientes em larga escala motivaram os arqueólogos a olhar com maior atenção para o potencial dessas ferramentas e metodologias de análise para o estudo do passado, sobretudo nas áreas de arqueologia da paisagem e gestão do patrimônio, que foram as mais beneficiadas pela incorporação dos SIGs.²³

Os Sistemas de Informação Geográfica são cada vez mais empregados para observar como as pessoas do passado experimentavam seu mundo. Estudos de visibilidade – que buscam pontuar marcadores naturais e monumentais na paisagem, por exemplo – e estudos de avaliação de disponibilidade de recursos regionais têm sido dominantes na tentativa dos arqueólogos de compreender as dinâmicas socioambientais no passado. Para além de identificar padrões de assentamentos, busca-se compreender as atividades humanas e experiências passadas dentro de uma região. Porém, ao mesmo passo em que tem havido um aumento dramático na utilização de ferramentas estatísticas e de visualização, incluindo os Sistemas de Informação Geográfica, ocorre também um crescente debate sobre como podemos utilizar

²² McCoy 2009:264; Wheatley 2004:2.

²³ Existe um debate entre especialistas sobre se os SIGs são apenas ferramentas analíticas ou uma “ciência” por direito próprio (Wheatley 1993). A questão é importante porque se tidos apenas como uma ferramenta, seu uso pode ser considerado como teoricamente neutro, adequado para estudos das ciências naturais e das ciências humanas. Contudo, se for uma ciência, o uso de SIGs traz consigo perspectivas teóricas particulares, que podem ou não dialogar interdisciplinarmente com as proposições teóricas da arqueologia. Para os críticos, os SIGs são “inextricavelmente ligados ao modelo das ciências naturais” (Connolly & Lake 2006:6). Especialmente os arqueólogos pós-processualistas rejeitam a noção de que os métodos das ciências naturais são apropriados para o estudo da vida social, argumentando que a ação humana só pode ser compreendida se a perspectiva dos envolvidos for recuperada (Hodder 1986). Tilley (1994:10) acentua: “o espaço não pode existir à parte dos eventos e das atividades em que está implicado”. De nossa parte, acreditamos na possibilidade de conjugar essas ferramentas e modelos teóricos em análises que não desconsideram as estruturas cognitivas dos processos de formação espacial e respectivos processos socioculturais.

pressupostos teóricos da antropologia, etnografia e geografia humana para fazer sentido ou questionar nossos dados arqueológicos.²⁴

As aplicações da tecnologia espacial na arqueologia são muitas e demandariam um trabalho mais extenso para o seu tratamento. Resumidamente, podem ser classificadas em três categorias: visualização, gerenciamento de dados e análise espacial. A visualização busca não apenas expor os dados em mídia visual, mas descobrir novas informações por meio da observação de padrões e relações entre entidades representadas. Podem ser produzidas em duas ou três dimensões e permitem aos arqueólogos uma análise exploratória dos dados de uma forma sem precedentes na disciplina.²⁵ A visualização também abrange a construção de mapas dos sítios, reconstruções de lugares e objetos, beneficiando a interpolação de dados e um aprofundamento das interpretações dos dados. Embora a visualização representativa pode ser indevidamente marginalizada como atividade pseudo-científica, o crescente interesse pela arqueologia digital está contribuindo para mudar esse tipo de percepção, mostrando o valor dessas técnicas para o conhecimento do passado e preservação de patrimônio.²⁶

No âmbito do gerenciamento de dados, os Sistemas de Informação Geográfica tornaram-se nevrálgicos no processo de criação, armazenamento e gerenciamento de dados coletados em campo e dos dados obtidos por sensoriamento remoto (*infra*). A capacidade de fusão das informações classificadas com distintos atributos, interpolação e visualização conjunta chamou a atenção de importantes instituições para o potencial dos SIGs como plataforma para bancos de dados massivos com informações catalogadas a partir da sua localização. Dentre as vantagens oferecidas podemos mencionar a possibilidade de permitir análises não destrutivas e o compartilhamento dos dados com inúmeros pesquisadores, aumentando a velocidade de divulgação de novos resultados no âmbito da pesquisa científica. A normatização dos dados, contudo, ainda é um entrave nessa área.

O campo da análise espacial é precedido pelas etapas de prospecção e modelagem. A prospecção de sítios representa a vanguarda na aplicação de

²⁴ Attema 2002:18-27.

²⁵ Clark 1985; Googdchild & Janelle 2004 *apud* McCoy 2009:265.

²⁶ Evans & Daly 2006; McCoy 2009.

tecnologia espacial em arqueologia.²⁷ O sensoriamento remoto por satélite, por exemplo, tem por objetivo obter dados de visualização do nosso mundo circundante em diferentes escalas e resoluções, capturando e armazenando dados obtidos para além da parte visível do espectro magnético (infravermelho, térmico, microondas),²⁸ podendo analisar informações antropogênicas em uma paisagem que não são visíveis a olho nu ou nos *surveys* – prospecções de superfícies amplas. Assim, o sensoriamento remoto permite a reconstituição de paisagens do passado e uma melhor compreensão das características da ocupação humana das regiões. Tais técnicas permitem a descoberta de sítios arqueológicos sob florestas tropicais, desertos e remanescentes de cidades modernas.²⁹ Essas técnicas também auxiliam na detecção de áreas e orientação das equipes que efetuam a prospecção no solo. Combinadas, fornecem uma melhor compreensão dos efeitos antropogênicos sobre as paisagens do passado. A utilização de dados geofísicos e imageamento satelital de alta resolução não é regular em todo o planeta e a interpretação desses dados pelos arqueólogos requer alto nível de conhecimento. Apesar dos desafios, a obtenção e análise desses tipos de dados representam um paradigma da arqueologia neste século.

A etapa subsequente de análise espacial é a modelagem, na qual técnicas preditivas e inserção dos conjuntos de dados obtidos nas etapas anteriores em softwares de informação geográfica permitem análises mais robustas e aplicação de modelos matemáticos preditivos. Estudos sobre padrões de ocupação, de migração e extensões dos assentamentos, de intervisibilidade entre áreas construídas, perturbações pós-deposicionais do registro

²⁷ McCoy 2009:268.

²⁸ Para detalhes sobre as técnicas de obtenção de dados por sensores remotos há uma ampla bibliografia, além de informações disponibilizadas por agências do governo que colocam satélites em órbita para coleta desses tipos de dados, tal como o <https://earthexplorer.usgs.gov>, por exemplo. A arqueóloga mais influente nesse campo é Sarah Parcak, egiptóloga e fundadora do *Laboratório Para Observação Global*, sediado na University of Alabama, Birmingham. Seu livro, *Satellite Remote Sensing for Archaeology* (2009) aborda com riqueza de detalhes o funcionamento dos sensores remotos e o potencial dos dados obtidos por eles para a arqueologia. Ver especialmente o capítulo 3: “Satellite image types”. Parcak também proferiu palestras no Ted Talks sobre o assunto (Parcak, 2012, Parcak, 2016). Tendo sido vencedora do “Ted Prize 2016”, Parcak obteve recursos para financiar a criação da plataforma *GlobalXplorer*, que busca incentivar a participação da sociedade civil na busca por sítios arqueológicos ainda desconhecidos e a proteção do patrimônio das áreas arqueológicas mais vulneráveis via sensoriamento remoto, tema que ganhou repercussão nas mídias dedicadas à pesquisa arqueológica.

²⁹ Parcak 2009:3-4.

arqueológico, clima e manejo do meio físico para cultivo são algumas das possibilidades de aplicação dessas ferramentas.

O estudo das cidades gregas na Sicília

A seleção da área de estudo deste artigo abarca a Grécia Continental e a Sicília e está relacionada com nossas pesquisas de mestrado³⁰ e doutoramento,³¹ nas quais analisamos as relações de interdependência entre as metrópoles e *apoikias* estabelecidas por colonos gregos na Sicília a partir do século VIII a.C.

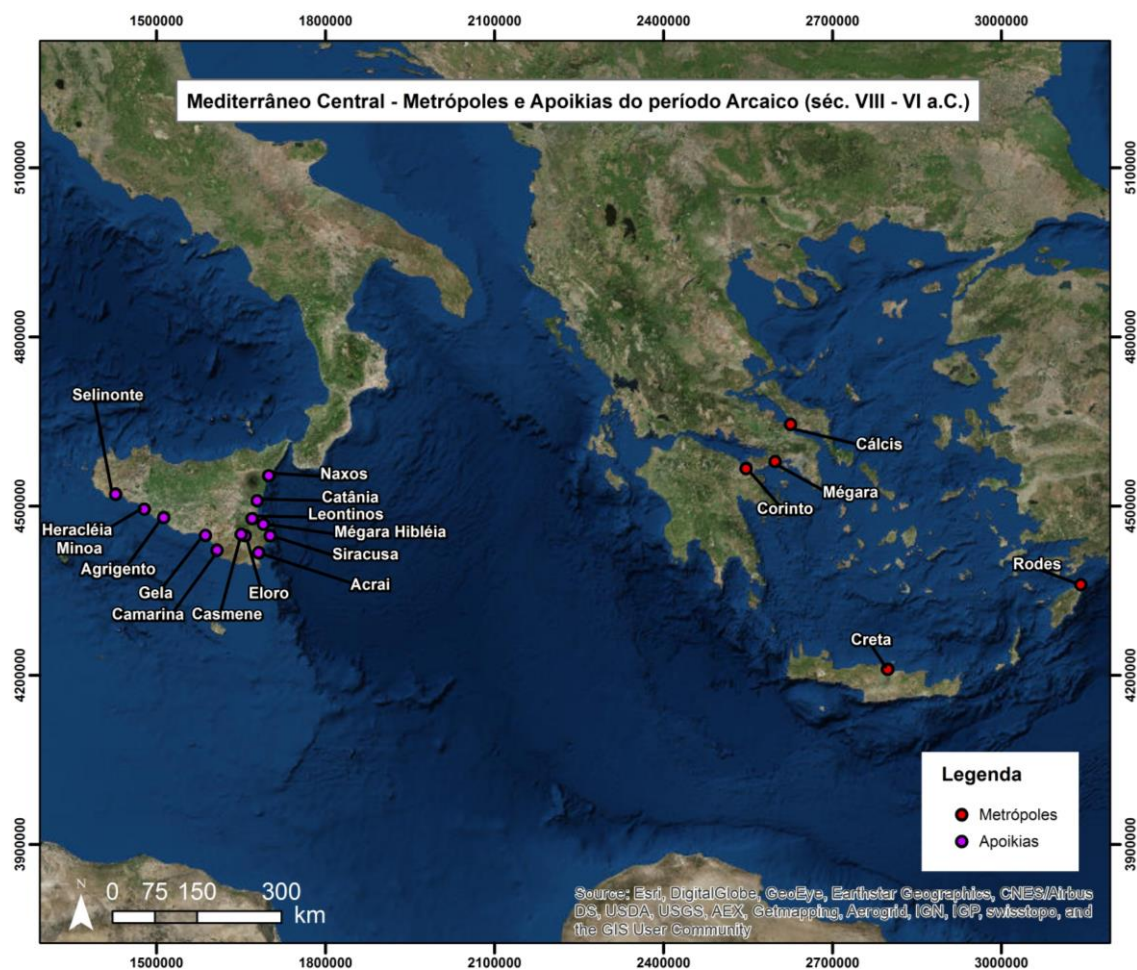


Fig. 1 - Área de Estudo: Mediterrâneo Ocidental

³⁰ Custódio 2012.

³¹ C.T. Custódio. *A Pólis Como "Coisa": Relações Entre a Materialidade da Cidade, Instituições e Práticas Aristocráticas no Mediterrâneo Ocidental Arcaico (1000 - 600 a.C.)*. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. A tese está em fase de finalização.

A visão sistêmica das duas áreas geográficas favorece uma interpretação que ressalta a existência de redes de contato estabelecidas na longa duração entre as populações das duas regiões.

A análise espacial e a investigação das feições do terreno da área de estudo foi realizada com imagens multiespectrais LANDSAT-8 e dados de altimetria estereoscópica capturadas por sensores ASTER e SRTM, disponibilizados pelo serviço Earth Explorer da NASA.³² A fiabilidade desses dados, previamente padronizados e de alto rigor matemático, nos permitiu analisar o sistema de territórios com abrangência e confrontar inconsistências em publicações arqueológicas prévias que não dispunham de informações com a mesma acurácia.

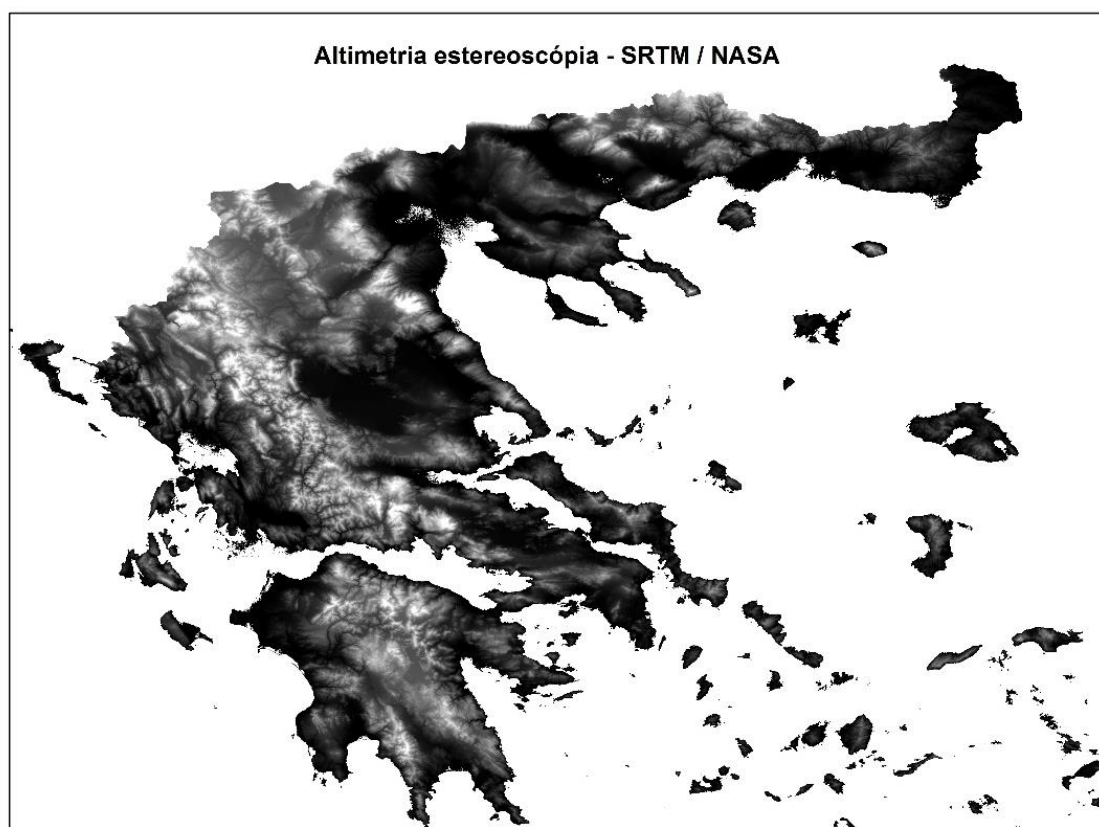


Fig. 2 - Altimetria estereoscópica. Fonte: NASA – EarthExplorer

³² Cf. <https://earthexplorer.usgs.gov>. Acesso em: 15/03/2014. A instituição disponibiliza diversos conjuntos de dados obtidos por seus satélites, mediante cadastro e submissão de justificativa para o uso dos recursos.

Esses recursos nos permitem realizar a triangulação dos dados altimétricos e compor a superfície do terreno respeitando a morfologia do terreno.



Fig. 3 - Ástya e Khóra de Mégara, principais rotas e assentamentos rurais

Como exposto acima, os dados sobre o meio físico inseridos no SIG, somados ao conhecimento histórico e arqueológico da região, propiciaram a análise de mudanças paisagísticas e geológicas que ocorreram ao longo do tempo nos territórios que compõem a área de estudo. Aliando essas informações com dados bibliográficos e documentação elencada nos catálogos de escavação, realizamos uma reinterpretação dos vestígios previamente publicados a fim de oferecer novas interpretações sobre os contextos sociais dessa região.

A respeito de Mégara, por exemplo, o volume de inferências nos levou a um novo patamar de conhecimento sobre a emergência da sua *pólis*, o papel do sinecismo no arranjo urbano inicial da *ástya* e respectiva monumentalização, um precoce empreendimento de urbanização com traços de planejamento e

realocação do centro habitacional e cívico da área do porto de Nisea para o atual centro da cidade – hoje completamente urbanizado.

No período geométrico a população de Mégara habitava a costa do Golfo Sarônico, na região do porto de Nisea. O advento do sinecismo fez com que as lideranças da comunidade optassem pela transposição do assentamento para o interior do território,³³ onde se localizam as colinas de Alcatoo e Cária (atual centro de Mégara). O novo centro cívico foi dotado de um complexo formado por diversas estruturas de culto – muitas delas dedicadas aos míticos fundadores de Mégara e proeminentes membros dirigentes da comunidade³⁴ – e uma *ágora* posicionada no centro do núcleo habitacional, tangenciada por vias que a conectavam com todos os setores da *ásty*.

O arranjo das vias se dá no sentido leste-oeste, atravessando as duas colinas e a depressão que as conecta; o sistema é completado por uma via principal posicionada no sentido norte-sul, que conecta este setor de construções cívicas e habitações com o porto da cidade, em Nisea. Neste arranjo se entrevê os princípios ortogonais que as colônias gregas instaladas na Sicília viriam adotar, com ajustes ao terreno e melhor regularidade no tamanho dos lotes e quarteirões. O traçado das ruas, o formato e a localização da sua *ágora* coincidem com a organização espacial das duas colônias fundadas por Mégara na Sicília: Mégara Híbléia e Selinonte.³⁵

A ausência de santuários extraurbanos no entorno da sua *ásty* também nos chamou atenção, pois o mesmo se verifica nas colônias megáricas na Sicília.³⁶ O reconhecimento da importância da conexão do centro urbano de Mégara com os vilarejos de sua *khóra* no alto arcaísmo é importante, pois impacta nas interpretações que destacam a carência de áreas de cultivo nas metrópoles como incentivo para a colonização. Uma melhor compreensão sobre a localização de Mégara como centro nevrálgico das rotas que conectavam o Peloponeso com a Ática, Grécia Central e Eubéia, além dos seus dois portos, tal como Corinto, estabelecidos no Golfo Sarônico e no Golfo de Corinto, nos dão

³³ Danner 1997:144; Robu 2014:15-33.

³⁴ Cf. Muller 1982; Robu 2014 *passim*.

³⁵ Esses resultados serão publicados na tese de doutoramento (cf. nota 31).

³⁶ Sobre a distribuição das áreas de culto de Selinonte e sua classificação como urbanas, suburbanas e extraurbanas, oferecemos uma interpretação que propõe que todo o arranjo urbano da cidade constitui uma monumental *ásty*.

fortes indícios sobre a sua proeminência na colonização grega na região do Mar Negro e sua importante participação nos processos de territorialização na Sicília. Nas colônias de Mégara foram estabelecidas dinâmicas de ocupação do espaço distintas daquelas empreendidas pelos calcídicos, coríntios e ródio-cretenses, que empreenderam um consistente programa de expansão de territórios da *khóra* pouco tempo depois de estabelecidas as *apoikias* pioneiras, Naxos, Siracusa e Gela, enquanto que em Mégara Híbléia há uma clara opção por uma complexa infra-estruturação da *ásty*, menos ênfase na construção de áreas de culto extraurbanas e pouco alargamento do seu território inicial.

A análise no SIG também nos propiciou a possibilidade de testar hipóteses sobre a conexão que teria existido previamente entre as metrópoles gregas e a atribuição de áreas para estabelecimento das *apoikias* pioneiras, Naxos, Mégara Híbléia e Siracusa, estabelecidas na costa leste da Sicília. Munidos do escopo teórico sobre as networks e a conectividade entre as entidades sociopolíticas no Mediterrâneo e das ferramentas de análise preditiva dos SIGs, buscamos investigar as possíveis rotas marítimas e terrestres que teriam facilitado o contato entre sociedades pioneiras no estabelecimento de assentamentos permanentes em território estrangeiro no ocidente grego: Cálcis, Mégara e Corinto.

Adotando um modelo preditivo que calcula os obstáculos no terreno, obtivemos uma rota que conectaria Cálcis, no extremo oeste da Eubéia a Corinto, atravessando a Grécia central, passando por Mégara e alcançando Corinto. O modelo preditivo obteve resultados semelhantes aos de vias identificadas *in situ* restituídas em estudos arqueológicos e correspondência com alguns trechos do atual traçado rodoviário da Grécia. Essas sociedades poderiam partilhar interesses comuns na navegação e comércio, conectando pessoas e bens de leste a oeste do Mediterrâneo, possivelmente utilizando embarcações mistas: o uso misto de portos da região do Golfo Sarônico e Coríntio é um indício desse tipo de empreitada coletiva. Por fim, também partilhando interesses de expansão das atividades econômicas, calcídicos, megarenses e coríntios empreenderam a colonização da costa leste da Sicília, fundando Naxos, Siracusa e Mégara Híbléia.

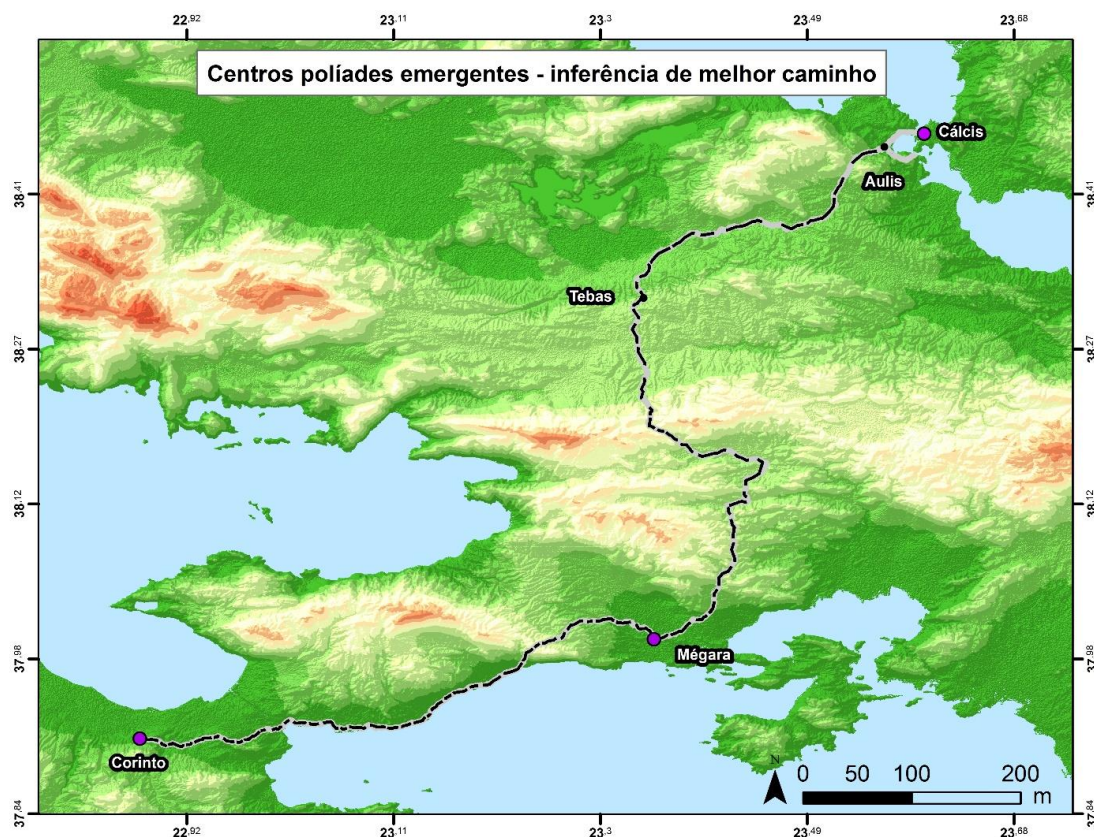


Fig. 4 - Cálculo de melhor caminho entre Cálcis e Corinto

Para além desses resultados, pudemos recuar cronologicamente visando recuperar dados sobre a frequência micênica na Sicília. Interpolando as coordenadas de localização de artefatos cerâmicos com as áreas de influência grega na Sicília³⁷ calculadas a partir da dispersão das áreas de culto estabelecidas pelas *apoikias* gregas no processo de territorialização empreendido na Sicília, observa-se que a sobreposição das duas classes de feições é prevalente, especialmente nas áreas de territorialização das *póleis* de matriz étnica coríntia, megárica e ródio-cretense.

Esse dado não tem apenas implicações visuais. Se a escolha das áreas para estabelecer as *apoikias* gregas foi precedida por uma seleção que optava por áreas ocupadas pelos sículos, como indica o histórico de importações micênicas verificados no registro arqueológico, temos que voltar aos nossos documentos, especialmente os de caráter textual, questionando-nos sobre as omissões e as intenções das narrativas que encaminham a percepção do

³⁷ Veronese 2006.

processo de colonização por outras vias que não a dos contatos entre sociedades, bem como a negligência da grande variabilidade de relações políticas entre as partes gregas e sículas nesses textos.

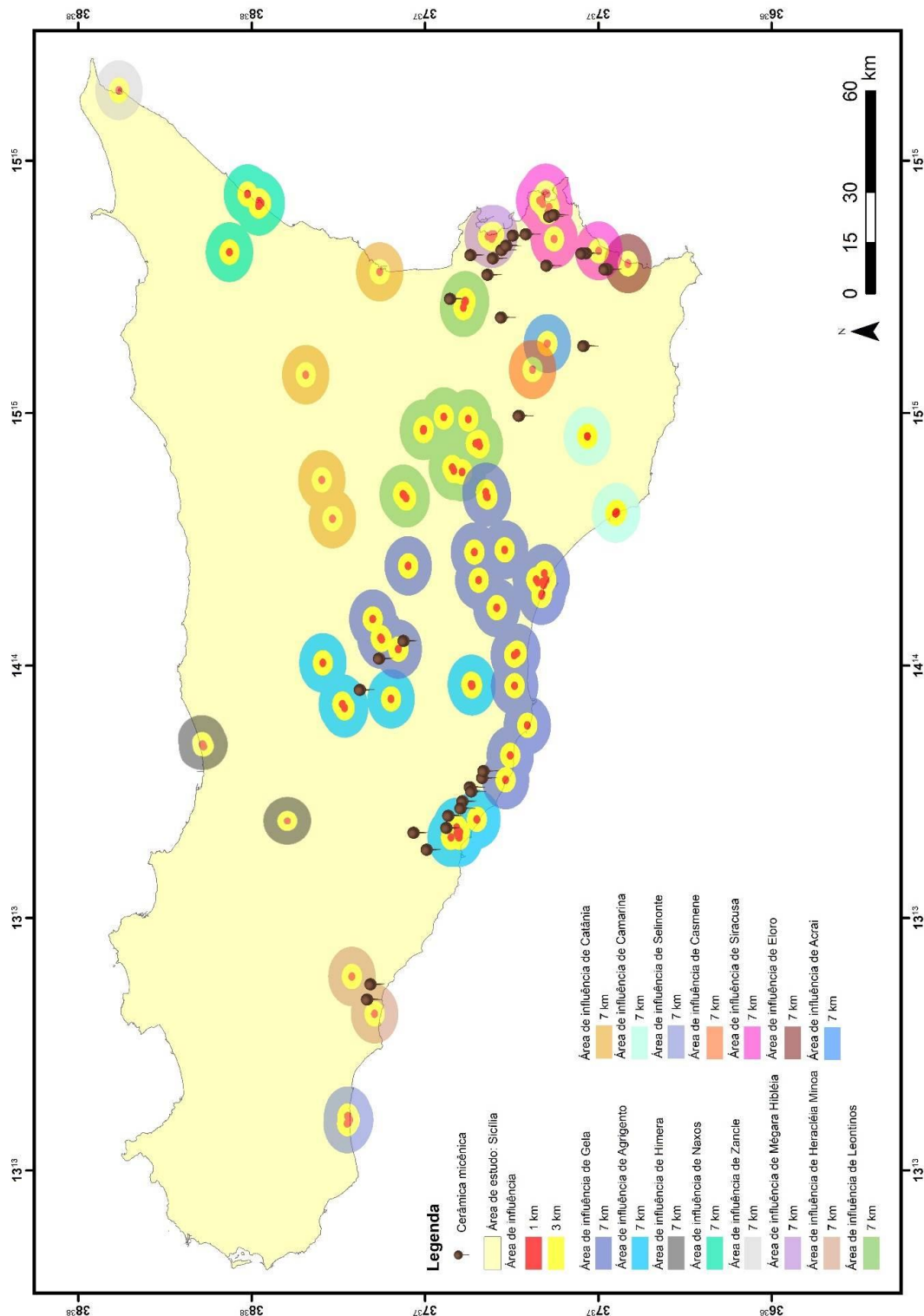


Fig. 5 - Interpolação: áreas de influência das apoikias gregas e cerâmica micênica

Também temos que repensar o recorte temporal das pesquisas de estudo de caso, especialmente as que se dedicam ao aprofundamento das questões sobre cada uma das *póleis* gregas fundadas na Sicília. Ao invés de mantermos nossa premissa do processo histórico calcada nas datações oferecidas por Tucídides e Diodoro, bem como outras fontes textuais, devemos colocar nossas questões sobre a morfogênese dessas cidades a partir das datações e transformações verificáveis no registro arqueológico.

O emprego de dados obtidos via sensoriamento remoto, conforme brevemente exposto acima, nos permitiu alcançar uma visão sinóptica de todo o sistema de cidades, a articulação entre a topografia e a morfologia dos assentamentos, hidrologia, posicionamento da costa marítima e demais recursos associados. Acreditamos que foi possível exemplificar algumas das muitas aplicações que os SIGs oferecem para a pesquisa arqueológica e suas implicações para o conhecimento histórico das comunidades gregas que fundaram assentamentos permanentes em territórios estrangeiros.

Especificamente a respeito dos nossos estudos sobre as metrópoles e colônias, buscamos enfatizar o ganho obtido com a possibilidade de uma abordagem sistêmica das regiões que abrigam as localidades selecionadas. Foi possível iluminar, por exemplo, importantes aspectos relacionados à conectividade dos sítios e aos fatores de atração entre as entidades sociopolíticas por motivos estratégicos. Do ponto de vista visual e gráfico, a combinação dos dados de altimetria e uso das ferramentas de classificação permitiram: criar superfícies texturizadas da região, extrair cotas das curvas de nível com intervalos adequados para cada um dos relevos das cidades, compreender a relação entre as áreas de culto e seus portos, muralhas, *khóra* e quais os mecanismos atuantes no contato com as populações anelênicas.

Também a interpretação da hidrografia é muito importante. A Sicília sofreu muitos processos químicos e mecânicos por causa da sua formação rochosa e atividade vulcânica. Não menos importante foi o impacto da agricultura extensiva e das mudanças climáticas do antropoceno, que alteraram radicalmente a morfologia de toda a ilha nos últimos séculos. As bacias hidrográficas que irrigavam as cidades antigas eram profundamente diferentes dos cursos d'água hoje existentes na região. Tais aspectos permitem recuperar a história ambiental, bem como reposicionar dados obtidos nas escavações e

representados nos catálogos de escavações e nas plantas das cidades, em uma outra esfera de dados, melhor articulados e abertos à reinterpretação, de forma que eles valorizem a compreensão dos processos antropogênicos ocorridos em outras paisagens ambientais que, por causa dos SIGs, agora podemos começar a recuperar.

Referências Bibliográficas

- Aldrovandi, C.E.V.; Kormikiari, M.C.N.; Hirata, E.D.V. (orgs) (2011) *Estudos Sobre o Espaço na Antiguidade*. São Paulo: Edusp/Fapesp.
- Aldrovandi, C.E.V.; Teodoro Custodio, C.; Scatena, R.M.; Tauhyl, A.P. (2011) “Modelos imagéticos urbanos e a compreensão da sociomorfogênese da cidade antiga”. In C.E.V. Aldrovandi, M.C.N. Kormikiari & E.D.V. Hirata (orgs) *Estudos Sobre o Espaço na Antiguidade*. São Paulo: Edusp/Fapesp, pp.105-124.
- Ashmore, W. (1999) “Archaeological landscapes: Constructed, conceptualized, ideational”. In: W. Ashmore & A.B. Knapp (eds) *Archaeologies if Landscape: Contemporary Perspectives*. Oxford: Blackwell, pp.255-271.
- _____. (2004) “Social Archaeologies of landscape”. In L. Meskell & R. Preucel (eds) *A Companion to Social Archaeology*. Oxford: Blackwell, pp.255-271.
- Attema, P. (2002) “Two challenges for landscape archaeology”. In P. Attema, G.-J. Burgers, E. van Joolen, M. van Leusen & B. Mater (eds) *New Developments in Italian Landscape Archaeology: Theory and Methodology of Field Survey; Land Evaluation and Landscape Perception; Pottery Production and Distribution*. Proceedings of a Three-Day Conference Held at the University of Groningen, April 13–15, 2000. Oxford: British Archaeological Reports, pp.18–27.
- Bachelard, G. (1958) *La Poétique de l'Espace*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Bintliff, J. (1999) “The origins and nature of the Greek city-state and its significance for world settlement History”. In P. Ruby (dir.) *Les Princes de la Protohistoire el l'Émergence de l'État*. Actes de la table ronde international de Naples (1994). Naples: École Française de Rome, pp.43-56.
- Bollnow, O. (2008) *O Homem e o Espaço*. Curitiba: Ed. UFPR.
- Clark, G.A. (1982) “Quantifying Archaeological Research”, *Advances in Archaeological Method and Theory* 5, pp.217–273.
- Clark, D. (1985) *Introdução à Geografia Urbana*. Tradução de Lúcia Helena de Oliveira Gerardi e Silvana Maria Pintaui. São Paulo: DIFEL.
- Conolly, J.; Lake, M. (2006) *Geographical Information Systems in Archaeology*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Custodio, C.T. (2012) *Khóra e Ásty em Uma Pólis Grega do Ocidente: O Caso de Selinonte*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.
- Dietler, M. (1995) “The cup of Gyptis: Rethinking the colonial encounter in Early Iron Age Western Europe and the relevance of world-systems models”. *Journal of European Archaeology* 3 (2), pp.89-111.
- _____. (2005) “The archaeology of colonization and the colonization of archaeology: Theoretical challenges from an ancient Mediterranean colonial encounter”. In G.J. Stein (ed.) *The Archaeology of Colonial Encounters. Comparative Perspectives*. Santa Fe: Oxford, pp.33-68.

- Evans, T.L.; Daly, P.T. (eds) (2006) *Digital Archaeology: Bridging Method and Theory*. London: Routledge.
- Flannery, K.V.; Marcus, J. (1998) "Cognitive archaeology". In D.S. Whitley (ed.) *Reader in Archaeological Theory. Post-Processual and Cognitive Approaches*. London: Routledge, pp.35-48.
- Fleming, A. (2006) "Post-processual landscape archaeology: A critique", *Cambridge Archaeological Journal* 16: 267–280.
- Foxhall, L. (2005) "Cultures, landscapes and identities in the Mediterranean world". In I. Malkin (ed.) *Mediterranean Paradigms and Classical Antiquity*. London: Routledge, pp. 75-92.
- Goodchild, M.F.; Jannelle, D.G. (2004) "Thinking spatially in the social sciences". In M.F. Goodchild & D.G. Jannelle (eds) *Spatially Integrated Social Science*. New York: Oxford University Press, pp. 3 – 22.
- Hansen, M.H.; Nielsen, T.H. (2005) *An Inventory of Archaic and Classical Pólis*. New York: Oxford University Press.
- Harris, William V., org. "The Mediterranean and Ancient History". In *Rethinking the Mediterranean*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 1–42.
- Hodder, I. (1986) *Reading the Past*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Knapp, A.B. (1997) *The Archaeology of Late Bronze Age Cypriot Society: The Study of Settlement, Survey and Landscape*. Glasgow: University of Glasgow.
- Knapp, A.B.; Ashmore, W. (1999) "Archaeological Landscapes: Constructed, Conceptualized, Ideational". In W. Ashmore & A.B. Knapp (eds) *Archaeologies of Landscape: Contemporary Perspective*. Oxford: Blackwell, pp.1-30.
- Lefebvre, H. (1986) *La Production de l'Espace*. Paris: Anthropos.
- Lepore, E. (1973) "Problemi dell'organizzazione della chora coloniale". In M. Finley (ed.) *Problèmes de la Terre en Grèce Ancienne*. Paris : Mouton, pp.15-48.
- Limp, W. F. (2001) "Geographic information systems in historic preservation", *Archives and Museum Informatics* 13, pp.325–340.
- McCoy, M.D.; Ladefoget, T.N. (2009) "New developments in the use of spatial technology in archaeology", *Journal of Archaeological Research* 17(3), pp.263-295.
- Malkin, I. (1986) "Apollo Archegetes and Sicily", *Annali della Scuola Normale di Pisa*, N. Serv., v.3, pp.959-972.
- _____. (1994) "Inside and outside: colonization and the formation of the mother city. Apoikia: Studi in onore di G. Buchner", *AION* 16, pp.1-9.
- _____. (1996) "Territorial domination and the Greek sanctuary". In A.R. Hellström (ed.) *Religion and Power in the Ancient Greek World*. Uppsala, pp.75-81.
- _____. (ed.) (2003) "Networks and the emergence of Greek identity. Mediterranean paradigms and classical antiquity", *Mediterranean Historical Review* 18(2), pp.56-74.
- _____. (2005) *Mediterranean Paradigms and Classical Antiquity*. Londres: Routledge.

- Martins, E.R. (2007) “Geografia e ontologia: o fundamento geográfico do Ser”, *GEOUSP – Espaço e Tempo* 21, pp.33-51.
- Meskell, L.; Preucel, R.W. (eds) (2004) *A Companion to Social Archaeology*. Malden: Blackwell.
- Minà, P. (org.) (2005) *Urbanistica e Architettura nella Sicilia Greca*. Palermo: Regione Siciliana. Assessorato dei Beni Culturali Ambientali e della Pubblica Istruzione.
- Moreira, R. (2007) *Pensar e Ser em Geografia: Ensaios de História, Epistemologia e Ontologia do Espaço Geográfico*. São Paulo: Contexto.
- Morris, I. (1991) “The early polis as city and state”. In J. Rich & A. Wallace-Hadrill (eds) *City and Country in Ancient World*. London/New York: Routledge, pp.25-58.
- _____. (2000) *Archaeology as Cultural History*. Massachusetts/Londres: Blackwell.
- _____. (2003) “Mediterraneanization”, *Mediterranean Historical Review* 18(2), pp.30-55.
- Muller, A. (1982) “Megarika”, *Bulletin de Correspondance Hellénique* 106, pp.379-407.
- Owen, S. (2005) “Analogy, archaeology and archaic Greek colonization”. In: H. Hurst & S. Owen (eds) *Ancient Colonizations: Analogy, Similarity and Difference*. London: Duckworth, pp.5-22.
- Parcak, S. (2009) *Satellite Remote Sensing for Archaeology*. New York: Routledge.
- _____. *Archaeology from space*. TED Summit, 2012. https://www.ted.com/talks/sarah_parcak_archeology_from_space#t-15646 . Acesso em: 03/05/2016;
- _____. *Hunting for Peru's lost civilizations – with satellites*. TED Summit, 2016. https://www.ted.com/talks/sarah_parcak_hunting_for_peru_s_lost_civilizations_with_satellites#t-40350. Acesso em: 16/12/2016.
- Pearson, P.; Richards, C. (eds) (1994) *Architecture and Order Approaches to Social Space*. Londres: Routledge.
- Pedley, J. (2005) *Sanctuaries and the Sacred in the Greek World*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pelagati, P.; Voza, G. (orgs) (1973) *Archeologia nella Sicilia Sud-Orientale*. Napoli: Centre Jean Berard.
- Polignac, F. de (1984) *La Naissance de la Cité Grecque: Cultes, Espace et Société VIIIe-VIIe Siècles avant J.-C.* Paris: La Découverte.
- Preucel, R. (ed.) (1991) *Processual and Postprocessual Archaeologies: Multiple Ways of Knowing the Past*. Illinois: Southern Illinois University at Carbondale.
- Pugliese-Carrattelli, G. (org.) (1986) *Megale Hellas. Storia e Civiltà della Magna Grecia*. Milão: Garzanti: Scheiwiller.
- Raffestin, C. (1993) *Por uma Geografia do Poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática.

- Rapoport, A. (1969) *House Form and Culture*. New Jersey: Prentice-Hall.
- _____. (1982) *Aspectos Humanos de la Forma Urbana*. Barcelona: GG.
- _____. (1990) *The Meaning of Built Environment: A Non-verbal Communication Approach*. Tucson: University of Arizona Press.
- Renfrew C.; Cherry, J. (1986) *Peer Polity Interaction and Social-Political Change*. Cambridge: University Press.
- Renfrew C.; Bahn, P. (1993) *Arqueología. Teorías, Métodos y Práctica*. Madrid: Ediciones Akal.
- Renfrew, C. et. alii. (1993) "What is a cognitive archaeology? Viewpoint", *Cambridge Archaeological Journal* 3(2), pp.247-270.
- Renfrew, C. (1994) "Towards a cognitive archaeology". C. Renfrew & E.B. Zubrow (eds) *The Ancient Mind. Elements of Cognitive Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, pp.3-12.
- Robu, A. (2014) *Mégare el les Établissements Mégariens de Sicile, de la Propontide et du Pont-Euxin. Histoire et Institutions*. Bern: Peter Lang International Academic Publishers.
- Sack, R. (1986) *Human Territoriality: Theory and History*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Situation: Beiträge zur phänomenologischen Psychologie und Psychopathologie. Contributions à la psychologie et la psychopathologie phénoménologiques. Contributions to phenomenological psychology and psychopathology. (1954) Utrecht: Spectrum.
- Stockhammer, P. (2012) "Conceptualizing cultural hybridization in archaeology". In P.W. Stockhammer (org.) *Conceptualizing Cultural Hybridization: A Transdisciplinary Approach*. Papers of the Conference, Heidelberg, 21-22 September 2009. Transcultural Research. Heidelberg Studies on Asia and Europe in a Global Context 2. Berlin und Heidelberg: Springer Verlag, pp. 43-58.
- Tilley, C. (1994) *A Phenomenology of Landscape: Paths, Places and Monuments*. Oxford: Berg.
- Torelli, M. (1977) "Greci e indigeni in Magna Grecia: Ideologia religiosa e rapporti di classe", *St. Storici* 18(4), pp.45-61.
- _____. (2005) "Architettura greca di Sicilia: Il ruolo dell'ideologia". In P. Minà (org.) *Urbanistica e Architettura nella Sicilia Greca*. Palermo: Regione Siciliana. Assessorato dei Beni Culturali Ambientali e della Pubblica Istruzione, pp.8-9.
- Tuan, Y.F. (1974) "Space and place: Humanistic perspective". In C. Board, R.J. Chorley, P. Haggett & D.R. Stoddart (eds) *Progress in Geography* 6. London: Edward Arnold, pp.211-252
- Ucko, P.J. (ed.) (1972) *Man, Settlement and Urbanism*. Londres: Duckworth.
- Ucko, P.J.; Layton, R. (eds) (1999) *The Anthropology and Archaeology of Landscapes: Shaping Your Landscape*. London: Routledge.

Vallet, G. (1967) "La cité et son territoire". In *Atti del Settimo Convegno di Studi sulla Magna Grecia*, 8-12 de Outubro. Nápoles: L'Arte Tipografica.

_____. (1996) "Métropoles et colonies, leurs rapports jusque vers la fin du VI^e siècle". In *Atti del Convegno di Studi sulla Magna Grecia III*, 1963, Napoli [1964], pp.19-32.

_____. (1996) *Le Monde Grec Colonial d'Italie du Sud et de Sicile*. Rome: École Française de Rome.

Veronese, F. (2006) *Lo Spazio e la Dimensione del Sacro. Santuari Greci e Territorio nella Sicilia Arcaica*. Pádua: Esedra.

Wheatley, D. (2004) "Making space for an archaeology of place", *Internet archaeology* 15. Acesso em: 03/08/2015.

_____. (1993) "Going over old ground: GIS, archaeological theory and the act of perception", *Computing the Past: Computer Applications and Quantitative Methods in Archaeology CAA92*, pp.133-8.

Zeneno, M.N. (2000) "On what people make of places: A behavioral cartography". In M.B. Schiffer (ed.), *Social Theory in Archaeology*. Salt Lake City: University of Utah Press, pp.97-111.

Zubrow, E.B.W. (1990) "Modelling and prediction with geographic information systems: A demographic example from prehistoric and historic New York". In K.M.S. Allen, S.W. Green & E.B.W. Zubrow (eds) *Interpreting Space: GIS and Archaeology*. London: Taylor & Francis, pp.307-318.

_____. (ed.) (1994) *The Ancient Mind. Elements of Cognitive Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press.

OS COROS MUSICAIS COMO *LUGAR ANTROPOLÓGICO* NA SOCIEDADE ATENIENSE NO FINAL DO SÉC. VI A.C. ATRAVÉS DA ANÁLISE IMAGÉTICA DE CERÂMICAS ÁTICAS

Felipe Nascimento de Araujo¹

RESUMO: Através de uma abordagem da antropologia social, baseada no conceito de *lugar antropológico* de Marc Augé, este artigo pretende estabelecer uma breve análise de como os coros musicais se relacionam com a ideia de cidadania ateniense que se construiu a partir da tirania até as reformas de Clístenes. Esse contexto histórico caracteriza-se pela instauração da isonomia – governo baseado na igualdade dos cidadãos perante a lei (*nómos*) – e tem como algumas de suas características principais a participação popular na *boulé*, nos festivais cívicos e na falange hoplita. A função dos coros musicais como componente de formação da cidadania ateniense teria se dado a partir de sua relação com a falange hoplita e de sua presença nos grandes festivais cívicos que ocorriam desde o período da tirania (560-510 a.C.). Encontramos evidências dessas relações na documentação imagética das cerâmicas áticas, exemplificadas neste artigo pelo *skýphos* de autoria de Heron.

PALAVRAS-CHAVE: coro; performance; cerâmica; isonomia; século VI a.C.

ABSTRACT: Based on Marc Augé's concept of *anthropological place*, this article aims to establish a brief analysis of how musical choirs relate to the idea of Athenian citizenship that was built from the period of tyrannical rule until the reforms of Cleisthenes. This historical context is defined by the establishment of isonomy, that is, the government based on citizen's equality in relation to the law (*nómos*). Participation in the *boulé*, civic festivals, and in the hoplite phalanx are examples of the social and political changes promoted by the new form of government. Choral performances' function as a component in the constitution of Athenian citizenship identity seems to be related with both the development of the hoplite formation and choral performances' presence in great civic festivals which had been held since the time of tyranny (560-510 a.C.). Evidence of these relations are found in the imagetical of Attic pottery, here exemplified in the analysis Heron's *skýphos*.

KEYWORDS: chorus; performance; pottery; isonomy; sixth century B.C.

Na sociedade ateniense, os coros musicais estavam inseridos nas manifestações artísticas/culturais da *pólis*,² como os festivais cívicos e as

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH/UERJ). Pesquisador integrante do Núcleo de Estudos da Antiguidade (NEA/UERJ). Bolsista CAPES. Email: felipefmna@gmail.com.

² Neste artigo, optamos pela utilização do termo *coro musical* devido à polissemia do termo original em grego (*choros*), geralmente traduzido como sendo a formação de um conjunto de indivíduos que cantavam e dançavam nas festividades e rituais presentes na *pólis* ateniense. Como nos interessa principalmente o aspecto musical em torno das performances, decidimos

performances contendo conotações ritualísticas (culto dos mistérios eleusínios,³ por exemplo). Além disso, podemos afirmar que essas performances corais, baseadas na união do canto com a dança, representavam um aspecto fundamental da vida do cidadão, não apenas na esfera religiosa mas também no que diz respeito ao contexto do teatro grego, em gêneros como a tragédia, o drama satírico e a comédia,⁴ onde o coro ficava em um espaço delimitado chamado de *orchestra*. Não apenas os coros musicais, mas a música no geral era algo intrínseco às atividades cotidianas dos povos helênicos, sendo parte essencial dos banquetes, dos cultos aos deuses, dos rituais fúnebres e da formação educacional do cidadão ateniense.⁵ Além de sua importância nessas atividades sociais e culturais, a especialista em música antiga Annie Bélis sublinha que a música para o heleno era um dos fatores mais importantes de sua vida política e institucional, sendo a sua prática um ato cívico vital em sua participação política na cidade.⁶

A partir de tais reflexões, propomos abordar neste artigo o coro musical como um dos aspectos presentes na formação política e social do cidadão ateniense, isto é, como um *lugar antropológico*⁷ que constitui um elemento de integração social, histórica e identitária do indivíduo à *pólis* arcaica do final do século VI a.C. Tal integração ocorria, dentre outras coisas, devido à participação dos cidadãos nos grandes festivais públicos onde eram espectadores presentes na platéia e muitas vezes se tornavam *choreutai*,⁸ competindo em coros.⁹ Assim como a formação e organização da falange dos hoplitas, a formação e a organização do coro nos festivais públicos são identificadas e relacionadas a uma noção de isonomia que se articula com a construção de uma unidade cívica

utilizar a transliteração “coro” em conjunto com o adjetivo “musical” para destacar justamente o ato de cantar. Cf. *Dictionary Classic Upenn Edu* (2000-2009).

³ Existia uma relação entre os mistérios eleusínios e os festivais, pois Pisístrato, como tirano, trouxe para o controle ateniense os cultos de mistérios situados fora do espaço urbano. Por gerações, celebrações “tribais” se desenvolveram em práticas corais de músicas cantadas e dançadas nos grandes festivais (Stuttard 2014:32).

⁴ Gagné 2013:2-3.

⁵ Landels 1999:1.

⁶ Bélis 1999:9.

⁷ Este conceito será explicitado adiante.

⁸ *Chouretas* = participante do coro.

⁹ Ver Platão, *República*, livro 1.

na *pólis* ateniense no período que vai do fim da tirania dos Pisistrátidas (560-10 a.C.)¹⁰ até as reformas de Clístenes (508-7 a.C.).

Nossa documentação consiste na evidência arqueológica das cerâmicas áticas cujas pinturas de vaso representam o coro musical em conjunto com elementos associados à integração social e política na *pólis*.¹¹ Nesse caso, a iconografia ática como cultura material¹² funciona de forma análoga a um mecanismo de comunicação social pertencente ao nível das estruturas, podendo sua historicidade ser construída de forma espacial e temporal através dos coros musicais materializados nas cerâmicas. Tal mecanismo de abordagem torna possível a identificação de grupos e vozes emissores e receptores das mensagens contidas nas imagens, bem como o contexto histórico e os simbolismos contidos em cada iconografia. Dessa forma, utilizamos a análise de imagem dos vasos gregos como uma abordagem alternativa ao documento textual devido à escassez de documentos textuais abordando especificamente o coro musical no sexto século.

¹⁰ Sobre a tirania dos Pisistrátidas, José Roberto de Paiva Gomes (2015:55) expõe que “Pisístrato assumiu o comando em diferentes momentos até a consolidação da tirania.” Conforme Heródoto (5.64), sua primeira tentativa de usurpação foi realizada por intermédio de um ataque simulado por sua facção, dizendo que seus inimigos teriam o atacado. Em virtude do suposto ataque, Pisístrato consegue uma guarda pessoal: “Por ocasião deste estratagemas, o tirano consegue se estabelecer no poder, conquistando a acrópole de Atenas em 560 a.C.” Posteriormente, Pisístrato retorna ao poder se utilizando do disfarce da jovem Fia como deusa Atena para entrar em Atenas (Hdt. 1.60), onde é acolhido pela população, readquirindo o poder. Em seguida, ao desposar a filha de Mégacles como tentativa de realizar uma aliança com os alcmeônidas, Pisístrato se auto exila por suspeitar que Mégacles estaria tramando contra ele (Hdt. 1.61). Seu terceiro retorno ao poder, em 546, ocorreu com o apoio de mercenários de Tebas, Argos e Naxos. Dessa vez, ele permanece como tirano até sua morte natural em 528 a.C. (Stuttard 2014:32). Gomes de Paiva (2015:14) aponta que seguiram como tiranos os filhos de Pisístrato: Hiparco de 528 a 522 e Hípias de 521 a 510 a.C.

¹¹ Martin L. West (1992:4-7) sugere cinco categorias de documentação para se trabalhar com a temática da música na Antiguidade helênica: **evidência arqueológica**: fragmentos de instrumentos e representações em vasos, pinturas, estátuas, artes pictóricas, afrescos e mosaicos; **referências na literatura grega** presentes em textos do século VIII a.C. em diante, principalmente nas comédias e tragédias gregas; **escritos especializados em música**: textos que contêm informações técnicas sendo tratados específicos com detalhes técnicos sobre a música; **documentos não-literários**: nesta categoria destacam-se os documentos epigráficos com as inscrições de concursos, registros de contratação do serviço de músicos, estabelecimento de música nos currículos educacionais e registros de premiações; **notações musicais da época**: fragmentos de manuscritos de composições musicais da época.

¹² As pinturas de vasos áticos como cultura material, segundo nos aponta o helenista francês François Lissarrague (2010:53), configuram documentos produzidos a partir de ideias e conceitos específicos provenientes de um determinado contexto histórico. A historiadora francesa Pauline Schmitt Pantel (2013:16) complementa essa perspectiva ao estabelecer que “a imagética grega permite uma apresentação das representações mentais dos cidadãos” que nos possibilita uma reflexão sobre diferentes práticas sociais presentes no cotidiano, como o próprio coro musical. A cerâmica ática nos serve então como registro visual e material que nos permite pensar como a sociedade ateniense se organizava a partir das cenas representadas nas pinturas de vaso, bem como entender as relações sociais dos indivíduos inseridos nas *pólis* helênicas.

As imagens produzidas na sociedade helênica estariam interligadas a um processo histórico e sociocultural que, segundo Jean-Pierre Rioux, nos permite identificar elementos políticos devido à existência de uma “permeabilidade das fronteiras entre o social, o cultural e o político”.¹³ O campo do *político*,¹⁴ segundo colocações do historiador francês Pierre Rosanvallon, seria relacionado com “o poder da lei, do Estado e da nação, da igualdade e da justiça, da identidade e da diferença, da cidadania e da civilidade (...) de tudo aquilo que constitui a *pólis* para além da competição (...) pelo poder”.¹⁵ Portanto, a conceituação de Rosanvallon pode se adequar às abordagens históricas que se utilizam de conceitos como cidadania, comunidade, identidade e isonomia, tópicos presentes em nossa pesquisa.

Os sistemas de representação citados por Rosanvallon estariam relacionados com a evolução e formação de racionalidades políticas, onde as representações constituiriam “reais e poderosas infraestruturas sociais”.¹⁶ Em outras palavras, o autor mostra uma visão contrária a da perspectiva idealista histórica que desconsidera determinantes sociais ou econômicos que estruturam a ação humana e o comportamento social que leva à criação de comunidades, por exemplo. Assim, a proposta de Rosanvallon define-se como sendo a realização de uma história política na medida em que a esfera do político interage com o social e os sistemas de representações, não se limitando somente à análise de aspectos meramente políticos. A partir dessa perspectiva, estão abertas diversas possibilidades como: análise de documentação alternativa além da textual; análises políticas de grupos sociais não necessariamente ligados ao Estado ou a um poder central; estudos sobre culturas políticas, entre outras.

Sendo assim, as representações presentes nas iconografias gregas abrem possibilidades de se trabalhar com a noção de campo político proposta por Pierre Rosanvallon, que inclusive em seu livro faz referência sobre a necessidade de se analisar uma sociedade levando em consideração panfletos, iconografias e músicas.¹⁷ De modo geral, o autor aponta a possibilidade de uma história política de caráter transdisciplinar que possa construir um sentido do campo

¹³ Rioux 2003:22.

¹⁴ É importante também citarmos que o autor francês distingue o *político* da *política*, pois o mundo da política seria um segmento do mundo político “operado pela mobilização dos mecanismos simbólicos de representação” (Rosanvallon 2010:30).

¹⁵ Rosanvallon 2010:73.

¹⁶ Rosanvallon 2010:57-58.

¹⁷ Rosanvallon 2010:47.

político que considere todos os conhecimentos da história social, bem como de outros campos, como a história da cultura, a história biográfica, a história das ideias, a história das instituições políticas, entre outras.

Tais apontamentos endossam nossa perspectiva de se trabalhar o político a partir do social, ou seja, da representação de grupos sociais através da imagética presente nas cerâmicas gregas. Portanto, na sociedade ateniense, as cenas musicais representadas nos vasos tanto podem representar uma cena da vida cotidiana dos cidadãos quanto podem ilustrar uma narrativa mítica que faz referência a algum aspecto político que lhes seja importante, como guerras, conflitos, líderes, acontecimentos ou eventos. Sendo assim, conforme os apontamentos de Fábio Vergara Cerqueira,¹⁸ as práticas sociais que estariam representadas nas imagens podem ser abordadas de formas ambíguas, pois ao mesmo tempo em que podem retratar diretamente elementos do político e do social também podem recorrer a alegorias relacionadas a mitos, personagens, divindades e figuras fantásticas. Complementando essa perspectiva, José Roberto de Paiva Gomes argumenta que as cenas musicais têm sido muitas vezes utilizadas equivocadamente como meras ilustrações, sendo necessário definir seu contexto histórico e local de produção para que possamos utilizá-las como documentos de análise histórica.¹⁹

Com base nessa discussão, propomos analisar os coros e performances musicais nas iconografias áticas a partir do conceito de *lugar antropológico* proposto por Marc Augé no seu livro *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*.²⁰ Ao examinar a possibilidade de um olhar antropológico sobre a representação do indivíduo em algum meio simbólico enquanto construção social, bem como seus vínculos sociais com as instituições, Augé define o conceito como sendo uma construção concreta e simbólica do espaço em que ocorre um conjunto de práticas coletivas e individuais.²¹ Nessa perspectiva, as coletividades necessitam pensar quais são os elementos simbólicos que constituem uma identidade dos indivíduos que estão nela situados. Portanto, a partir do pressuposto de que toda antropologia é a antropologia do outro, o *lugar antropológico* constitui simultaneamente um

¹⁸ Cerqueira 2004:21-22.

¹⁹ Gomes 2015:90.

²⁰ Augé 2012:43-69.

²¹ Augé 2012:50.

“princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para aqueles que o observam”.²²

O lugar antropológico age então como um elemento formador de identidade por constituir dentro de si elementos comuns a uma determinada comunidade como, por exemplo, o local de seu nascimento, as demarcações de um espaço sagrado, um conjunto de regras, entre outros. Tais características demonstram a existência de uma forte relação entre o espaço e o social,²³ algo presente nas sociedades antigas, pois não existiam limites rigorosos entre a esfera social e a esfera política. Sendo assim, os coros atenienses analisados a partir do conceito de lugar antropológico constituem uma construção social que representa o vínculo que seus integrantes possuem com a identidade que lhes é definida pelo lugar antropológico, sendo as próprias representações nas pinturas de vaso elementos simbólicos que atribuiriam uma noção de identidade aos grupos sociais que teriam encomendado/produzido os vasos, bem como os mercados externos à Atenas que demandavam tais artefatos.²⁴

Portanto, podemos considerar os coros musicais na cerâmica ática como representações de todo um sistema simbólico que constrói uma memória relacionada à formação de identidade nos indivíduos inseridos nos grupos sociais que produzem a cultura material. Conforme as colocações de Paiva Gomes,²⁵ podemos supor que as narrativas visuais desenvolvidas pelos artesãos-pintores teriam uma aproximação com uma tradição oral característica do século VI, onde os métodos orais como a poesia e a música eram naturalizados ou retratados como narrativas.²⁶ Nesse contexto, os vasos podem ser entendidos

²² Augé 2012:51.

²³ Segundo Augé (2012:45), a definição de espaço a partir de um olhar etnológico ou antropológico seria aquilo que exprime a identidade de um grupo, constituindo algo que deve ser defendido de ameaças externas e internas para que a linguagem da identidade conserve seu sentido para o grupo.

²⁴ Para maiores detalhes acerca das demandas e rotas comerciais das cerâmicas referidas neste artigo, ver Kowalzig 2013.

²⁵ Gomes 2015:89.

²⁶ Sobre tradição oral e produção de cerâmicas, Paiva Gomes (2015:89-90) coloca que “autores como Mackay (2010:283) acreditam ser possível estabelecer fórmulas interpretativas para essas imagens muito semelhantes aos elementos poéticos tradicionais. Para esse autor, os textos poéticos nelas representados configuram uma transição entre a tradição oral e a emergência de uma cultura letrada no período arcaico. (...) Nesse período, a oralidade e a visão predominavam sobre a escrita, que estava restrita à aristocracia. A imagem, por outro lado, se constituía como uma forma de comunicação mais ampla. Os gregos confeccionavam e contemplavam essa imagem construída na cerâmica. Os atenienses, principalmente, usavam, decifravam e utilizavam essa escrita imagética. Essa linguagem codificada se inseria muito mais profundamente na vida ateniense do que a escrita, recontando as narrativas míticas ou recriando situações familiares, vivenciadas ou idealizadas. A partir dessas considerações, as

como fenômenos narrativos visuais transmissores de uma memória coletiva comum a uma determinada sociedade, pois constituem referências não-textuais anteriores a uma emergência de uma sociedade totalmente letrada. No entanto, devemos destacar que esta memória não era algo interpretado e produzido da mesma forma entre todos os indivíduos presentes na *pólis* ateniense, pois muitos dos oleiros-pintores gregos eram de grupos sociais de menos recursos onde alguns, inclusive, não possuíam cidadania por serem metecos.

Márcia Pereira dos Santos²⁷ propõe uma retomada dos debates sobre história e memória colocando que “memórias individuais e coletivas são em grande medida espaços de homens e grupos se encontrarem a portarem como sujeitos da história. Suas ações (...), a todo momento, lhes cria demandas políticas”. Sobre as relações entre memórias individuais e coletivas, Michel Pollak afirma que embora *a priori* a memória pareça ser um fenômeno individual próprio de uma pessoa, devemos entender que a memória deve ser entendida como “um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente” onde a memória individual vai existir sempre a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo.²⁸ Sendo assim, ainda que as memórias individuais dos envolvidos no processo de fabricação dos vasos sejam de caráter particular, estas são parte de uma memória coletiva comum tanto ao corpo cívico ateniense quanto aos metecos e outros indivíduos envolvidos no processo de fabricação das cerâmicas.

Tal memória coletiva refletiria um contexto de transição política e social em Atenas ocorrido desde a tirania dos Pisistrátidas, onde o coro teria funcionado como um elemento mediador entre a *pólis* e o cidadão explicitando o aspecto *relacional* do coro musical como *lugar antropológico* que nos permite a construção da historicidade da *pólis*. A noção de coro como um mediador é utilizada por Renaud Gagné e Marianne Govers Hopman como forma de compreender uma “complexa rede de mensagens paralelas”:

figurações pintadas nos vasos áticos podem ser analisadas como imagens que apresentam um imenso potencial de investigação pela História, por permitirem, principalmente, o contato com uma realidade passada, à qual faz referência através de sua representação.”

²⁷ Santos 2007:95.

²⁸ Pollak 1992:201.

It [chorus] enmeshes the sound of the *aulos*²⁹ with the direction of the dance step and the meaning of its words. It embodies the space of the dramatic location together with other spaces within and outside the city, the movement of the stars in the sky and the four corners of the world, and the tangible, physical presence of the orchestra. It reflects itself and other songs. It negotiates the conflicting meanings of kinship, power, and punishment for the characters and the audience; it opens a perspective of interpretation that can be applied within the drama to enrich character and focalise a certain position in contrast with others, or rather serve as a bridge for the audience outside looking into the play. The chorus combines all of these levels of reference in the same breath. Every level reflects every other level in one coherent whole, allowing the chorus to establish multiple correspondences between these different layers of meaning. Placed at the centre of a complex network of parallel messages, it merges them all into one poem. (...).³⁰

Nesse sentido, Claude Calame afirma que ocorre uma mediação social onde os membros do coro funcionam como intermediários entre o espaço onde ocorre a ação dramatizada e a audiência que assiste à performance, onde a realidade histórica, social e política dos artistas é a mesma do público.³¹ Considerando essas colocações podemos afirmar, a partir do conceito do *lugar antropológico*, que o coro ateniense de homens e jovens pode tornar-se relacional, pois estabelece relações sociais entre o integrante do grupo, o coletivo do público e a instituição representada pelo regente (chefe) do coro;³² identitário ao formar a identidade do cidadão político, comprometido com a integridade da *pólis*; e histórico porque permite a construção de um contexto político de transição da tirania para a democracia.

Os elementos simbólicos do *lugar antropológico* que representariam essas ideias coletivas se materializam em um conjunto de cerâmicas áticas que representam performances do coro musical a partir de uma visão de unidade, com seus integrantes trajando indumentária hoplítica ou em formação para

²⁹ O *aulós* era um instrumento bem presente na vida cotidiana de Atenas, sendo largamente utilizado no acompanhamento do coro nos grandes festivais, no treinamento militar e no trabalho rural, onde o som do instrumento era utilizado como elemento motivador para os agricultores. O *aulós* poderia ser monofônico, emitindo somente um som, ou polifônico, o que permitia ao músico tocar duas melodias simultâneas, sendo este tipo chamado de *aulós* duplo.

³⁰ Gagné & Hopman 2013:17-18

³¹ Calame 2013:35. Vale notar que Calame sugere o uso do termo “intermedialidade” (*intermediality*), pois ocorreriam três tipos de mediação realizadas pelo coro: a mediação dramática, a mediação social e a mediação religiosa (Calame 2013:35-36).

³² A palavra “regente” aqui é usada como uma tradução aproximada do que os helenos chamavam de *chorodidaskalos*. De acordo com Francisco Cartageña (2006:785-794), na documentação escrita, o termo se refere exclusivamente ao *status* do treinador do coro durante os ensaios, podendo este estar presente também durante a performance do coro. Não se sabe se o *chorodidaskalos* também era responsável pelo trabalho em cena na competição ou se ele apenas se restringia à preparação do coro nos ensaios.

uma performance.³³ Os vasos seriam provenientes do século VI, com datações muito abrangentes segundo as indicações presentes no *Beazley Archive*,³⁴ situando-se no em um amplo contexto histórico que compreende diferentes eventos em Atenas. Segue abaixo um breve catálogo contendo um conjunto de cerâmicas que abordam ou fazem referência aos coros musicais e elementos que se relacionam com a integração social. O critério de seleção das cerâmicas se baseou em procurar imagens que representassem conjuntos de indivíduos (em formação muitas vezes circular dependendo do formato do vaso) rodeado de elementos que nos permitam identificar uma cena como uma performance coral, sendo alguns dos elementos a presença de *auletés*;³⁵ as bocas abertas em algumas das imagens;³⁶ a formação circular dos indivíduos dispostas nas cerâmicas de formato esférico; as indumentárias utilizadas nas cerâmicas que remetem ao contexto do teatro grego; entre outros³⁷.

³³ Boardman 1975:219.

³⁴ Domínio do site: <http://www.beazley.ox.ac.uk/index.htm>. Acesso em 28/12/2016.

³⁵ *Auletés*: músico que tocava o *aulós*. Segundo Gagné e Hopman (2013:6), o *aulós* era um instrumento tipicamente usado nas performances corais, o que nos permite argumentar que os grupos representados nas cerâmicas seriam coros musicais.

³⁶ Cerâmicas do catálogo em que podemos encontrar essa evidência: o vaso de *Oltos* (520-510 a.C.) e a Cratera de Basel (500-480 a.C.). No vaso de *Oltos* encontra-se uma pequena inscrição colocada acima das bocas dos indivíduos, *epidelphinos* ("sobre o golfinho"). Essa inscrição fortalece o argumento de que estariam cantado, sendo *epidelphinos* a palavra cantada.

³⁷ Muitos destes elementos são abordados nos trabalhos contidos na bibliografia exposta ao final deste artigo.

Artefato	Pintor	Datação	Nº no Beazley Archive	Fabricação	Proveniência	Catlogação	Sintagma A	Sintagma B
Amphoreus	Não definido	600-550	350026	Atenas	Indeterminado	Bloomington, Indiana University A M. 74.10.1	Montaria	Justaposição entre um golfinho e um cavalo.
Kýlix	Falmouth painter	560	305010	Atenas	Indeterminado	Paris, Louvre E741	Coro musical	Homem dançando e cantando com um híbrido de homem e cavalo.
Kýlix	BMN painter	550-500	8656	Atenas	Ática	Paris, Louvre CA 2988	Coro musical	Coro constituído por homens (sem indumentária hoplita) montados em cavalos.
Fragmento	Não definido	550-500	30854	Atenas	Ágora de Atenas	Atenas, Museu da Ágora, P15390	Coro musical	Dois homens em fila segurando artefatos que remetem ao escudo dos hoplitas.
Amphoreus	Berlin Painter	550-500	320396	Atenas	Etrúria	Berlim, Antikensammlung, F1697	Coro musical	Coro de homens montados em cavalos com fantasia de cavalos, acompanhados por um <i>auletés</i> .
Skýphos	Heron	520-510	4090	Atenas	Ática	Boston, Museum of Fine Arts. 20.18	Coro musical	Coro de hoplitas circular com um <i>auletés</i> ditando o ritmo.
Psykter	Oltos	520-510	275024	Atenas	Ática	New York, Metropolitan Museum 1989.281.69	Coro musical	Coro musical de hoplitas montados em golfinhos
Krater	Mannerist	500-480	260	Atenas	Ática	Basel, Antikenmuseum und Sammlung Ludwig BS415.	Coro musical	Coro de hoplitas em formação de fileiras.
Lekythos	Theseus painter	490-480	351585	Atenas	Beócia	Paris, Louvre CA 1924	Coro musical	Coro musical de hoplitas montados em golfinhos acompanhados por um <i>auletés</i> .

Tabela 2. Catálogo De Vasos Com Temáticas Referentes Ao Coro Musical

Boa parte das cerâmicas selecionadas no quadro acima foram analisadas por Mary Louise Hart e Barbara Kowalzig,³⁸ sendo consideradas como representações de performances corais dentro do contexto do teatro grego. É interessante notarmos que muitos dos indivíduos representados na cerâmica estão usando a panóplia hoplítica, o que nos permite pressupor a existência de uma relação entre a formação do coro e a falange do hoplitas.³⁹ Além disso, também devemos destacar que a circulação de cerâmicas áticas nos indica que ocorreu toda uma transformação gradual de aspectos relacionados ao comércio, à guerra e principalmente aos coros musicais presentes nas cerâmicas selecionadas. O aumento da demanda comercial dos vasos áticos teria impulsionado a circulação de vasos de figuras negras e vermelhas pelo Mediterrâneo, fato este que Barbara Kowalzig atribui à difusão dos coros musicais entre diferentes *póleis* do mundo helênico. A autora deixa transparecer que, em conjunto com a recente valorização do culto a Dioniso, performances corais passaram a possuir um papel dinâmico no processo de redefinição da cidade arcaica, abraçando visões que envolvem uma mudança na comunidade em um momento onde os limites cívicos estariam sendo redefinidos.⁴⁰ Tal perspectiva historiográfica é corroborada por observações da helenista espanhola Ana Iriarte que estuda as reformas urbanas dos tiranos, os quais teriam redefinido o centro urbano a partir de ordenações territoriais que basicamente refletiam disputas de poder político no espaço físico da *pólis* e na sua arquitetura.⁴¹

Podemos afirmar, então, que houveram transformações sociais e políticas no processo de instauração da isonomia⁴² a partir das políticas dos Pisistrátidas referentes ao financiamento de festivais públicos como uma

³⁸ Hart (2010:20-25); Kowalzig (2013:36-45).

³⁹ Ponto sendo atualmente desenvolvido em nossa pesquisa de mestrado.

⁴⁰ Kowalzig 2013:31-33.

⁴¹ Segundo Ana Iriarte (2014:166-167), era intenção dos tiranos a exaltação da *pólis* como uma extensão de seu poder político contra o poder nobiliárquico tradicional, ou seja, o tirano construía uma imagem de “defensor do povo” contra a aristocracia como forma de consolidar seu governo. Após o fim da tirania, Clístenes teria julgado oportuno reconfigurar as construções dos Pisistrátidas, o que nos leva a supor a existência de disputas de poder político entre grupos sociais na própria organização do espaço urbano.

⁴² Neste artigo nos utilizamos do termo isonomia ao invés de democracia devido ao fato de que de que tanto as instituições quanto o vocabulário político do fim do sexto século e início do quinto não serem similares as do período clássico. Na conjuntura das reformas de Clístenes, a ideia de democracia como a entendemos em seu significado clássico não se exprimia na palavra *demokratia* e nem em expressões correlacionadas, sendo a palavra isonomia relacionada com as características de um “governo de iguais”. Para maiores detalhes ver Lévêque & Vidal Naquet 1983:27-32.

atividade difusora e propagandística que exportava o modo de vida ateniense por toda a região da Ática.⁴³ Gregory Nagy corrobora a ideia da existência de uma “propaganda aristocrática” ao defender que as formas de poesia coral usadas no período arcaico possuíam “traços aristocráticos” que seriam perdidos durante o processo de instauração da isonomia, sendo essa mudança na poesia coral referida posteriormente por Platão como *theatrokratia*.⁴⁴ Como a sociedade ateniense arcaica mantinha relações políticas, sociais e culturais com as demais *póleis* gregas, como demonstra a cultura material, podemos apontar que isto pode ter sido uma tentativa de difusão do imaginário associado com aspectos da aristocracia ateniense através da expansão do comércio de vasos áticos. Portanto, reiteramos aqui nosso objetivo de se realizar a análise imagética da cerâmica como documento, buscando assim um meio de se compreender esse contexto histórico de transição.

Dentre as cerâmicas selecionadas no catálogo, escolhemos o *skýphos* de Heron (fig. 1) como um exemplo da representação do coro musical ateniense como *lugar antropológico*. Realizamos uma análise imagética dessa cerâmica nos baseando nos pressupostos teóricos de semiótica de imagem da autora Martine Joly,⁴⁵ organizados em formato de grade/tabela. Nesta metodologia de análise, o *signo* representa as informações diretas presentes em uma iconografia, possuindo uma estrutura de sentidos complexa que possibilita múltiplas leituras dos elementos representados. A aplicação metodológica em formato de grade/tabela foi desenvolvida e elaborada pela equipe do *Núcleo Estudos da Antiguidade*, com orientação da coordenadora-geral Maria Regina Candido, com o objetivo de facilitar a delimitação de temas de estudo e a construção de objetos de pesquisa, bem como o de buscar uma decodificação dos signos, significados e sentidos presentes em documentos imagéticos.⁴⁶

⁴³ Gomes 2015:22.

⁴⁴ Nagy 1995:1-8. O termo citado por Nagy pode ser encontrado em Platão, *Leis*, 3.701a.

⁴⁵ Joly 1996.

⁴⁶ Candido 2011:13.



FIG. 1. Artefato: *Skýphos*. Estilo: Figuras negras. Pintor: Heron. Datação: 520-510 a.C. Fabricação: Atenas. Proveniência: Ática. Boston, Museum of Fine Arts 20.18⁴⁷. Na face A: Homens trajando indumentária hoplita montados em golfinhos em frente a um *auletés*. Na face B: Jovens montados em avestruzes em frente a um *auletés*.

⁴⁷ Disponível em <http://www.mfa.org/collections/object/drinking-cup-skyphos-depicting-chorus-scenes-153547>. Acesso em: 19/08/2016.

Significantes icônicos	Significados de 1º nível	Significados de 2º nível	Significados de 3º nível
Utensílio cerâmico	Cerâmica de terracota em formato <i>skýphos</i>	Recipiente utilizado para se beber vinho e água.	Utensílio esculpido por um artista especializado na área. Era segurada com duas mãos como sugere suas alças duplas. Pinturas em <i>skýphos</i> regularmente retratam cenas de banquetes e simpósios, o que sugere sua utilização em tais ocasiões. Os camponeses também a utilizavam. ⁴⁸
Animais aquáticos servindo de montaria (A)	Golfinhos paramentados	Referência ao mar, navegação, elemento marítimo.	Os golfinhos, segundo B. Kowalzig, representariam uma associação de culturas marítimas e terrestres, evidenciando as mudanças sociais e econômicas trazidas pelo aumento do comércio marítimo. ⁴⁹
Homem de perfil tocando instrumento de sopro (A e B)	Músico tocando o <i>aulós</i>	Instrumento associado à performance coral.	Os coros atenienses eram acompanhados pelo <i>aulós</i> , sendo que o instrumentista (<i>auletés</i>) fica em frente aos <i>choreutai</i> . ⁵⁰ A presença de dois <i>auletés</i> em ambos os lados corrobora o fato da cerâmica estar representando dois coros musicais: um de jovens e outro de adultos.
Indivíduos portando capacetes (A)	Indivíduos vestindo capacetes e acompanhados de traços que parecem lanças.	Homens representados como hoplitas montados nos golfinhos.	O coro ditirâmico, a falange hoplita e a performance nos festivais são elementos presentes nesta representação dos homens montando golfinhos. Segundo Arthur P. Cambridge, esse componente fantástico nas pinturas de vaso caracteriza uma performance teatral. ⁵¹
Aves servindo de montaria (B)	Animais semelhantes a avestruzes servindo de montaria	Elemento associado com a performance coral.	Ao tratar das origens do teatro grego, e da tragédia em particular, a historiografia trata as imagens de avestruzes, golfinhos, faisões e outros animais como sendo elementos das primeiras performances teatrais. É seguro dizer que no final do século VI a.C. ainda não havia se consolidado o teatro grego clássico, podendo as performances retratadas nas cerâmicas serem associadas com os coros musicais. ⁵²
Indivíduos montados em avestruz (B)	Jovens portando algo que remete a um capacete (não-hoplítico) e linhas que sugerem serem lanças	Jovens em treinamento para a falange dos hoplitas. Provavelmente são jovens devido ao seu tamanho reduzido em comparação com os homens do lado A.	As informações presentes no <i>Beazley Archive</i> descrevem os indivíduos como sendo um coro de guerreiros devido à indumentária hoplítica representada na cena. O fato do capacete dos jovens do lado B serem diferentes em relação aos homens do lado A e de ambos estarem portando lanças sugerem um provável rito de passagem.

Tabela 2. Análise do *skýphos* de Heron de acordo com a metodologia de Martine Joly⁵³

⁴⁸ Informações retiradas dos seguintes domínios: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.04.0004:id=skyphos;> e <http://www.beazley.ox.ac.uk/tools/pottery/shapes/skyphos.htm>. Acesso em 28/08/2016.

⁴⁹ Kowalzig 2013:31-38.

⁵⁰ Gagné 2013:6.

⁵¹ Cambridge 1962:316-317.

⁵² Hart 2010:19-32; Cambridge 1962:1-9.

⁵³ Em relação à datação da cerâmica, o *Beazley Archive* nos fornece um período aproximado entre os anos de 550-500 a.C., porém, escolhemos a datação de 520-510 a.C. citadas em trabalhos mais recentes, como os de Kowalzig 2013:39 e Hart 2010:24.

Uma passagem deveras interessante nas *Histórias* (Hdt. 1.23-24) reforça a relação entre golfinhos e coros ditirâmbicos presente na iconografia do *skýphos* de Heron, pois os relatos de Heródoto atribuem tanto a criação dos ditirambos (hinos em honra a Dioniso) quanto da prática coral ao músico e poeta Árion de Metimna.⁵⁴ Após ter acumulado fortuna na Magna Grécia, Árion resolve sair da cidade de Tarento localizada na península itálica rumo a Corinto, contratando um navio para atravessar o Mediterrâneo. Durante o percurso da viagem, saqueadores coríntios que estavam a bordo (disfarçados de marinheiros) aprisionam Árion e lhe roubam seus pertences, o obrigando a fazer uma escolha: o suicídio, condição imposta caso ele quisesse ser enterrado em terra firme, ou ser atirado em alto-mar, onde seu corpo afundaria sem nenhum tipo de cortejo fúnebre. Em face da escolha, Árion realiza um pedido antes de sua morte: que ele possa tocar e cantar uma última música, realizando sua última performance aos olhos de seus captores. O pedido é aceito e Árion coloca suas vestes de apresentação, apanha sua *kithara* (instrumento de sete cordas similar à lira) e entoia um canto em honra a Dioniso, encantando todos os presentes com a perfeição de sua performance. Após o término da execução musical Árion se atira ao mar, ainda com sua indumentária musical, sendo resgatado por um golfinho que o leva de volta à terra firme. Ao chegar em Corinto, Árion conta sua história a Periandro, o tirano da cidade, revelando a traição dos marinheiros que estavam em mar aberto com ele. Dessa forma, o *skýphos* de Heron, que é um vaso ático, demonstra uma imaginação sociocultural da formação militar similar a dos atenienses ao enfatizar uma associação entre golfinhos e coros ditirâmbicos através do mito de Árion,⁵⁵ sendo essa associação também representada em outros vasos áticos do mesmo período, tal como indicam as evidências em nosso catálogo.

As propriedades visuais e materiais do *skýphos* de Heron (fig. 1), bem como seus elementos simbólicos que evidenciam o *lugar antropológico* do coro

⁵⁴ O ditirambo era um gênero musical baseado em hinos de honra a Dioniso, executado através do canto e de um acompanhamento instrumental. Pierre Grimal (2001:8) define o ditirambo como uma “declamação lírica apresentada a um público por um coro, com acompanhamento musical, evocando os feitos de Dioniso e de outros deuses e heróis”. Arthur Pickard-Cambridge (1962:1-2) aponta que a menção mais antiga do termo ditirambo é proveniente de um fragmento de Arquíloco de Paros, datado da primeira metade do século VII a.C. O autor traduziu o referido trecho da seguinte forma: “I know how to lead the fair song of Lord Dyonisus. The dithyramb, when my wits are fused with wine.” (Eu sei como liderar a honesta canção do Senhor Dioniso. O ditirambo, quando meus talentos são fundidos com o vinho.)

⁵⁵ Hart 2010:30.

musical, se relacionam com o mundo do simpósio arcaico, onde existe uma associação com Dioniso. Tal relação é evidenciada ao considerarmos aspectos como o ato de beber vinho, os golfinhos e o ato de cantar nos festivais públicos. Se visto no contexto histórico em que foi produzido, o coro musical pode estar ilustrando o desenvolvimento de uma linguagem visual relacionada com o mundo do simpósio aristocrático, representando através de imagens a noção de uma aristocracia guerreira. Essa noção é evidenciada pela panóplia hoplítica vestida pelos integrantes do coro. Dentro dessa perspectiva, os golfinhos remetem às montarias utilizadas pelos combatentes da cavalaria, que eram os indivíduos pertencentes às classes censitárias dos *Pentacomsiomedimnoi* e *Hippeis*,⁵⁶ e a formação circular da cerâmica corresponde à formação característica dos coros musicais ditirâmbicos do período arcaico que eram dançados circularmente pelos integrantes. Segundo nos aponta Arthur Pickard-Cambridge,⁵⁷ os ditirambos não eram realizados somente em festivais associados a Dioniso, posição também defendida anteriormente por Margareth Bieber,⁵⁸ que classifica o ditirambo como um gênero musical mais “diversificado” em comparação com os hinos dedicados aos outros deuses. Outro apontamento de Bieber é o de que os coros musicais representariam um fenômeno extremamente difundido da cultura helênica, não se restringindo apenas à Atenas e sendo anterior ao advento do drama satírico presente no teatro grego.

Em relação ao número de integrantes do coro musical, Renaud Gagné e Marianne Govers Hopman estimam que os festivais envolviam um grande número de *choreutai*.⁵⁹ As competições das Grandes Dionisiacas supostamente apresentavam um coro de 50 adultos e outro de 50 jovens para os concursos dos coros ditirâmbicos. Nesse sentido, podemos afirmar que a imagem presente no *skýphos* de Heron se trata de coro musical devido principalmente a dois fatores:

⁵⁶ Há que se ter em mente que no século VI a.C. Sólon definiu quatro classes censitárias na sociedade ateniense, sendo as duas primeiras a dos *Pentacosiomedimnoi* e a dos *Hippeis*, ou seja, os segmentos sociais mais abastados da sociedade, correspondendo aos setores aristocráticos. A terceira classe censitária era a dos *Zeugitas*, formada por camponeses de rendimentos médios que possuíam recursos suficientes para adquirirem armamento. A quarta, a dos *Thetes*, reunia os cidadãos de poucos recursos, isto é, os não possuidores de terras que tinham rendimento inferior às duzentas medidas de grãos (Mossé 1999:24).

⁵⁷ Pickard-Cambridge 1962.

⁵⁸ A primeira edição da obra de Margareth Bieber, *The History of Greek and Roman Theater*, é datada de 1939. Entretanto, o exemplar consultado para este projeto é a edição de 1961.

⁵⁹ Gagné & Hopman 2013:26.

(1) o *aulós* representado na cerâmica era o principal instrumento de acompanhamento dos coros;⁶⁰ (2) a representação de dois *auletés* (lado A e lado B) sugere a representação de dois coros na cerâmica: o de jovens e o de adultos. Podemos fazer tal suposição devido ao fato dos “jovens” representados no lado B estarem portando capacetes menores e montarias diferentes. Uma ligeira diferença entre o desenho do corpo dos integrantes também pode ser notada, com os indivíduos do lado B sendo ligeiramente menores que os do lado A. Além disso, os adultos do lado A parecem estar montando golfinhos enquanto os jovens parecem utilizar avestruzes, o que nos abre espaço para suposições e análises futuras. É importante observar que o aspecto militar se encontra presente na imagem da cerâmica, pois ambos os coros estão portando lanças e indumentária hoplita.

Os fatores apontados acima indicam um sentimento de integração entre os cidadãos, que parece se efetivar no coro musical como um lugar antropológico no qual os indivíduos constroem sua identidade política e social. Nesse caso, a indumentária hoplita representada na cerâmica funciona como um elemento simbólico que pressupõe a existência de uma imaginação sócio-política que define a atividade de participar do coro como sendo análoga à formação do próprio corpo cívico ateniense. Sendo assim, da mesma forma que os coros musicais agem nos festivais cívicos como elemento de formação do cidadão, encontramos indícios de que eles exercem uma função parecida na documentação imagética, particularmente através da presença da indumentária hoplítica. O mesmo cidadão que cantava e participava dos coros musicais nos festivais também fazia parte da composição das fileiras das formações hoplitas, sendo, assim, um *cidadão camponês soldado*. Essa figura também era associada à classe censitária dos *Zeugitas*, segundo Alair Figueiredo Duarte.⁶¹ Os coros musicais se tornariam vitais nesse contexto, pois serviriam como uma forma de encorajar jovens e homens da elite de diferentes facções aristocráticas da Ática a se integrarem aos novos arranjos políticos de transição da tirania para a isonomia, ou seja, o embate e a disputa violenta entre membros da aristocracia passariam gradualmente para a esfera do *ágon* dos festivais de músicas em corais, ou seja, através do trabalho cooperativo nas competições corais.

⁶⁰ Gagné 2013:6.

⁶¹ Duarte 2013:65-71.

Conclusão

Buscamos neste artigo levantar novas questões para a temática referente aos coros musicais e à transição da tirania para a isonomia na Grécia antiga através da exposição de nosso referencial teórico, uma breve exposição sobre o debate historiográfico das principais vertentes sobre o tema e um estudo de caso discutindo um exemplo representativo da documentação imagética com que vimos trabalhando. Este tema de pesquisa oferece muitas questões a serem melhor desenvolvidas futuramente como, por exemplo, a natureza do coro musical como lugar antropológico e sua relação com o próprio espaço físico no teatro. No entanto, os apontamentos aqui apresentados já apresentam uma base sólida que nos levam a crer na utilização do coro como um importante elemento formativo da cidadania ateniense desde os anos finais da tirania. Além disso, a circulação dos vasos pelas outras *póleis* helênicas através da expansão comercial do sexto século nos ajuda a reforçar a ideia de que havia uma memória coletiva associada com a ideia de coro e integração social. Tal imaginário também circularia entre o mundo dos simpósios aristocráticos e na esfera comercial, sendo interessante notarmos o quanto dessa memória era coletiva e plural, sendo construída pelos oleiros-pintores gregos e encomendadas por uma elite aristocrática. Os aspectos e pressupostos desse período de transição política situado no fim da tirania ateniense seriam identificados e associados posteriormente com a isonomia, configurando, assim, os primeiros passos do que viria a ser a democracia associada com o período clássico.

Bibliografia

Documentação textual

Herodotus. *The Histories of Herodotus*. Trad. George Macaulay. Lighthouse Digital Publishing, 2013. (Kindle Edition)

_____. “History of Herodotus”. In *Greats Books of the Western World: History of Herodotus, The History of the Peloponnesian War, Thucydides*. Trad. Robert Maynard Mutchins. Chicago: Enciclopedia Britannica, 1952.

Referências Bibliográficas

Augé, M. (2012) *Não Lugares: Introdução a Uma Antropologia da Supermodernidade*. Trad. Maria Lúcia Pereira. Campinas: Editora Papirus.

Bélis, A. (1999) *Les Musiciens dans l'Antiquité*. Paris: Hachette Littératures.

Bieber, M. (1961) “The rise of satyr play and tragedy”. In *The History of the Greek and Roman Theater*. Princeton: The Princeton University Press, pp.3-25.

Boardman, J. (1975) *Athenian Red Figure Vases: The Archaic Period*. London: Thames and Hudson.

Calame, C. (2013) “Choral Poliphony and the rictual functions of tragic songs”. In R. Gagné & M.G. Hopman (eds) *Choral Meditations in Greek Tragedy*. New York: Cambridge University Press, pp.35-37.

Cambridge, A.P. (1962) *Dithyramb: Tragedy and Comedy*. Oxford: Clarendon Press, pp.1-9, 133-162, 316-317.

Candido, M.(2011) “Novas perspectivas sobre aplicação metodológica em História Antiga”. In C. Beltrão *et al.* (orgs). *A Busca do Antigo*. Rio de Janeiro: Trarepa: Nau, pp.13-23.

Cartageña, F.J.P. (2006) “Khorodidaskalia: La dirección del coro em el drama ático”. In E.C. Dorda, A.M. Ortiz & M.V. Sánchez (eds). *Koinos Logos: Homenaje al Professor José García López*. Murcia: Universidad de Murcia Servicio de Publicaciones, pp.785-794.

Cerqueira. (2004) “O testemunho da iconografia nos vasos áticos dos séculos VI e V a.C.: Fundamentação teórica para sua interpretação como fonte para o conhecimento da cultura e sociedade da Grécia Antiga”. In *História em Revista*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, v.10, Fasc. Especial, pp.1-22.

Classic Upenn Edu - Dictionary. Peter T. Struck. Philadelphia: Penn University, 2000-2009.

<<http://www.classics.upenn.edu/myth/php/tools/dictionary.php?regexp=CHORUS&method=standard>>. Acesso em: 30/01/2016.

Duarte, A.F. (2013) *Guerra e Mercenarismo na Atenas Clássica*. Rio de Janeiro: NEA/UERJ.

Gagné, R.; Hopman, M.G. (eds) (2013) "Introduction: The chorus in the middle". In *Choral Meditations in Greek Tragedy*. New York: Cambridge University Press, pp.1-34.

Gomes, J.R.P. (2015) *Elaborando Um Campo de Experimentação Comparada a Partir das Funções Sociais das Musicistas-citaristas Hetairas Com as das Pedagogas Representadas nos Vasos Áticos Durante a Tirania dos Pisistrátidas (560-510 a.C.)*. Tese de doutorado em História. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Hart, M.L. (2010) "Choral dance in archaic Athens". In M.L. Hart *et al.* (orgs) *The Art of Ancient Greek Theater*. Los Angeles: J. Paul Getty Museum, pp. 19-32.

Iriarte, A. (2014) "El arte de los Pisistratidas: Poder, construcción e despliegue ritual en la Atenas arcaica". In: *Banquetes, Rituais e Poder no Mediterrâneo Antigo*. Rio de Janeiro: UERJ/NEA, pp.154-175.

Joly, M. (1996) *Introdução à Análise da Imagem*. Lisboa: Edições 70.

Kowalzig, B. (2013) "Dancing dolphins on the wine-dark sea". In P. Wilson (org.) *Dithyramb in Context*. Oxford: Oxford University Press, pp.31-58.

Landels, J.G. (1999) "Music in Greek life, poetry and drama". In *Music in Ancient Greece and Rome*. London and New York: Routledge, pp.1-23.

Lévêque, Pierre; Vidal-Naquet, Pierre (1983). *Clithène L'Athénien: Essai sur la représentation de l'espace et du temps dans la pensée politique grecque de la fin du VI^e siècle à la mort de Platon*. 1^o édition. Paris: Editions Macula, 1983.

Lissarrague, F. (2013) "Ler e olhar a imagem: Balanço e perspectivas de pesquisa sobre a imagética grega". In: A.C.C. Lima (org.) *História e Imagem: Múltiplas Leituras*. Niterói: Editora da UFF, pp.29-40.

_____. (2010) "Visuality and Performance". In M.L. Hart *et al.* (orgs). *The Art of Ancient Greek Theater*. Los Angeles: J. Paul Getty Museum, pp.53-56.

Mossé, C. (1999) *O Cidadão na Grécia Antiga*. Trad. Rosa Carreira. Lisboa: Edições 70.

_____. (1969) *La Tyrannie dans la Grèce Antique*. Paris: Presses Universitaires de France.

Nagy, G. (1995) "Transformations of choral lyric traditions in the context of Athenian state theater. In *Arion: A Journal of Humanities and the Classics*, vol.3(1), pp.41-55.

Pantel, P.S. (2013) "Imagens e história grega". In A.C.C. Lima (org.) *História e Imagem: Múltiplas Leituras*. Niterói: Editora da UFF, pp.9-28.

Pollak, M. (1992) "Memória e identidade social". In *Revista de Estudos Históricos: Teoria e História*, vol.5(10), pp.200-215.

Rioux, J.P. (2003) "A associação em política". In Rémond, R. *Por uma História Política*. Trad. Dora Rocha. 2a Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, pp. 99-139.

Rosanvallon, P. (2010) *Por Uma História do Político*. Trad. Christian Edward Cyril Lynch. São Paulo: Alameda.

Santos, M.P.. (2007) *História e Memória: Desafios de Uma Relação Teórica*. In *OP SIS*, vol. 7(9), pp.81-97.

Stuttard, D. (2014) *A History of Ancient Greece in Fifty Lives*. London: Thames and Hudson.

Vernant, J.-P. (org.) (1994) *O Homem Grego*. Trad. Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença.

West, M.L.(1992) *Ancient Greek Music*. Oxford: Oxford University Press.

RESENHA

GRAZIOSI, Barbara. *Os deuses do Olimpo: Da Antiguidade aos dias de hoje, as transformações dos deuses gregos ao longo da história*. Trad. de Claudia Gerpe Duarte e Eduardo Gerpe Duarte. São Paulo: Cultrix, 2016, 294p. ISBN 978-85-316-1348-7.¹

Camila Aline Zanon²

É digna de elogio a iniciativa da editora Cultrix em publicar a tradução do livro de Barbara Graziosi, pesquisadora e professora da Universidade de Durham. Tendo lido a obra de Graziosi em sua publicação original em inglês, deparei com uma boa tradução para a língua portuguesa, com alguns deslizes em sua maioria perdoáveis a quem não se dedica aos Estudos Clássicos.³

O livro de Graziosi, de acordo com o que é explicitado pelo subtítulo, narra a história dos deuses do Olimpo desde seu nascimento, que a autora localiza na Grécia Arcaica com Hesíodo e Homero, até os dias de hoje, embora os dois últimos capítulos se dediquem ao Renascimento e ao período da chegada dos europeus às Américas, ficando para o epílogo a história dos deuses desde então. Essa escolha de dedicar a última parte do livro ao Renascimento talvez decorra de que a nossa concepção e o nosso entendimento dessas divindades sejam mais um produto de tal período do que um que tenha viajado sem escalas da Antiguidade até a Modernidade. Talvez, ainda, em razão dessa grande “escala” no Renascimento é que os deuses do Olimpo se apresentam para nós mais civilizados do que realmente poderiam ter sido, um aspecto do qual Graziosi se aproveita oportunamente para abrir seu livro (p. 9): “Este livro trata da história dos deuses do Olimpo – os mais incivilizados embaixadores da civilização clássica.”.

¹ Tradução de *Gods of Olympus: A history*. London: Profile Books, 2014.

² Doutora em Letras Clássicas pela Universidade de São Paulo e integrante do Laboratório de Estudos do Império Romano e Mediterrâneo Antigo (LEIR-MA/USP).

³ Como exemplos: à p.22, o termo *parthenos* (“virgem”) é tomado como masculino (“outro *parthenos*”), embora deva ser tomado no feminino (“outra *parthenos*”); o mesmo ocorre com *hybris* (“excesso”) à p.97. Há, contudo, alguns equívocos menos perdoáveis: à p.14 a tradução dá a entender que Ártemis e Apolo são irmãos de Posêidon e de Zeus, enquanto na verdade são filhos deste último; à p.45, onde está “fenícios” deve-se ler “feácios”; à p.47 onde está “a poesia de Heródoto” deve-se ler “a poesia de Homero”. Quanto às escolhas de nomes próprios, eu, particularmente, teria preferido “Dioniso” em lugar de “Dionísio”, “Monte Hélicon” em vez de “Monte Helicão”, “Praxíteles” em vez de “Praxiteles” (sem acento) e “Páris” em vez de “Paris” (sem acento).

Organizada cronologicamente, a obra é dividida em seis partes principais, precedidas por um prefácio e por uma introdução e seguidas de um epílogo, um apêndice, lista de ilustrações – coloridas e em preto e branco –, sugestões de leitura adicional e notas – que funcionam como um bom complemento aos capítulos – e, por fim, uma seção de agradecimentos. As seis partes principais do livro correspondem, cada uma, ao período da história que será tratado, sendo cada parte dividida em três capítulos, que também obedecem a uma ordem cronológica.

A Introdução, que recebe o título de “Retrato de família”, apresenta os deuses do Olimpo como membros de uma família bastante mundana, com o friso do Partenon tratado como um retrato de família (cujas reprodução esquemática se encontra à p.15). É possível detectar já na Introdução o esforço da autora em se fazer entender a um público leigo sem abandonar a precisão das informações e a apreciação crítica da bibliografia, elementos fundamentais para os leitores especializados.

A primeira parte do livro é dedicada ao “nascimento” dos deuses na Grécia Arcaica, conforme dito anteriormente, tendo Homero e Hesíodo como as autoridades no assunto para os dois primeiros capítulos dos três que compõem esta parte. O terceiro capítulo dedica-se a explorar as críticas tecidas principalmente por Xenófanes de Colofão à concepção um tanto antropomórfica dos deuses, tal como Homero e Hesíodo os apresentaram em seus poemas.

Na segunda parte, Graziosi se detém na Atenas Clássica. É interessante destacar como a autora costura, nesta parte como um todo, o papel dos deuses e o elemento da guerra contra os persas, cumprindo um papel agregador das comunidades do Peloponeso que se uniram para combater a ameaça persa. Em uma narrativa que se inicia com a criação da Liga de Delos sob os auspícios de Apolo, passando pela condenação de Sócrates por introduzir novos deuses, essa parte termina com Aristóteles e sua concepção de que os deuses “não figuravam nos escritos propriamente ditos da história (Tucídides estabeleceu isso), tampouco nas ficções plausíveis que imitavam a vida real. Eles eram fantásticos.” (p.99).

A terceira parte lida com as conquistas e viagens de Alexandre, o Grande, destacando-se o Egito Helenístico. Sob o império de Alexandre, os deuses do Olimpo, como que seguindo os passos do imperador, empreenderam

longas viagens e se estabeleceram em lugares que estavam muito além da bacia do Mediterrâneo, como a região na qual atualmente se encontra o Punjab oriental, onde Alexandre mandara erigir o altar aos doze deuses do Olimpo antes de empreender a jornada de volta. Novamente, nesta parte como no restante do livro, Graziosi imiscui a narrativa histórica do período em questão com a respectiva concepção dos deuses do Olimpo, estabelecendo uma dinâmica que torna a leitura muito agradável. No último capítulo desta parte, a autora engaja na exposição da importância de Alexandria, com sua biblioteca que abrigava editores dos textos de Homero e Hesíodo e poetas que retomaram os deuses em sua poesia, como Calímaco e Apolônio.

Ao fim da terceira parte, chega-se à metade do livro. A segunda metade dele cobre todo o Império Romano, o Cristianismo e Islamismo e a Renascença. Começando com o Império Romano (parte IV), a perspectiva é de que a transferência ou “translação” dos deuses gregos para Roma era, na verdade, parte de um processo mais abrangente de assimilação cultural. Graziosi não cai no lugar-comum de considerar os deuses romanos meras cópias dos deuses gregos e assinala com lucidez algumas das diferenças de perspectiva em relação ao mundo divino que tinham os romanos em relação aos gregos. No capítulo 11, ela explora o modo como as divindades estão imbricadas na história política de Roma, com César alardeando sua descendência de Vênus, Pompeu se intitulado o novo Alexandre, que já havia se declarado de ascendência divina, e Marco Antônio, que se vestia (ou melhor, se despia) como Hércules a fim de sugerir certa relação familiar. É também nessa parte que autora expõe a apropriação das divindades olímpicas por parte de Virgílio, em seu poema épico *Eneida*, e das narrativas dos mitos gregos por parte de Ovídio, em seu *Metamorfoses*.

Na penúltima parte (V), Graziosi oferece um bom panorama da crítica aos deuses do Olimpo nos primeiros anos do cristianismo: a demasiada humanidade (capítulo 12), o processo de demonização (capítulo 13) e o tratamento que receberam do Império Romano do Oriente bem como do mundo árabe cristão e muçulmano, este último uma rara contribuição, já que poucos autores se preocupam em inseri-lo em sua narrativa sobre os deuses olímpicos.

Na última parte (VI), tem-se a impressão de que a Renascença se torna o tempo de renascimento dos próprios deuses olímpicos, embora a autora

critique essa noção no início do epílogo (cf. p.249 e nota 5 abaixo). Nos séculos XIV e XV, os deuses teriam sido ressuscitados pelos eruditos e artistas: primeiro como alegorias cristãs em Dante e Bocage e, depois, tendo abandonado “sua roupagem medieval”, como imagens no palácio do rei africano Sifax no poema *África* de Petrarca. Ganhando terreno ao longo de toda a Renascença, os deuses se tornaram inclusive inspiração para fantasias de Carnaval e carros alegóricos. No capítulo 17, Graziosi traz uma série de informações relacionadas aos deuses do Olimpo durante a Renascença italiana e grande parte dele tem como fio condutor a construção do Templo de Malatesta,⁴ ponto de referência para esse período da história italiana.⁵ No último capítulo (18), a autora aponta como os europeus identificaram aspectos do mundo antigo nas Américas, em que mitos indígenas foram relacionados com mitos gregos e romanos: ela oferece o exemplo do jesuíta Lafitau que, no início do século XVIII, identificou a ilha do mito das origens do povo iroquês com Delos.

No epílogo, Graziosi passa rapidamente pelos séculos posteriores, mencionando os grandes nomes que se dedicaram em alguma medida a refletir sobre os deuses do Olimpo. Graziosi começa muito bem este último capítulo ao declarar que (p.249):

Os deuses do Olimpo não desapareceram depois da Renascença. [...] A noção popular de que eles morreram no final da Antiguidade e depois renasceram, anunciando a chegada da modernidade, é uma ficção bastante flagrante: a história não funciona dessa maneira e, na verdade, não pode, de modo nenhum, ser impecavelmente condicionada em períodos. Os antigos deuses sobreviveram, reinventando-se conforme exigido pelas circunstâncias. Ainda assim, não é por acaso que suas diferentes manifestações se encaixem nas divisões convencionais que os acadêmicos usam para acondicionar a História: esses períodos foram definidos, pelo menos em parte, pelo seu relacionamento com a civilização clássica.

Sob esse aspecto, Graziosi mostra que Aristóteles e Tucídides não podiam estar mais errados: os deuses figuram, sim, na história e também ajudam a moldá-la.

⁴ Grafado erroneamente “Tempio Malatestiano” em lugar de “Tempio Malatestiano” à p.229.

⁵ Acredito que a riqueza de informações nesse capítulo se deva em grande parte à origem italiana de Graziosi.

RESENHA

ASLAN, Reza. *Zelota: A vida e a época de Jesus de Nazaré*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2013. 303 p. ISBN 9788537811528.

Pedro Luís de Toledo Piza¹

Quando Reza Aslan publicou sua obra *Zelota: A vida e a época de Jesus de Nazaré*, boa parte do mundo fervilhava com movimentos sociais que ocupavam as ruas, trazendo a malfadada esperança de mudanças no capitalismo globalizado a partir da mobilização popular em múltiplas frentes: Occupy Wall Street nos Estados Unidos, os Indignados na Espanha, a Primavera Árabe no Oriente Médio e Norte da África (iniciando pela chamada Revolução do Jasmim, na Tunísia), a ascensão do Syriza ao poder na Grécia. No próprio Brasil, o ano de 2013, quando da publicação do livro de Aslan, foi marcado pela ocupação de ruas e confrontos violentos entre manifestantes e policiais, inicialmente tendo como objetivo a conquista de um transporte público urbano gratuito e de qualidade, mas depois se esfacelando em uma série de mobilizações independentes abarcando grupos da mais extrema direita até a mais vigorosa esquerda. Combinado com o espírito de sua época encontra-se *Zelota*, de autoria de um iraniano radicado nos Estados Unidos que escreve com a consciência de quem habita no centro do império, mas que sabe como é carregar o peso de sua origem periférica. O foco de Aslan em seu livro é o resgate do único retrato histórico que considera ser possível e ponderado de Jesus de Nazaré: o de um líder revolucionário judeu com a ambição de ser o rei dos judeus prometido pelas escrituras hebraicas, com a consequente expulsão do Império Romano de Jerusalém e de toda a terra que Deus havia prometido e dado a Israel. Em si mesma, tal visão não traz muita inovação ao campo acadêmico, já tendo sido defendida por outros historiadores como John Dominic Crossan, por exemplo. O que Aslan traz de mais ousado em sua obra, contudo, é a identificação que faz de Jesus como alguém podendo ser visto como parte de um grupo de judeus bem distintos na Palestina do séc. I d.C. ao mesmo tempo por sua religiosidade veemente e por seu compromisso político de reivindicar a libertação de Israel e o

¹ Mestre pelo Programa de História Social da Universidade de São Paulo.

estabelecimento do Reino de Deus na terra: os zelotas, donde vem o título do livro.

Contudo, apesar de Aslan defender uma tese específica em seu livro (a de que Jesus de Nazaré era um líder judeu zelota), sua escrita possui um caráter muito mais narrativo do que analítico. A razão para tanto é explicitada logo nas primeiras páginas, a partir de uma breve apresentação autobiográfica: “Minha esperança com este livro é difundir as boas-novas do Jesus da história com o mesmo fervor que uma vez apliquei em espalhar a história do Cristo” (p. 13). Ele não espera que seu livro seja lido como uma obra propriamente acadêmica; justamente por isso ele evita utilizar notas de rodapé, preferindo fazer notas mais gerais sobre cada capítulo ao final do livro. Seu objetivo é apresentar uma contribuição para a conjuntura histórica que ele testemunhava enquanto escrevia o livro e preparava sua publicação. Nele, encontramos um líder revolucionário movido pelo zelo religioso e pela indignação com relação ao aparato de poder organizado em torno do Templo de Jerusalém que, por sua vez, sustentava o domínio cruento por parte do Império Romano.

Uma vez que, para sustentar sua tese, o contexto é fundamental, Aslan dedica toda a primeira parte do livro a apresentar um quadro geral da Palestina do século I d.C., dando especial atenção a dois fatores e um evento, respectivamente: o aparato de poder sacerdotal com um consequente processo de exclusão social do campesinato (classe social da qual Jesus fazia parte); a organização de formas de resistência a tal aparato, principalmente por meio de “mobilizações revolucionárias” como a revolta de Judas, o galileu, mais ou menos à época da infância de Jesus; e, por fim, como consequência de todo o exposto anteriormente, a Guerra Judaica, cuja repressão levou ao fim o judaísmo sacerdotal pré-rabínico. O objetivo maior de Aslan nessa primeira parte é demonstrar que Jesus estava longe de ser o único messias a aparecer na Palestina de seu tempo, o que ele faz com grande sucesso. Em um ponto do capítulo 5, inclusive, quando traçando uma narrativa acerca das várias repressões violentas executadas por Pilatos contra “movimentos revolucionários”, ele sagazmente insere o de Jesus como se fosse apenas mais um caso, e não justamente aquele sobre o qual vai se debruçar pelo resto do livro (p. 73). Contíguo a tal objetivo, porém, encontra-se a demonstração de como todos os líderes de tais movimentos eram encarados como “zelotas”, por conta de seu evidente zelo pela Lei Hebraica

e pelo compromisso de inaugurar o Reino de Deus, com a consequente expulsão dos romanos da terra dada por Deus ao povo judeu.

Aslan dedica a segunda parte de seu livro a tratar do caso específico de Jesus. A limitação documental aqui, contudo, é severa, com apenas os evangelhos canônicos constituindo a base para a narrativa de Aslan. O objetivo do autor é enquadrar Jesus de Nazaré como zelota, um líder revolucionário judeu muito diferente da imagem pacifista e distante dos problemas mundanos que seria construída, em sua visão, pelo cristianismo posterior para o seu Cristo. Aslan constrói sua narrativa basicamente selecionando trechos dos evangelhos que corroboram sua tese, ao mesmo tempo que descartando outros que considera como tradições posteriores ou mesmo tentativas conscientes de desvirtuar o sentido original da ação de Jesus como líder revolucionário. O princípio fundamental da narrativa construída pelo autor é de que os escritores dos evangelhos certamente não gostariam de compartilhar o destino dos judeus revoltosos passados a fio de espada pelos soldados de Roma. Deste modo, era necessário que eles apresentassem seu mestre como o mais conforme possível ao *status quo* do presente dos próprios autores. Episódios evangélicos que corroborem a visão de seus autores devem ser descartados como desvirtuamentos, ao passo que trechos em franca contradição com tal objetivo devem ser considerados como mais próximos do Jesus histórico.

No fim, contudo, Jesus acaba executado pelas autoridades romanas como todos os outros messias. Como, portanto, ele pode ter sido lembrado, ao passo que os outros não (ou incomparavelmente menos do que ele)? Para além disso, como um messias morto na cruz passa a ser proclamado como Deus? Esse é o foco da terceira parte, na qual Aslan visa expor a rachadura no movimento cristão logo em seu primeiro século de existência, com dois grupos básicos se organizando em torno de Paulo, por um lado, e Tiago, o irmão de Jesus, por outro. Paulo é colocado como o responsável pela fundação do cristianismo vigente até os dias de hoje, ao passo que o movimento judeu organizado por Jesus de Nazaré morre junto com Tiago e com seus seguidores subsequentemente perseguidos e excluídos da ortodoxia paulina nos séculos posteriores.

O trabalho de Aslan é brilhante no quesito contextualização. Com a descrição dos movimentos messiânicos e da retórica de seus líderes, ele realmente consegue encaixar Jesus de Nazaré em uma corrente de mobilizações populares

da Palestina do século I d.C. Tal esforço permite ao leitor compreender melhor as razões por trás da execução de Jesus, pois ele passa a enxergar como atitudes, como a entrada triunfal em Jerusalém e o ataque aos cambistas e mercadores do Templo, seriam recebidas pelo povo e pelas autoridades. Ao mesmo tempo, contudo, a narrativa de Aslan sofre com falhas em pontos fundamentais que prejudicam a qualidade do material final, muito provavelmente fruto de sua tentativa de síntese de um tema tão denso em tão poucas páginas.

Um primeiro problema envolve o campo semântico de alguns conceitos fundamentais utilizados pelo autor. Ele, por exemplo, utiliza recorrentemente o termo “revolucionário”, tanto como substantivo referente a grupos ou pessoas engajadas em revoltas, quanto como adjetivo referente às mesmas pessoas, sem nunca fazer sequer uma discussão conceitual básica. É certamente tentador ver em Jesus de Nazaré, por exemplo, um revolucionário visando derrubar um sistema de exploração marginalizante, especialmente, como já visto, quando da publicação da obra. Contudo, o campo semântico dos conceitos de “revolução” e “revolucionário” possui sua própria história, sobre a qual existem vários ensaios clássicos, como os de Reinhart Kosseleck, por exemplo. A falta de qualquer ideia de progresso nos grupos revoltosos descritos por Aslan (a menos que se queira inserir em tal conceito o advento do Reino de Deus, o que seria altamente questionável) simplesmente torna o seu uso do conceito de “revolução” anacrônico.

Um segundo problema é de caráter metodológico e envolve a abordagem das fontes por Aslan. Na verdade, ele nunca detalha qual é sua metodologia de utilização dos evangelhos como fonte histórica, o que em si já é um problema, considerando que esse é um tema caro aos estudiosos do Jesus histórico. Na falta de um critério definido, por vezes sua seleção aparenta arbitrariedade, principalmente quando ele passa ao largo de trechos dos evangelhos que contrariam suas visões sem sequer discuti-las. Um exemplo é o famoso caso do centurião romano que tem seu escravo curado por Jesus, o qual enaltece sua fé como uma não encontrada nem mesmo dentre os israelitas (cf. Mateus 8,5-13; Lucas 7,1-10). Como conciliar tal episódio com a visão do autor de um Jesus intransigente com o Império Romano e seus agentes? E se este episódio de cura é uma construção posterior, quais são os critérios de análise do texto que nos permitem considerá-lo como tal, uma vez que é muito semelhante a tantos outros

que Aslan utiliza em seu texto? De fato, não aceitar a historicidade de um trecho de um evangelho está dentro das competências do historiador, mas ele não pode fingir que o mesmo não existe.

Um terceiro problema encontra-se na própria seleção das fontes e em seu peso para a análise. Logo ao início do livro, Aslan afirma que os textos de Marcos e Q (conjunto de frases atribuídas a Jesus que se encontram tanto em Mateus quanto em Lucas) terão um peso particularmente maior na análise do que o evangelho de João, uma escolha comum entre os estudiosos do Jesus histórico. No entanto, em um ponto central da narrativa, a saber, o ponto em que Jesus é invocado textualmente como alguém que manifesta um zelo particular pelo Templo (ou seja, um “zelota”, na leitura de Aslan), não é a Marcos ou a Q que o autor recorre, e sim ao bem posterior evangelho de João (pp. 99-100). Ocorre que este é o único trecho que destaca textualmente o “zelo” de Jesus, o que o torna imprescindível para o retrato executado por Aslan.

Todos esses problemas não são singulares do trabalho de Aslan. Na verdade, são questões levantadas por muitos estudiosos a respeito das limitações científicas de um estudo sobre o Jesus histórico. Os poucos documentos que temos à disposição para tanto são de natureza claramente devocional e com objetivos teológicos bem específicos. Não são um espelho pelo qual podemos ter acesso direto a um personagem histórico, mas sim receptores e transmissores (ou seja, mediadores de informação). O próprio Aslan reconhece logo em sua introdução a existência de tais questionamentos: “Longe vão os dias de glória da ‘busca pelo Jesus histórico’, quando os estudiosos proclamavam confiantes que as ferramentas científicas modernas e a pesquisa histórica nos permitiriam descobrir a verdadeira identidade de Jesus” (p. 23). O questionamento de tal abordagem dos evangelhos advém sobretudo da multiplicidade de retratos advindos de diferentes autores, com diferentes critérios de análise: Aslan preferiu o Jesus revolucionário de John Dominic Crossan, enquanto Geza Vermes preferiu o rabi também parte de uma longa sequência de rabis sábios e curandeiros. Outros ainda, como John J. Collins, inserem Jesus entre os vários profetas escatológicos do judaísmo da virada do milênio.

Talvez Rudolf Bultmann estivesse certo ao dizer (como o próprio Aslan recorda na p. 23) que os estudiosos que aderem a tal empreitada tendem a ver o Jesus que eles mesmos querem ver. A própria escolha do tema aponta nesse

sentido: como é possível um estudo de um carpinteiro judeu crucificado por Roma não possuir um caráter teleológico? Esse camponês seria objeto de um campo de estudos próprio se não fosse seu óbvio impacto cultural na civilização ocidental? Considerando tal impacto, não seria melhor preferirmos, enquanto historiadores, o estudo do Cristo como personagem de narrativas que possuem, elas mesmas, um objetivo específico na forma como o retratam? De fato, a narrativa sobre Jesus que Aslan opta em fazer é um produto do seu tempo, do mesmo modo que os evangelhos o são do seu próprio. Em outras palavras, com uma abordagem científica apropriada, o Cristo dos evangelhos tem muito a nos informar sobre as circunstâncias vividas pelos próprios autores, muito mais do que sobre o camponês nazareno crucificado. Não à toa, a parte mais sagaz do texto de Aslan é aquela em que ele insere Jesus como mais um em uma longa corrente de messias executados por Roma. Daí depreendemos que em um estudo mais abrangente sobre formas de liderança popular na Palestina do século I d.C. (ou mesmo no Império Romano em geral) o Jesus histórico certamente encontraria uma relevância e peso narrativo bem mais singulares.

RESENHA

TREVIZAM, Matheus. *Prosa técnica*: Catão, Varrão, Vitruvius e Columela. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, 248 p. ISBN 978-85-268-1088-4

Gilson Santos¹

A Editora da Unicamp, ao acolher a ideia de publicar a coleção Bibliotheca Latina, dirigida por Paulo Sérgio de Vasconcellos (IEL-UNICAMP) e Matheus Trevizam (FALE-UFMG), presta uma contribuição inestimável aos estudos clássicos no Brasil. Tal coleção veio preencher uma enorme lacuna nessa área da cultura, que carece de material didático atualizado, em língua portuguesa, sobre literatura latina. Desde já, tal coleção assume o papel de guia seguro àqueles que se iniciam em tais estudos. Cada um dos dezenove volumes previstos há de definir e contextualizar um único gênero literário da tradição clássica,² o que há de ser obtido tomando como parâmetros norteadores as teorizações dos próprios autores antigos e analisando a obra dos principais representantes romanos do gênero em análise.

O terceiro volume a compor a coleção – *Prosa técnica* –, como se depreende do título, é consagrado à literatura técnica antiga. A obra é pioneira no Brasil: trata-se do primeiro estudo sistemático do gênero “Tratado técnico” a analisar, em conjunto, a produção dos quatro tratadistas mais prestigiosos que a cultura romana nos legou: Catão, Varrão, Vitruvius e Columela. A obra pode ser tomada como ponto de partida para os estudos que vierem a se realizar no país sobre o tema, quer pelas indicações bibliográficas atualizadas, quer pela qualidade dos estudos que nela se encontram. Os interessados em prosa técnica latina encontrarão definições e contextualizações claras a respeito desse gênero, além de reflexões originais do próprio autor, sempre abonadas por notas informativas que vão registrando suas leituras atentas da crítica especializada.

¹ Professor de Língua Latina, Literatura Latina e Filologia Românica no ILEEL-UFU/ Professor colaborador IEL-UNICAMP.

² Dos títulos dos volumes que hão de formar a série, infere-se o gênero literário analisado. Eis os títulos, na ordem em que devem ser publicados: *Poesia didática*, *Épica I*, *Prosa técnica*, *Épica II*, *Fábula*, *Elegia*, *Lírica*, *Comédia*, *Tragédia*, *Romance*, *Diálogo filosófico*, *Bucólica*, *Historiografia*, *Epistolografia*, *Epigrama*, *Gramática Latina*, *Sátira*, *Tratados de retórica*, *Eloquência*. (Os três primeiros volumes já foram publicados pela editora da UNICAMP.)

A obra apresenta cinco capítulos centrais. O primeiro deles, dedicado às especificidades da antiga literatura técnica romana em prosa, apresenta questões introdutórias a respeito do gênero. Somos informados que, de modo geral, os traços distintivos deste gênero literário são o emprego de língua técnica e seu caráter didático-instrucional, que se caracteriza pela exposição pormenorizada de procedimentos e pela preocupação constante em atender às necessidades práticas dos leitores. A conjunção de tais elementos distintivos, apesar de subordinar a linguagem a seu uso concreto e converter o caráter informativo em função dominante do texto, não impede a vontade de estilo que confere a alguns tratados pretensões literárias.

O capítulo dois é dedicado ao *De agri cultura* de Catão Censor. Inicialmente, o pesquisador destaca a importância da figura de Catão e de sua obra técnica. Em seguida, analisa aspectos temáticos do *De agri cultura* e o contexto histórico de sua composição. Por fim, trata de aspectos constitutivos de sua composição.

O capítulo três é reservado ao *De re rústica* de Varrão de Reate: em especial, estuda-se a participação do gênero dialógico nos escritos técnicos, os traços constitutivos gerais dos diálogos varronianos, os aspectos literários marcantes da obra, e, por fim, alguns aspectos linguísticos do texto.

O capítulo quatro focaliza o *De Architectura* vitruviano. Inicialmente, o autor estuda a prosa técnica romana na Era Imperial; então analisa aspectos da composição do texto e de sua linguagem; em seguida, descreve o conteúdo dos sucessivos livros; e, enfim, assinala os desdobramentos do pensamento vitruviano em tempos posteriores.

O capítulo cinco dedica-se ao *De re rustica* de Columela, obra considerada pela crítica especializada não somente a *opus magnum* do agrônomo romano, senão o mais importante tratado técnico que se conservou a respeito da atividade rural da Antiguidade (romana). Em seguida, passa à apresentação esquemática dos sucessivos livros, e de sua elaboração construtiva.

No final do livro, o autor apresenta uma antologia bilíngue (latim-português) representativa das obras avaliadas, além de uma bibliografia comentada de textos fundamentais sobre os poetas e prosadores contemplados. Merece elogios à parte a tradução – filológica e elegante: qualidades que

raramente se encontram juntas num mesmo texto – dos trechos selecionados, de autoria do próprio pesquisador.

Convencemo-nos, ao longo da leitura de *Prosa técnica*, de que os tratadistas antigos enunciavam saberes especializados sem se descuidarem dos aspectos compositivos de seus textos: “o fazer letrado antigo desconhecia qualquer tipo de corte abrupto entre (...) obras atinentes à ‘mera’ beleza expressiva e (...) aquelas concentradas apenas em comunicar saberes de alguma natureza (agrários, arquitetônicos, médicos, filosóficos, etc.).”³

³ TREVIZAM, 2014, p.188.